

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO

CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

Curso de Mestrado Profissional em Economia

Área de Comércio Exterior e Relações Internacionais

**O COMÉRCIO INTER-REGIONAL DA REGIÃO NORDESTE DO
BRASIL: UMA ANÁLISE DAS MUDANÇAS OCORRIDAS APÓS O
DESENVOLVIMENTO DOS RECENTES PÓLOS DINÂMICOS -
1943/1999.**

Erick Soares de Sousa

Recife, Julho de 2007.

Erick Soares de Sousa

**O COMÉRCIO INTER-REGIONAL DA REGIÃO NORDESTE DO
BRASIL: UMA ANÁLISE DAS MUDANÇAS OCORRIDAS APÓS O
DESENVOLVIMENTO DOS RECENTES PÓLOS DINÂMICOS –
1943/1999.**

Dissertação apresentada à Universidade Federal de Pernambuco como requisito para a obtenção do título de Mestre em Economia, área de concentração: Comércio Exterior e Relações Internacionais.

Orientador: Prof. Dr. Álvaro Barrantes Hidalgo

Recife, Julho de 2007.

Sousa, Erick Soares de

O comércio inter-regional da região nordeste do Brasil : uma análise das mudanças ocorridas após o desenvolvimento dos recentes pólos dinâmicos – 1943/1999 / Erick Soares de Sousa. – Recife : O Autor, 2007.

123 folhas : fig. tab. e gráficos.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Pernambuco. CCSA. Economia, 2007.

Inclui bibliografia .

1. Nordeste – comércio - Brasil. 2. Economia regional. 3. Indústrias - Nordeste. 4. Disparidades econômicas regionais. 5. Desenvolvimento econômico. I. Título.

338.1

CDU (1997)

UFPE

330

CDD (22.ed.)

CSA2007-098

UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE ECONOMIA
PIMES/PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ECONOMIA

PARECER DA COMISSÃO EXAMINADORA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO DO
MESTRADO PROFISSIONAL EM ECONOMIA DE

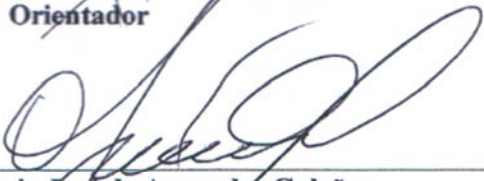
ERICK SOARES DE SOUSA

A Comissão Examinadora composta pelos professores abaixo, sob a presidência do primeiro, considera o Candidato Erick Soares de Sousa **APROVADO**.

Recife, 10/09/2007.



Prof. Dr. Álvaro Barrantes Hidalgo
Orientador



Prof. Dr. Olímpio José de Arroxelas Galvão
Examinador Interno



Prof. Dr. Paulo Amilton Maia Leite Filho
Examinador Externo/UFPB

DEDICO

A minha esposa Marina, pelo incentivo ao meu crescimento e apoio nos momentos mais difíceis; aos meus pais e a minha irmã pela luta e o incansável incentivo à minha qualificação profissional e pessoal.

AGRADECIMENTOS

Ao Professor Álvaro Barrantes Hidalgo, da Universidade Federal de Pernambuco, pela confiança depositada ao me apresentar este tema para o trabalho e pelo incentivo ao estudo, como também, pela sua orientação e atenção durante todo o período da dissertação.

Ao Professor Olimpio J. de Arroxelas Galvão, da Universidade Federal de Pernambuco, pela atenção especial ao discutir o tema do comércio inter-regional, demonstrando-se sempre presente e disposto a contribuir com seus importantes conselhos, além de a sua obra ter sido uma referência para a realização deste trabalho.

Ao professor Écio de Farias Costa, da Universidade Federal de Pernambuco, pelo incentivo e as palavras amigas nos momentos mais difíceis e desafiantes do mestrado.

Ao Professor José Romeu de Vasconcelos, da Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos do IPEA, pela excelente recepção e a atenção especial em disponibilizar as tabelas originais que basearam a construção das matrizes do comércio por vias internas do Brasil, para o ano de 1999.

Ao Professor Thompson Andrade Almeida, por disponibilizar o seu artigo original que compunha a matriz de comércio inter-regional para o ano de 1969, realizada pela CEDEPLAR da UFMG.

Aos amigos do mestrado, para os quais deixo o meu mais sincero abraço, pelos momentos que compartilhamos.

RESUMO

Este trabalho examina o comércio inter-regional da região Nordeste com as demais regiões do país. O seu objetivo principal é compreender as mudanças ocorridas na estrutura do comércio, após o desenvolvimento dos recentes pólos dinâmicos da economia nordestina, a exemplo do Petroquímico de Camaçari na Bahia e Têxtil e Calçadista no Ceará. O trabalho apresenta uma visão agregada e outra, com base na mudança na estrutura do comércio. Na análise agregada, foi possível identificar os volumes totais do comércio do Nordeste com as demais regiões do país, o comércio inter-regional no contexto do comércio total, incluindo-se o comércio internacional e intra-regional e a participação dos Estados nesta composição. Para esta análise, foram utilizadas bases de dados da década de 40 até o ano de 1999. Na análise da estrutura, foi realizada uma comparação entre as pautas de comércio inter-regional do ano de 1976 e 1999, observando-se os principais produtos componentes e as principais mudanças ocorridas. Como resultados, comprovaram-se os elevados fluxos, principalmente no sentido Sudeste para o Nordeste, todavia, essa concentração apresentou tendência de queda com uma maior participação recente das outras regiões brasileiras. Ao mesmo tempo, houve uma significativa alteração das participações dos Estados nordestinos nas exportações totais, decorrentes de resultados mais positivos dos fluxos comerciais originados da Bahia e Ceará, em contraposição a uma certa estagnação do Estado de Pernambuco. Na análise estrutural, foi possível observar significativas mudanças nas pautas de comércio, decorrentes, principalmente, do reflexo da instalação dos recentes pólos dinâmicos de desenvolvimento no Nordeste.

Palavras Chave: Comércio Inter-regional, Economia Regional, Indústria

ABSTRACT

This paper aims to examine the interregional trade commerce of the Northeast of Brazil along with the other regions in Brazil. Its aim is to understand the changes carried out in the structure of the commerce, after the development of the dynamic poles in the northeast such as the petrochemical pole in Camaçari in the state of Bahia and the textile and footwear production in the state of Ceará. The research shows an aggregated view and a structural standpoint based on the structural change of the commerce. On the aggregated analysis, it was possible to identify the total volumes of commerce held with the other regions throughout the country, the interregional commerce in the context of the total commerce, including international trade and interior trade and the contribution of the states towards its composition. This conclusion is grounded on a data bank since the forties until the later nineties. Upon a structural analysis, interregional commerce agendas from 1976 and 1999 were compared, coming to observe the main compound products and the main changes occurred. As a result, the high fluxes were proved right, especially the southeast/northeast trade route, nonetheless this concentration presented fall tendency as other Brazilian regions also started to take more crucial part on the commerce process. At the same time, there was an outstanding change on the Northern states participation in the total amount of exportation, which is the result of positive fluxes of commerce originated in Bahia and Ceará, in contrast to Pernambuco's stagnation. On the structural analysis, it was possible to watch important changes on the trade agenda, mainly because of the recent establishment of dynamic growth poles in the northeast.

KEY WORDS: Inter-regional Commerce, Regional Economy, Industry.

LISTA DE GRÁFICOS

GRÁFICO 01 – IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DO NORDESTE BRASILEIRO POR REGIÃO DE ORIGEM E DESTINO	32
GRÁFICO 02 – TOTAL DO COMÉRCIO INTER-REGIONAL DO NORDESTE BRASILEIRO COM SUDESTE E O RESTO DO BRASIL – EXPORTAÇÕES SOMADAS ÀS IMPORTAÇÕES	36
GRÁFICO 03 – IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DO NORDESTE COM AS DEMAIS REGIÕES BRASILEIRAS	39
GRÁFICO 04 – EXPORTAÇÕES DIVIDIDAS PELAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DO NORDESTE BRASILEIRO COM AS DEMAIS REGIÕES BRASILEIRAS	41
GRÁFICO 05 – EXPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS, INTRA-REGIONAIS E INTERNACIONAIS DO NORDESTE	48
GRÁFICO 06 – IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS, INTRA-REGIONAIS E INTERNACIONAIS DO NORDESTE	50
GRÁFICO 07 – EXPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS, INTRA-REGIONAIS E INTERNACIONAIS DO NORDESTE DIVIDIDAS PELAS RESPECTIVAS IMPORTAÇÕES	56
GRÁFICO 08 – TOTAL DE EXPORTAÇÕES DIVIDIDO PELO TOTAL DE IMPORTAÇÕES DO NORDESTE (COMÉRCIO INTER-REGIONAL E INTERNACIONAL).....	58
GRÁFICO 09 – EXPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS E INTRA-REGIONAIS DO NORDESTE BRASILEIRO POR ESTADO DE ORIGEM.....	62
GRÁFICO 10 – EXPORTAÇÕES INTERNACIONAIS DO NORDESTE BRASILEIRO POR ESTADO DE ORIGEM.....	70
GRÁFICO 11 – EXPORTAÇÕES TOTAIS DO NORDESTE BRASILEIRO POR ESTADO DE ORIGEM (VENDAS INTER-REGIONAIS, INTRA-REGIONAIS E INTERNACIONAIS).....	72
GRÁFICO 12 – ESTADOS DE ORIGEM DAS EXPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE ALGODÃO DO NORDESTE EM 1976.....	80
GRÁFICO 13 – ESTADOS DE DESTINO DAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE ALGODÃO DO NORDESTE EM 1976.....	81
GRÁFICO 14 – ESTADOS DE ORIGEM DAS EXPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE FERRO FUNDIDO E AÇO DO NORDESTE EM 1976.....	84
GRÁFICO 15 – ESTADOS DE ORIGEM DAS EXPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE ALUMÍNIO DO NORDESTE EM 1976	85
GRÁFICO 16 – ESTADOS DE DESTINO DAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE MÁQUINAS E APARELHOS ELÉTRICOS E ELETRÔNICOS DO NORDESTE EM 1976	88
GRÁFICO 17 – ESTADOS DE DESTINO DAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE MÁQUINAS, APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS DO NORDESTE EM 1999.....	89
GRÁFICO 18 – ESTADOS DE ORIGEM DAS EXPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE ARTIGOS TÊXTEIS DO NORDESTE EM 1976	90
GRÁFICO 19 – ESTADOS DE DESTINO DAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE MÁQUINAS, CALDEIRAS E APARELHOS MECÂNICOS DO NORDESTE EM 1976.....	93
GRÁFICO 20 – ESTADOS DE DESTINO DAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE MÁQUINAS E EQUIPAMENTOS DO NORDESTE EM 1999.....	93
GRÁFICO 21 – ESTADOS DE DESTINO DAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DO NORDESTE EM 1976.....	94
GRÁFICO 22 – ESTADOS DE DESTINO DAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE VEÍCULOS AUTOMOTORES DO NORDESTE EM 1999.....	95
GRÁFICO 23 – REGIÕES DE ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE CARNE E LEITE; OVOS; MEL DO NORDESTE EM 1976.....	97
GRÁFICO 24 – REGIÕES DE ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE ALIMENTOS E BEBIDAS DO NORDESTE EM 1999	98

LISTA DE TABELAS

TABELA 01 – PAUTA DAS EXPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DO NORDESTE EM 1976 E 1999.....	78
TABELA 02 – PAUTA DAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DO NORDESTE EM 1976 E 1999	82
TABELA 03 – COMÉRCIO POR ATACADO E INTERMEDIÁRIOS DE COMÉRCIO EM 1999.....	99
TABELA 04 – PRINCIPAIS INDÚSTRIAS PRODUTORAS DE SAPATOS NOS ESTADOS DO CEARÁ E BAHIA.....	102
TABELA 05 – ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO NO COMÉRCIO INTER-REGIONAL DO NORDESTE.....	103

LISTA DE FIGURAS

FIGURA 01 – FLUXOS ECONÔMICOS ENTRE ÁREAS POLARIZADAS DO NORDESTE.....	13
---	----

SUMÁRIO

1 – INTRODUÇÃO	5
2 – REVISÃO DA LITERATURA SOBRE CRESCIMENTO E COMÉRCIO INTER-REGIONAL	9
2.1 – Introdução	9
2.2 – Conceitos Básicos	9
2.2.1 – Estrutura Regional	9
2.2.2 – O Nordeste como Região	12
2.2.3 – A Teoria da Renda Inter-Regional	13
2.2.4 – As Teorias da Localização	14
2.2.5 – O Modelo Gravitacional	17
2.3 – As Teorias do Comércio Internacional	19
2.3.1 – Histórico dos Modelos de Comércio	19
2.3.2 – Testes Empíricos do Modelo de Heckscher-Ohlin	21
2.4 – Considerações Finais	24
3 – ASPECTOS METODOLÓGICOS E DADOS UTILIZADOS	25
4 – ANÁLISE AGREGADA DO COMÉRCIO INTER-REGIONAL DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL.	30
4.1 – Introdução	30
4.2 – O Comércio Inter-Regional do Nordeste do Brasil	31
4.2.1 – Considerações Iniciais sobre o Comércio Inter-regional	31
4.2.2 – A Atividade Industrial e o Comércio Inter-regional	33
4.2.3 – A Questão do Déficit na Balança de Comércio Inter-regional do Nordeste	38
4.2.4 – A participação dos Estados do Sudeste nas importações Inter-Regionais	43
4.2.5 – O Desenvolvimento do Setor Terciário e o Comércio Inter-regional	44
4.2.6 – Considerações Finais	44
4.3 – O Comércio Inter-Regional do Nordeste no contexto do Comércio Total	46
4.3.1 – Considerações Iniciais sobre o Comércio Inter-regional	46
4.3.2 – As Exportações Inter-regionais do Nordeste no Total do Comércio	47
4.3.3 – As Importações Inter-regionais do Nordeste no Total do Comércio	49
4.3.4 – A Dependência em Relação ao Sudeste e a Abertura Comercial	52
4.3.5 – Os Saldos das Balanças de Comércio Inter-regional e Internacional	55
4.3.6 – Considerações Finais	59
4.4 – O Comércio Inter-Regional Realizado pelos Estados do Nordeste	61
4.4.1 – Considerações Iniciais sobre Comércio Inter-regional	61
4.4.2 – O Estado da Bahia	63
4.4.3 – O Estado de Pernambuco	65
4.4.4 – O Estado do Ceará	68
4.4.5 – Demais Estados	69
4.4.6 – As Exportações Internacionais dos Estados do Nordeste	69
4.4.7 – Exportações Totais dos Estados do Nordeste	71
4.4.8 – Economias de Pernambuco x Bahia	73
4.4.9 – Considerações Finais	73

5 – ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA ESTRUTURA DO COMÉRCIO INTER-REGIONAL DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL	76
5.1 – Introdução	76
5.2 – Análise por Produto das Pautas de Comércio Inter-regional dos anos de 1976 e 1999	77
5.2.1 – Considerações Iniciais.....	77
5.2.2 – Algodão.....	79
5.2.3 – Produtos Químicos.....	82
5.2.4 – Metalurgia Básica	84
5.2.5 – Máquinas e Aparelhos Elétricos / Eletrotécnicos.....	87
5.2.6 – Setor Têxtil / Vestuário	89
5.2.7 – Máquinas e Equipamentos	92
5.2.8 – Veículos Automotores.....	94
5.2.9 – Produtos Alimentícios.....	96
5.2.10 – Comércio por Atacado	99
5.2.11 – Celulose e Papel.....	100
5.2.12 – Calçados e Artefatos de Couro.....	101
5.3 – Índices de Concentração.....	103
5.4 – Mudanças Recentes na Estrutura do Comércio Internacional.....	104
5.5 – Considerações Finais	105
 CONCLUSÕES.....	 107
 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	 116

CAPÍTULO 1

INTRODUÇÃO

Não obstante o advento da globalização, com suas características de ampliação dos horizontes comerciais, voltados para o comércio exterior, o comércio inter-regional também possui um papel de relevada importância nesse contexto. Para que uma economia desenvolva um crescimento equitativo é necessário que o seu comércio interno seja ativo. É preciso que as relações comerciais inter-regionais proporcionem intercâmbio de capitais, de investimentos, de mão-de-obra e de conhecimento, entre as regiões de um país, conduzindo a uma melhoria do bem-estar da população e o fortalecimento da economia local.

O que se observa é que as trocas inter-regionais promovem o crescimento econômico de determinada região. Conforme Hidalgo e Vergolino (1997), no Nordeste, as trocas comerciais com as demais regiões do país, representam um importante elemento de crescimento regional.

Segundo Andrade (1977), o estudo do comércio inter-regional detém uma significativa importância tanto do ponto de vista teórico, quanto do empírico. Do ponto de vista teórico, este estudo, dos fluxos entre as regiões, é a base fundamental para a formulação dos modelos e das teorias de crescimento regional, pólos de crescimento e bases da exportação. Da perspectiva empírica, estas inter-relações de comércio permitem estudos que visam à determinação de centros de comercialização, estudos de demandas e ofertas regionais, análise de interdependências setoriais e inter-regionais, incentivos à produção, políticas de transporte, dentre outros. Estas referências são pressupostos primordiais para o planejamento regional e o estabelecimento de uma política industrial.

No Brasil, há uma carência quanto à disponibilidade de dados e informações sobre os fluxos de comércio por vias internas. Existem diversas lacunas em nossa história econômica onde estes dados sequer foram levantados, ao mesmo tempo em que, as informações disponíveis, em grande parte, são restritas, inconclusivas ou apresentam sérios problemas

metodológicos, como ausências de informações para alguns Estados e dados imprecisos que foram descartados das matrizes.

Este trabalho se propõe a examinar o comércio inter-regional da região Nordeste utilizando, dentre as poucas fontes existentes, as bases de dados mais consistentes e confiáveis disponíveis no Brasil. O estudo tem como objetivo principal conhecer melhor as principais mudanças ocorridas no comércio inter-regional da região Nordeste, com as demais regiões do país, a partir do desenvolvimento dos recentes pólos de desenvolvimento, a exemplo do Pólo Petroquímico de Camaçari na Bahia, Têxtil e Calçadista no Ceará, dentre outros, que se desenvolveram ao longo da segunda metade do século XX.

A justificativa deste trabalho considera a importância do fortalecimento da economia regional por meio de um comércio inter-regional ativo, entre as regiões do país, ao mesmo tempo em que, promova-se o comércio exterior e as relações internacionais com as demais nações.

A principal questão que este trabalho se propõe a responder é: como as relações inter-regionais se alteraram ao longo dos anos de 1943 a 1999, com maior ênfase para o período mais recente, após o desenvolvimento dos recentes pólos dinâmicos no Nordeste?

O trabalho se divide em cinco capítulos, inclusive esta introdução, assim discriminados:

O segundo capítulo apresenta, de maneira resumida, os principais conceitos referentes ao comércio inter-regional e crescimento, como também, simplificada, descreve as principais teorias do comércio internacional e realiza uma revisão sobre aplicações práticas desenvolvidas com base nessas teorias.

O terceiro capítulo aborda os aspectos metodológicos e dados utilizados para o desenvolvimento deste estudo.

O quarto capítulo diz respeito à análise agregada do comércio inter-regional e subdivide-se em três partes. Na primeira, será possível examinar o comércio inter-regional do Nordeste com as demais regiões do país, considerando-se a participação de todas as regiões brasileiras nas importações e exportações por vias internas, as recentes tendências dos fluxos comerciais, a questão dos déficits na balança inter-regional e as possíveis causas para estes fluxos. A segunda parte contempla a inserção do comércio inter-regional no contexto do comércio total, introduzindo a esta análise o comércio intra-regional e internacional. A terceira seção visa à análise da participação dos Estados nordestinos na composição das

exportações inter-regionais, também inseridos no contexto do comércio intra-regional e internacional.

O quinto capítulo faz uma análise da estrutura do comércio e se propõe a examinar as mudanças ocorridas na composição das pautas de exportações e importações inter-regionais da região Nordeste, principalmente após o desenvolvimento dos recentes pólos de desenvolvimento. Desta forma, será possível saber quais os produtos mais representativos nas pautas comerciais entre os anos de 1976 e 1999, observando as modificações ocorridas nas estruturas do comércio. Também neste capítulo serão observados os índices de concentração dos produtos nas pautas de importações e exportações inter-regionais.

O sexto capítulo apresenta as conclusões finais deste estudo.

Neste contexto, surgem diversas condições que devem ser observadas para que se promova um comércio interno ativo e equitativo entre as regiões brasileiras. Primeiramente, surge a questão das enormes disparidades regionais, principalmente quando se trata da questão da tecnologia e da indústria. O que se comprova é que ainda existe no país um enorme abismo que separa as regiões Sudeste e Nordeste.

Não é possível falar das disparidades nos fluxos de comércio inter-regional sem tratar a questão da industrialização. Segundo Furtado (1984), um processo de desenvolvimento no Nordeste, com acumulação e avanço técnico, somente será possível por meio de um processo de industrialização. A indústria é o setor produtivo onde cresce mais rapidamente a produtividade e, portanto, lidera a elevação dos salários e produz o excedente que alimenta a acumulação e gera novos empregos.

Por outro lado, o que se observa, no contexto atual da economia nordestina, é o incremento de pólos recentes de desenvolvimento. Esta condição sugere que o processo de industrialização do Nordeste já se vem desenvolvendo com maior intensidade e impactando em níveis mais positivos de comércio para a região. De certa forma, representa um processo de desconcentração da indústria no país, enquanto plantas industriais se deslocam para o Nordeste, considerando-se as vantagens comparativas da região.

Em relação aos resultados apresentados, no que se refere à análise agregada, considerando-se apenas os volumes de comércio inter-regional do Nordeste com as demais regiões do país é possível afirmar que ocorreu uma situação que pouco se alterou ao longo de todos os anos analisados.

O epicentro da concentração industrial brasileira encontra-se na região Sudeste do país, desta forma, é possível identificar que o direcionamento dos fluxos comerciais decorre,

em maior intensidade, no sentido do Sudeste para o Nordeste, uma vez que existe uma forte correlação positiva entre os níveis de atividade industrial e o volume do comércio realizado. Este fato revela uma condição de dependência ao Nordeste em relação ao Sudeste, especialmente, quanto ao fornecimento de mercadorias. Todavia, também foi possível observar que esta relação, apesar de forte e dominante, vem diminuindo em razão do crescimento da participação percentual das demais regiões no comércio inter-regional com o Nordeste.

No que concerne à participação dos Estados nordestinos no total das exportações inter-regionais é possível identificar que ocorreram significativas alterações estruturais ao longo dos períodos analisados. O notável crescimento da economia da Bahia, motivado principalmente pela indústria petroquímica e metalúrgica, destacando-se o Pólo de Camaçari como o propulsor da economia baiana e na elevação dos níveis de industrialização, aumentando, substancialmente, seus níveis de comércio. O Ceará também se revela com notável crescimento de sua indústria o que já se faz refletir em seus níveis crescentes de comércio. Em contrapartida, observa-se uma certa estagnação da economia pernambucana, apresentando quedas sucessivas em suas participações nas pautas comerciais.

Relevantes alterações também se fizeram presentes na análise da estrutura do comércio. Nesse ponto, foi possível identificar as mudanças ocorridas nas pautas do comércio inter-regional do Nordeste nos anos de 1976 e 1999. Destaca-se a queda do algodão, principal item componente da pauta de 1976, em detrimento do notável crescimento da indústria química, mais representativa em 1999. Todavia, apesar das expressivas alterações ocorridas nas pautas de comércio inter-regional, os índices de concentração revelaram que as exportações se tornaram mais concentradas.

CAPÍTULO 2

REVISÃO DA LITERATURA SOBRE CRESCIMENTO E COMÉRCIO INTER-REGIONAL

2.1 – Introdução

Este capítulo tem por objetivo apresentar, de maneira resumida, os principais conceitos referentes à teoria do comércio inter-regional e crescimento, como também, descrever simplificadaamente as principais teorias do comércio internacional e revisar aplicações práticas de alguns trabalhos desenvolvidos com base nessas teorias.

2.2 – Conceitos Básicos

2.2.1 – Estrutura Regional

O entendimento dos conceitos elementares que delimitam o estudo da economia regional é fator essencial para o desenvolvimento de estudos e políticas no âmbito governamental ou não governamental. Diante das recentes perspectivas, cada vez mais inseridas em processos globais, de mundialização do capital e de informações, o que se observa é um amplo debate sobre as temáticas globais e regionais.

Portanto, é preciso, primeiramente, perceber o significado de região como conceito. A Geografia é uma das ciências que mais se abraçam com a questão da definição conceitual de região. Segundo Cunha (2000), neste contexto, busca-se estruturar os conceitos fundamentais

para ciência geográfica tais como: região, território, lugar, como também, espaço econômico e geográfico.

No âmbito da ciência econômica, dentre os diversos autores que direcionaram os seus estudos para esta análise conceitual, Richardson (1969) foi um dos que se destacou em razão de abordar a estrutura regional de maneira crítica e estruturada. Segundo o autor, este é um problema cheio de ambigüidades que, muitas vezes, o economista regional evita enfrentar e resigna-se a utilizar as regiões administrativas delimitadas pelos órgãos governamentais.

Um dos pontos que o autor enfatiza surge da ambigüidade de que uma região pode variar, deste um pequeno centro populacional, até uma sub-região dentro de um continente, possibilidades, em que estes dois extremos são admissíveis. Ao mesmo tempo, é preciso compreender que esse sistema de regiões considerado irá ser componente de uma economia nacional, com os mesmos mecanismos legais e institucionais.

Outra restrição destacada pelo autor surge pela contigüidade. Ao dividir uma economia nacional em diversas regiões, todos os Estados devem ser inseridos em determinada região, a fim de não distorcer as inter-relações na economia agregada.

Relevando-se as restrições acima citadas, Richardson (1969) considera três abordagens fundamentais para conceituação de região, são elas: regiões uniformes ou homogêneas, regiões nodais e regiões de programação e planejamento.

O conceito de regiões uniformes ou homogêneas parte da concepção de que unidades espaciais separadas podem ser reunidas em função de demonstrarem certas características uniformes. Estas características podem ser exemplificadas como: estruturas de produção semelhantes; padrões homogêneos de consumo e distribuição de força do trabalho; podem considerar fatores geográficos, como o uso de determinado recurso natural predominante ou topografia e clima semelhante; e ainda, considerar características não econômicas, como atitudes sociais uniformes, identidades regionais ou concepções políticas similares; e até mesmo similaridade nos níveis de renda per-capita. A grande questão, encontrada na utilização deste modelo, surge do fato de que determinadas áreas podem apresentar similaridades em alguns fatores e, ao mesmo tempo, diferenciações, o que dificulta as divisões regionais.

Outro conceito é o de regiões nodais ou polarizadas. Neste modelo, é realizada ênfase na interdependência dos diferentes componentes, dentro da região, e não nas relações inter-regionais entre regiões homogêneas. Os modelos nodais levam em consideração,

principalmente, o fator distância bem como a interdependência revelada, como exemplo, por modelos de potencial gravitacional.

As regiões nodais se compõem de unidades heterogêneas, que estão fortemente relacionadas umas às outras funcionalmente. As conexões são visíveis, quando se relacionam os fenômenos dos fluxos, sejam populacionais, bens e serviços, comunicações, comércio, tráfego, etc. Estes fluxos não ocorrem aleatoriamente em uma região, tampouco, são uniformes. Eles ocorrem de maneira a haver uma concentração de suas direções, em torno dos grandes centros dominantes, as grandes cidades. Nesse caso, a estrutura regional no modelo nodal, concentra-se em torno de um lugar central (núcleo) que polariza e controla uma região. O alto grau de interdependência entre o núcleo e os seus elementos é o fator que determina o caráter da região, sendo as densidades de fluxos entre as áreas que definirá os nódulos dominantes.

Neste mesmo conceito nodal, surge a concepção de região metropolitana (ou região cidade). Este é um dos mais importantes tipos de região (no conceito nodal), pois se caracteriza por uma área urbana altamente povoada e cercada por diversos círculos externos em que as suas densidades populacionais e graus de interação caem, em razão inversamente proporcional, à medida que se afastam deste centro.

Diferentemente do conceito de regiões uniformes, o modelo nodal considera a relevância dos fluxos entre as áreas componentes de determinados pólos regionais e não apenas a área espacial, da região como um todo, para delinear a estrutura regional.

Segundo Richardson (1969), um terceiro conceito ainda é possível para revelar as bases da estrutura regional. Esse modelo se refere à região de planejamento ou de programação. Considerando que a implementação de políticas regionais exige uma capacidade de implementação que, na maioria dos casos, está nas mãos dos governos, este modelo surge da concepção de que a estrutura regional pode ser definida em termos de coerência e unidade. Um determinado nível de programação deve ser suficientemente flexível para compor a definição de jurisdições políticas de vários níveis regionais. Todavia, a maior crítica revelada para este modelo é a de que as regiões de planejamento somente serão eficazes se formadas a partir de unidades naturais, obedecendo-se à influência das forças econômicas. De certa forma, existe uma opinião geral, segundo Richardson (1969) de que a região metropolitana (nodal) é a unidade ótima para a formação de uma região de planejamento.

2.2.2 – O Nordeste como Região

Segundo Albuquerque (2005), a geografia brasileira era muito simplificada nos períodos que compreendiam o Império (1822 – 1889) e durante a Velha República (1889 – 1930). Havia as províncias, depois denominados de Estados, do Norte (do Pará à Bahia) e do Sul (do Espírito Santo ao Rio Grande). Ainda não existia a concepção das grandes regiões como Nordeste, Sudeste, etc.

O início da formação da região nordestina somente começou a ser concebida, a partir das grandes secas ocorridas no final do século XIX e no início do XX. Segundo a observação de Freyre (1961), em 1937, a palavra Nordeste denotava apenas o significado de secas ou sertões, representando apenas “um lado do Nordeste”.

Apenas em 1942, o IBGE definiu a primeira regionalização oficial do Brasil. O Nordeste brasileiro ficou formado pelo Nordeste Ocidental (Maranhão e Piauí) e Oriental (do Ceará a Alagoas). Os Estados de Sergipe e Bahia ficaram compreendidos em uma região denominada Leste.

Somente em 1969-70, com a atual representação, para fins estatísticos, das grandes regiões brasileiras é que o Nordeste passou a ser atualmente representado com a incorporação da região Leste (Bahia e Sergipe) e a fusão dos Nordestes Ocidental e Oriental. Atualmente a região é composta por nove Estados: Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia.

No âmbito dos principais pólos regionais nodais, podemos citar que as grandes metrópoles nordestinas são as cidades de Recife, Salvador e Fortaleza. Também se destacam outros grandes centros regionais importantes, com menor intensidade aos anteriormente citados, são eles: São Luís, Teresina, Natal, João Pessoa, Maceió, Aracajú, Petrolina, Juazeiro, Ilhéus e Itabuna.

A figura 01 mostra as principais áreas polarizadas do Nordeste e a intensidade das interações dos fluxos econômicos entre esses centros.

FIGURA 1
FLUXOS ECONÔMICOS ENTRE ÁREAS POLARIZADAS DO NORDESTE.



O Nordeste possui área de 1.554.000 km² e ocupa 18,3% da área do território brasileiro. Segundo Albuquerque (2005), duas características principais se destacam no território: a influência atlântica com seu elevado grau de maritimidade, 2,5 vezes superior ao do restante do país e o expressivo bolsão semi-árido interior, que se estende desde o Piauí à Bahia.

2.2.3 – A Teoria da Renda Inter-Regional

Um das primeiras teorias que surgiram sobre a determinação da renda inter-regional foi a teoria da base de exportação. Conforme Richardson (1975), “a idéia que sustenta a teoria de base econômica regional é a de que o único, ou principal, fator determinante do nível geral de atividades numa região é o nível geral de atividades, ou setores, que são mantidos pela

demanda exterior à região”. A teoria de base da exportação é uma teoria extremamente simplificada, pois supõe que as exportações são os únicos determinantes da renda regional.

Houve diversas críticas para este modelo extremamente simplificado, principalmente pelo fato de que desconsidera as alterações no consumo, advindas do investimento privado e dos gastos do governo. Sendo estes dois últimos extremamente importantes para a determinação da renda regional. Da mesma forma, este modelo não se adapta a um sistema de várias regiões, reduz-se apenas a duas regiões que podem ser destacadas como a região local e o resto do mundo.

Considerando as restrições encontradas no modelo da base das exportações, Metzler (1950) criou uma análise mais sofisticada para o desenvolvimento da teoria da renda inter-regional e desenvolveu um multiplicador inter-regional, introduzindo a interdependência em um sistema multirregional. Desta forma, Metzler concluiu que: “a renda líquida de uma região, da mesma forma que a de um país, é constituída pelos gastos em consumo, mais o investimento líquido, mais as exportações, subtraindo-se as importações”.

Atualmente, o modelo mais utilizado para o estudo da renda de um país ou de uma determinada região é o conceito de PIB (Produto Interno Bruto). Conforme Blanchard (2004), este modelo parte do pressuposto de que alterações na demanda, refletem alterações na produção, que geram modificações na renda, que, por sua vez, desencadeiam mudanças novamente na demanda. Segundo este modelo, a renda de uma região pode ser expressa pelo *Consumo*, que é representado por todos os bens e serviços adquiridos pelos consumidores; somado ao *Investimento*, que pode ser representado pelo investimento não residencial e residencial; somado aos *Gastos do Governo*, que são os bens e serviços adquiridos pelos governos federais, estaduais e municipais; somado ao *Saldo da Balança Comercial*, ou seja, o valor correspondente às exportações subtraídas das importações.

2.2.4 – As Teorias da Localização

Segundo Ferreira (1989) as teorias de localização se estruturam fundamentalmente na interpretação da decisão do empresário, inserido em uma economia de mercado, em se estabelecer na melhor localidade possível. Esta disposição se alinha a buscar elementos para minimizar os custos operacionais e, conseqüentemente, os custos de transporte das matérias primas e do produto final até o mercado consumidor, a fim de obter o maior lucro possível.

Ferreira (1989) afirma a existência de dois grupos distintos de teorias da localização: as que consideram os mercados consumidores puntiformes, ou seja, os consumidores se concentram em pontos discretos do espaço geográfico, e as que consideram os consumidores dispersos, em áreas de mercado de diversos tamanhos.

As principais diferenças entre as teorias dos dois grupos acima citados, residem nas seguintes questões conceituais. Quanto às condições de demanda, as teorias do primeiro grupo consideram o preço como uma variável fixa e as curvas de demanda são perfeitamente elásticas para o produtor; no segundo grupo, os preços são variáveis e as curvas de demanda são relativamente elásticas para o produtor. Quanto à estrutura de mercado, as teorias do primeiro grupo consideram a concorrência perfeita e pura, enquanto as do segundo grupo entendem que a concorrência é imperfeita. Quanto à mobilidade dos fatores as teorias do primeiro grupo entendem que os fatores capital e trabalho possuem mobilidade relativamente imperfeita, enquanto as do segundo grupo, consideram a perfeita mobilidade dos fatores capital e trabalho.

A teoria Weberiana de localização industrial (primeiro grupo) considera três fatores essenciais que influenciam o empresário a localizar a sua estrutura industrial em determinada posição, que são: os custos com transportes, o custo da mão-de-obra e um fator local constituído por forças de aglomeração e desaglomeração. Webber (1929) supunha em seu modelo que as fontes de matéria prima eram locais conhecidos e que as suas quantidades eram limitadas, como também os mercados consumidores. Estes mercados eram constituídos por pontos no espaço geográfico onde estariam distribuídos. Segundo o autor, o primeiro procedimento para a tomada da decisão da localização da empresa seria nos seguintes locais: na fonte da matéria prima, no mercado consumidor ou nos entroncamentos das redes de transportes. A teoria de localização de Webber (1929) detém quatro condições básicas que delimitam o modelo: as localizações dos pontos de consumo e a intensidade da demanda são dados e constantes, ou seja, a demanda é perfeitamente elástica; as localizações dos depósitos das matérias primas são dadas, bem como infinitamente elástica, a um dado preço a sua oferta; os locais onde a mão-de-obra está disponível são dados e nesses locais a oferta de mão de obra é infinitamente elástica a uma dada taxa de salários reais.

Outra teoria de localização (também do primeiro grupo) aplicada ao estudo da economia regional é a Teoria da Localização Agrícola de Von Thunen. Esta teoria se diferencia da de Weber pelo fato de que, ao invés de determinar o sítio ótimo para a localização da firma, responde-nos questionamentos como: o que se deve produzir em um

determinado local? Onde deve se localizar esta produção? Neste modelo, a terra se destaca como principal fator de produção. A dispersão geográfica para a concepção desta teoria se baseia não só na questão tecnológica, que aborda o uso da própria terra no processo de produção, como também, na questão econômica, a exemplo, do preço da terra, cujo valor relativo afeta a sua utilização, no qual também se incluem os custos com transporte. Para o autor, o que diferencia as glebas entre si é a localização com relação ao centro de consumo e o preço, ou renda de localização. Esta renda varia de acordo com distância para o mercado e diminui enquanto se afasta, até por fim se anular. Uma simplificação básica da teoria de Von Thunen pode ser expressa pela assertiva de que, quanto maior for o custo do transporte por unidade e a distância entre o local de produção e o mercado consumidor, menor será o lucro do produtor. Como exemplo é possível afirmar que, se determinado produto agrícola tem alto custo de transporte, este deverá ser produzido próximo à cidade, ao contrário, outro, com menor custo de transporte, poderá ser produzido em local mais distante do centro consumidor.

Como princípios fundamentais para as teorias de localização do grupo dois são destacadas a importância do aspecto da interdependência locacional e da influência das condições de mercado na decisão de onde se localizar e empresa. Nesse processo decisório, a consideração da existência de concorrentes já localizados em determinados sítios, como também, a decisão locacional das outras empresas são incluídas na análise.

Uma das contribuições pioneiras sobre a interdependência locacional foi realizada por Hotelling¹ (1929), enquanto determinou essa decisão, influenciada pela presença de um concorrente. Como exemplo, podemos citar o caso dos dois vendedores de sorvete em uma praia. Para tanto, é preciso admitir a existência de dois vendedores e de diversos consumidores dispersos em uma área, consumindo uma unidade de um produto homogêneo, por um determinado período de tempo.

Admita que os consumidores estão distribuídos uniformemente ao longo da praia, sendo a demanda perfeitamente inelástica e o custo de produção constante. O custo do sorveteiro é transportar o sorvete até o consumidor. Em um primeiro estágio, Hotelling afirma que esses vendedores estarão localizados em pontos distintos e distantes, cada um, atuando em sua fatia de mercado. Todavia, em um segundo estágio, o vendedor A se aproximará do vendedor B, pois observa que poderá obter maior lucro se invadir uma parcela do mercado do seu concorrente. O vendedor B, por sua vez, também irá se deslocar para a fatia de mercado

¹ O artigo de Hotelling tornou-se uma referência pois tratava da questão da determinação de preços em uma concorrência duopólica.

de A em busca de maximizar os seus lucros. Observe-se que, quanto mais os sorveteiros se afastavam dos seus mercados cativos, aumentavam os seus custos com transporte. Nessas circunstâncias, Hotelling admite que os dois vendedores, em uma condição de equilíbrio estável, iriam localizar-se em um ponto central do mercado, um ao lado do outro.

Apesar de diversos autores considerarem este modelo como uma situação de hipótese limitada, constitui um experimento conceitual relevante para demonstrar as consequências advindas da interdependência locacional.

Segundo Ferreira (1989), existem diversas outras teorias mais modernas e dinâmicas² que podem ser admitidas quando se trata da questão da melhor localização da empresa. Tantas outras podem ser aplicadas a esse estudo, que se fundamenta em uma importante ferramenta para a decisão do empresário em maximizar os seus lucros. O que se pode concluir é que as teorias clássicas de localização ainda se constituem em importantes contribuições para a análise da orientação locacional.

A constituição destas teorias significa um importante elo para explicar, não apenas, a melhor localização para a empresa, mas também surge como indispensável ferramenta para o desenvolvimento regional.

2.2.5 – O Modelo Gravitacional.

A base fundamental para a constituição do modelo gravitacional está na conceituação das regiões polarizadas. A composição de heterogeneidade dos subespaços que compõem as regiões polarizadas resulta do pressuposto de que haja uma interligação ou interdependência entre estes pontos. Os efeitos exercidos por um pólo de desenvolvimento se caracterizam pela capacidade de induzir transformações nas suas áreas de influência denominadas “efeitos de arrasto”. De certa forma, os centros dominantes condicionam e determinam a dinâmica às áreas consideradas periféricas ou dominadas.

A determinação dessas regiões polarizadas se baseia, principalmente, em técnicas de análise dos fluxos inter-regionais e intra-regionais de várias naturezas, sejam elas, econômicas, monetárias, financeiras, mercadológicas, culturais, etc.

² As teorias de localização dinâmicas procuram compreender o surgimento de empresas em um dado local, o desaparecimento, as realocações, a segmentação da produção, a utilização de recursos como resultado da estratégia de acumulação oligopólica (inclusive a nível mundial) dos grandes conglomerados.

Os aspectos conceituais e teóricos dos modelos gravitacionais constituem um recurso para a compreensão das causas que resultam na movimentação de mercadorias, pessoas, capital, etc., entre os diversos pontos de um espaço geográfico.

A idéia principal que concebe o modelo gravitacional se baseia nas ciências sociais com a teoria do campo de força newtoniano ou colombiano. Segundo Ferreira (1989), admite-se que existe uma força de interação entre duas cidades em que ocorrem atividades humanas, a qual é uma função que caracteriza os elementos do tamanho das populações das cidades e do inverso da distância entre elas.

A hipótese fundamental desse modelo é de que a interação entre os indivíduos em suas atividades é proporcional às massas ou populações entre as cidades, ou seja, quanto maiores os aglomerados humanos, provavelmente, maior deve ser a comutação entre estes aglomerados. Da mesma forma, quanto maior a distância, maior o custo e o sacrifício em deslocar-se no espaço, ocorre uma redução paulatina desta atração.

O modelo gravitacional é baseado em uma formulação probabilística, e não em um modelo de otimização, as áreas de influência de cada centro dependem das posições relativas dos potenciais de atração desses centros, de tal modo que o fluxo deve se deslocar para o centro da área de influência do campo de força em que se encontra.

Hidalgo e Vergolino (1998) examinaram o fluxo de comércio do Nordeste para o resto do Brasil e o do exterior, usando o modelo da equação de gravidade. Desta forma, avaliaram para o ano de 1991, a relevância das fronteiras internas e externas sobre o padrão do comércio internacional e interestadual. Os autores explicam que o modelo gravitacional tem sido utilizado para analisar diversos aspectos do comércio, inclusive em nível internacional. Este modelo é utilizado para examinar, por exemplo, os efeitos sobre o comércio, provocados pela integração econômica. Como conclusão deste trabalho, Hidalgo e Vergolino (1998) mostram a existência de uma alta elasticidade das exportações nordestinas em relação ao produto doméstico bruto regional. Os números também demonstram a existência de um maior nível comercial interno em relação ao nível internacional. Também, os autores identificaram um resultado novo na literatura internacional, enquanto a elasticidade do comércio do Nordeste, relativa ao produto doméstico bruto regional, mostrou-se menor do que a elasticidade do comércio em relação ao produto doméstico bruto dos Estados importadores.

Em suma, o modelo gravitacional é bastante útil para delinear os limites das áreas de influência dos diversos centros, desenhando a estrutura de polarização de um sistema de cidades em um espaço geográfico.

A aplicação deste modelo é utilizada para a elaboração de estratégias de desenvolvimento econômico e social, considerando não apenas centros econômicos isolados, mas sim, um sistema interativo de cidades, regido por forças de interação entre os seus centros.

2.3 – As Teorias do Comércio Internacional

2.3.1 – Histórico dos Modelos de Comércio

Entre os séculos XVI e XVIII, as idéias mercantilistas eram os princípios estabelecidos sobre o comércio internacional. A doutrina mercantilista considerava que para uma nação enriquecer deveria obter maior quantidade de reserva de metais preciosos. Também acreditavam que a principal maneira de uma nação se tornar rica era exportar mais do que importar, principalmente se o recebimento dessas importações fosse realizado em ouro. Como questão principal das idéias mercantilistas, desenvolvia-se um elemento chamado nacionalismo econômico em que os interesses das nações estariam em conflito, considerando-se a impossibilidade de haver superávit comercial entre todas as nações e que uma nação enriqueceria em detrimento do empobrecimento de outras.

O Modelo de Trocas é uma teoria que parte de simplificações extremas para explicar como ocorrem os ganhos de comércio entre dois países ou duas regiões distintas. Segundo Caves (2001), se duas regiões produzem dois bens distintos e os insumos utilizados para produzir estes bens estão presos em suas respectivas ocupações, ambos os países podem obter ganhos, com a relação comercial bilateral, se houver diferenças entre os preços relativos das mercadorias produzidas nas duas regiões. Como resultado final, as regiões envolvidas obtêm ganhos em uma razão de preço intermediária. Neste modelo, cada região pode especializar-se na produção da mercadoria que possui condições mais positivas de produção.

Outro modelo que contribui para o presente estudo é o Modelo de Ricardo, desenvolvido em 1817. No Modelo Ricardiano, as regiões exportarão os bens produzidos, com o trabalho interno, de modo eficiente e importarão bens produzidos pelo trabalho interno

de modo ineficiente. Conforme Caves (2001) esta condição somente ocorrerá mediante a visão estrita da teoria do valor do trabalho, considerando-se as seguintes condições fundamentais: o trabalho é o único fator de produção; o trabalho é homogêneo e o mesmo salário é pago a todas as ocupações e o número de horas de trabalho necessárias para produzir uma unidade não se altera com o aumento da produção. O padrão da produção de um país é determinado pelas vantagens comparativas.

O Modelo de Fatores Específicos foi desenvolvido por Paul Samuelson e Ronald Jones. Tal modelo acrescenta os fatores terra e capital ao Modelo de Ricardo. O modelo considera que a mão de obra é um fator móvel e pode se deslocar entre os setores de uma mesma economia, enquanto, os outros dois fatores, capital e terra, são considerados específicos, uma vez que apenas podem ser utilizados na produção de bens particulares. Portanto, supõe-se que para produzir alimentos, a economia precisa combinar trabalho e terra, ao passo que para produzir vestimentas, é preciso combinação dos fatores terra e capital.

Outro importante modelo, utilizado amplamente nos tempos atuais, é o de Heckscher-Ohlin. Seus conceitos iniciais foram desenvolvidos em 1919, por Eli Filip Heckscher e concluídos em 1930, por Bertil G. Ohlin. Também denominado 2x2, este modelo analisa uma economia que produz dois bens com o uso de dois fatores de produção. Dois paradigmas fundamentais compõem esta teoria: o primeiro afirma que “o padrão de comércio reflete as dotações relativas de fatores de produção – países com a mão de obra relativamente abundante tendem a exportar mercadorias, relativamente intensivas em mão-de-obra”. O segundo paradigma afirma que “a liberalização comercial beneficia o fator de produção relativamente abundante, mas prejudica o fator relativamente escasso”.

Quatro importantes teoremas compõem a teoria de Heckscher-Ohlin são eles:

- **Teorema de Heckscher-Ohlin:** Cada país se especializa e exporta o bem cuja produção emprega intensivamente o seu fator abundante;
- **Teorema da equalização dos preços dos fatores de produção:** O livre comércio equaliza os preços dos fatores de produção nos dois países;
- **Teorema de Rybczynski:** O aumento na dotação de um fator aumenta a produção mais que proporcional do bem que usa esse fator de forma intensiva e diminui na produção do outro bem;

- **Teorema de Stolper-Samuelson:** O comércio beneficia a remuneração do fator de produção abundante de cada país em detrimento da remuneração do fator escasso.

Segundo Caves (2001), o modelo de Heckscher-Ohlin tornou-se muito popular, não apenas na área do comércio internacional, como também no campo das finanças públicas e crescimento econômico.

2.3.2 – Testes Empíricos do Modelo de Heckscher-Ohlin

É muito vasta a literatura que aborda as aplicações práticas do Modelo de Heckscher-Ohlin em todo o mundo. Portanto, como exemplo das aplicações desta teoria, citaremos três casos. O primeiro é o caso clássico do Paradoxo de Leontief, em famoso estudo publicado em 1953, que aplica o modelo para a economia dos Estados Unidos. O segundo, aborda a aplicação realizada por Arbache (2004), que analisou as estruturas de emprego e salário componentes da teoria de Heckscher-Ohlin, frente à recente liberalização econômica, ocorrida no Brasil. O terceiro é o caso realizado por Istake (2003), em sua tese de doutorado, em que examina o comércio interno e externo do Brasil e das suas macrorregiões sob a aplicação deste modelo.

Após a segunda guerra mundial, Leontief (1953) desenvolveu um estudo sobre a composição das importações e exportações norte-americanas. Seria de se esperar que a economia americana exportasse bens intensivos em capital e importasse bens intensivos em mão de obra. Todavia, o famoso “Paradoxo de Leontief” observou que as exportações americanas eram menos intensivas em capital do que as importações. Conforme Krugman (2004), uma possível explicação para este paradoxo reside no fato de que os Estados Unidos possuem uma vantagem especial para produzir novos produtos ou bens fabricados com tecnologias inovadoras. Portanto, estes produtos podem ser menos intensivos em capital que os produtos cuja tecnologia demoram em se desenvolver e se tornarem adequados para a produção em massa. Desta forma, os Estados Unidos estariam exportando produtos que exigiam alto grau de qualificação de mão-de-obra e produtos inovadores e importando manufaturas pesadas que exigiam altos investimentos em capital.

O trabalho de Arbache (2004), realizado para o Brasil, investigou como o recente processo de liberalização comercial, ocorrido no país afetou as estruturas de emprego e

salário. Analisou, portanto, dados da indústria manufatureira em um período anterior e posterior à abertura comercial (entre 1987 e 1998) avaliando-se como mudaram as participações relativas no emprego e os prêmios salariais. De acordo com a Teoria de Heckscher-Ohlin, Arbache (2004), admitia a hipótese de que: “Em um país em desenvolvimento, setores cujas tecnologias são intensivas em trabalho pouco qualificado devem observar crescimento da participação no emprego, enquanto setores intensivos em trabalho qualificado devem perder participação no emprego devido à suposta perda de competitividade no período pós-abertura. De outro lado, os salários relativos dos trabalhadores dos setores que experimentam maior concorrência externa devem diminuir, enquanto os salários relativos dos trabalhadores dos setores que ganham espaço devem aumentar.”

Contudo, os resultados empíricos encontrados por Arbache (2004) revelaram-se com efeitos inesperados sobre as variáveis examinadas, de maneira que ficou constatado estatisticamente que a liberalização comercial e as demais reformas da década de 90, não acarretaram mudanças significativas na estrutura de empregos e salários do Brasil. Haja vista que o Brasil é rico em mão-de-obra sem especialização, pela teoria clássica, este deveria ser o fator de produção mais beneficiado. As possíveis explicações para esse resultado residem no pressuposto de que existe, no Brasil, uma elevada estabilidade temporal das estruturas de emprego e salário. Arbache (2004) também levanta a possibilidade de que o processo de abertura comercial, no Brasil, ainda tenha sido limitado e insuficiente para alterar a alocação de recursos e mudar os preços relativos.

O trabalho realizado por Istake (2004) apresentou o teste da validade do Teorema de Heckscher-Ohlin para o Brasil nas seguintes condições: comércio externo do Brasil, comércio externo das regiões e o comércio interno entre as macrorregiões.

Segundo Istake (2004), o Teorema de Heckscher-Ohlin se mostrou válido, enquanto examinado para o comércio exterior do Brasil com os Estados Unidos, União Européia e Ásia, pois a composição das exportações para esses países apresentavam proporção maior de mão-de-obra não qualificada em comparação com as importações, enquanto, com o Mercosul, o Brasil apresentou maior percentual de mão de obra qualificada na composição de suas exportações em detrimento das suas importações.

A região Centro-Oeste demonstrou, em sua composição, a exportação de produtos de mão-de-obra não qualificada com a Ásia, União Européia e o resto do mundo e importador de mão de obra qualificada. Para o Mercosul, a Região Centro Oeste exportou produtos

intensivos em mão-de-obra qualificada. Para os Estados Unidos, foi exportadora de ambos os fatores. Quanto ao comércio inter-regional, é possível afirmar que a região Centro-Oeste foi relativamente abundante em mão-de-obra não qualificada.

As exportações líquidas internacionais da região Norte foram abundantes em mão-de-obra não qualificada com a Ásia, Estados Unidos, União Européia e resto do mundo, enquanto, no comércio com o Mercosul apresentou característica contrária. Para o comércio inter-regional a região Norte apresentou saldo negativo nas exportações líquidas de mão-de-obra qualificada, como também não qualificada.

O Nordeste apresentou mais intensidade em mão-de-obra não qualificada em suas exportações líquidas no comércio com os Estados Unidos e União Européia, no entanto, demonstrou característica inversa no comércio com o Mercosul, Ásia e resto do mundo. No comércio inter-regional, é possível observar que o Nordeste foi importador líquido de ambos os fatores de produção. Todavia, como esta região apresenta relativa predominância em mão de obra não qualificada, era de se supor que haveria maior exportação de produtos intensivos em mão-de-obra não qualificada e importação de produtos com mão-de-obra qualificada. Na verdade, o que se observa é que o Nordeste importou massivamente produtos intensivos em mão-de-obra não qualificada (aproximadamente duas vezes o total das exportações), como também bens intensivos em mão-de-obra qualificada (aproximadamente três vezes o total das exportações). Portanto, o teorema de Heckscher-Ohlin não foi válido para o comércio inter-regional do Nordeste com as demais regiões brasileiras.

A região Sul apresentou comércio relativamente abundante em mão-de-obra qualificada somente com o Mercosul. Com os demais destinos internacionais, demonstrou-se abundante em mão-de-obra não qualificada. No comércio inter-regional, a região Sul foi importador líquido de mão-de-obra qualificada e exportador de mão-de-obra não qualificada.

Para a região Sudeste, também foi comprovada a teoria de Heckscher-Ohlin, pois o fator abundante esteve relativamente presente em maior proporção nas exportações, enquanto o mais escasso, nas importações. Apresentou, em suas exportações líquidas internacionais, abundância em mão-de-obra não qualificada para todos os destinos internacionais com exceção do Mercosul. Para as exportações líquidas, no comércio inter-regional, a região Sudeste apresentou relativa abundância em mão-de-obra qualificada, importando produtos intensivos em mão-de-obra não qualificada e exportando mercadorias mão-de-obra não qualificada para as demais regiões do país.

Hidalgo e Feistel (2007) afirmam que o Nordeste apresenta um aumento na exportação internacional de produtos abundantes em capital, em detrimento a uma certa diminuição dos produtos intensivos em trabalho. Este resultado é contrário do que se esperaria pela teoria, uma vez que a mão-de-obra é o insumo abundante na região. Ao mesmo tempo, entre 1990 e 2004, houve um aumento das importações internacionais nordestinas de produtos intensivos em capital.

Segundo Hidalgo (2000), ocorreu, entre os anos de 1975 a 1995, a seguinte alteração na estrutura das exportações internacionais do Nordeste, considerando a intensidade fatorial do produto: recursos naturais de 67,23% para 65,22%, mão-de-obra de 23,90% para 12,28% e capital de 8,87% para 22,50%.

2.4 – Considerações Finais

Neste capítulo, foram descritos alguns conceitos sobre comércio inter-regional e crescimento e as principais teorias do comércio internacional. Foi realizado, por meio de uma revisão bibliográfica, um estudo sobre a estrutura regional, a formação geográfica e econômica do Nordeste como região, a teoria da renda inter-regional, as principais teorias de localização, o Modelo Gravitacional, o histórico dos principais modelos de comércio e testes empíricos para a Teoria de Heckscher-Ohlin.

As teorias e modelos abordados neste capítulo se configuram em importantes referências para o desenvolvimento de políticas de crescimento econômico, como também, oferece a base científica para um melhor entendimento dos fluxos comerciais entre as regiões do país. Desta forma, a revisão realizada neste capítulo, nos fornece um embasamento teórico para um melhor entendimento das relações do comércio inter-regional do Nordeste com as demais regiões do país.

CAPÍTULO 3

ASPECTOS METODOLÓGICOS E DADOS UTILIZADOS

Ao realizar este estudo foi possível comprovar que existe no Brasil uma grande carência em relação às informações sobre os fluxos inter-regionais de bens e mercadorias. Os levantamentos existentes em grande parte se deparam com restrições metodológicas, ausência de determinados Estados na composição das matrizes, o que dificulta uma maior precisão na análise e avaliação destes dados.

Diante das condições apresentadas nas bases de dados do comércio inter-regional brasileiro, principalmente, quanto à qualidade das informações reveladas, das imprecisões demonstradas por omissões dos fluxos de importantes Estados e também da ausência de dados (grandes lacunas onde os dados não foram levantados), utilizamos, neste trabalho, uma série, tendo como base os anos de 1943, 1947, 1961, 1969, 1976, 1980 e 1999, pois parecem ser os mais significativos e, metodologicamente, consistentes. Desta forma, é possível obter uma boa noção sobre o desenvolvimento do comércio inter-regional do Nordeste brasileiro em diversos pontos distintos ao longo do século XX..

Na análise agregada, utilizaram-se como base, os anos acima citados, quando foi possível analisar o comércio inter-regional, também no contexto do comércio total, e quanto à participação dos Estados da região Nordeste. Na análise estrutural, quando foi possível avaliar a composição por produtos das pautas de exportações e importações do Nordeste, utilizaram-se, como base, as matrizes por produtos dos anos de 1976 e 1999.

Dentre as informações disponíveis para o Brasil, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) realizava periodicamente levantamento do comércio por vias internas no país e publicava nos Anuários Estatísticos do Brasil. Estas informações deixaram de ser levantadas a partir no final da década de 1960. Todavia, havia uma série de problemas

metodológicos pela falta de cobertura de importantes Estados que ficavam ausentes nas tabulações ou pela descontinuidade dos levantamentos realizados.

Galvão (1999) foi um dos autores que utilizou esta base de dados do IBGE, a fim de organizar e demonstrá-las em forma de matrizes, revelando uma melhor avaliação das informações disponíveis, como também, oferecendo melhor tratamento metodológico à base de dados. Portanto, utilizamos como base para este estudo, referente aos períodos anteriores a 1970, os anos analisados pelo autor.

Nas matrizes de 1943 e 1947, ocorre a ausência das informações referentes às exportações e importações do Estado de São Paulo, relativo aos Estados da região Norte e Nordeste. Também outras ausências de informações, igualmente, foram percebidas, como as transações relativas às importações e exportações do Espírito Santo, de e para alguns Estados do Nordeste. Nesse último caso, não se sabe ao certo se esta omissão decorre da ausência de transações entre os Estados ou da impossibilidade do levantamento das informações. Na matriz de 1947, em razão da ausência de dados, foram utilizados os dados de 1943 para os Estados do Acre e Mato Grosso.

Na matriz de 1961, percebe-se a omissão referente à ausência das informações relativas aos Estados de São Paulo e Minas Gerais. A ausência de Minas Gerais não pode ser evitada, mas os dados para São Paulo foram incluídos a partir de um levantamento independente realizado pelo Departamento Estadual de Estatística, utilizando as mesmas fontes e metodologia do IBGE. Foram utilizados dados do ano de 1962 para os seguintes Estados: Acre, Piauí, Alagoas e Mato Grosso.

A matriz de 1969 é uma das mais completas e resulta da recuperação de dados não processados pelo IBGE, realizado por Andrade (1977), por meio de projeto do Departamento de Economia da Universidade Federal de Minas Gerais.

É preciso salientar que as matrizes anteriores a de 1969 não contemplavam valores referentes ao transporte por cabotagem. Nestas tabelas, não foi possível realizar uma agregação em razão do meio de transporte utilizado. Portanto, apesar do transporte por cabotagem ser representativo nestes anos, deve-se considerar apenas o transporte por vias internas para este trabalho. Na tabela de 1969, realizada pela CEDEPLAR da UFMG, já contemplava de maneira agregada o comércio por vias internas, somado à cabotagem. Todavia, como a cabotagem havia praticamente se extinguido neste período não afeta a qualidade dos dados dispostos.

Como as informações sobre o comércio inter-regional foram interrompidas pelo IBGE na década de 1960, a SUDENE realizou, para os anos de 1974 a 1980, levantamento do comércio por vias internas dos Estados da região Nordeste. Este foi um trabalho de grande qualidade e valor científico, pois não se revelou restrito apenas ao levantamento dos dados em forma de matrizes, mas apresentou tabelas que demonstravam, detalhadamente, a composição estrutural dos produtos constantes nas pautas de importações e exportações inter-regionais do Nordeste brasileiro. Escolhemos, portanto, os dados referentes aos anos de 1976 e 1980, uma vez que, se demonstraram mais precisos e com menos ausências de informações e imprecisões metodológicas.

Finalmente, para o ano de 1999, decorrida uma lacuna de quase 20 anos, utilizamos, como base, o trabalho realizado por Vasconcelos (2001) e Vasconcelos e Oliveira (2006) da Diretoria de Estudos Regionais e Urbanos (DIRUR) do IPEA. O primeiro trabalho foi idealizado com base na elaboração de uma matriz do fluxo do comércio de bens e serviços, no Brasil, para o ano de 1999. O segundo, ainda mais completo e conclusivo, teve como base, a análise da matriz por atividade econômica, introduzindo-se detalhes sobre a composição estrutural das pautas do comércio inter-estadual. Nas matrizes de 1999, foram desconsiderados os dados relativos aos Estados do Maranhão e Rio Grande do Norte em razão de graves inconsistências nas informações apresentadas. Também estiveram ausentes da matriz os Estados do Acre, Amapá e Roraima, pois não apresentaram a planilha de intercâmbio comercial com outros Estados. Outra omissão importante é a ausência dos dados por atividades (produtos) do Estado do Ceará, onde somente foi possível realizar a análise agregada.

O instrumento de coleta³ das estatísticas de comércio inter-regional era a guia de exportação, de emissão obrigatória em todos os estados do país, quando da saída de mercadorias, seja para o exterior ou para outros estados da federação. Com a suspensão dos impostos interestaduais, a partir da década de 40, foram abolidas as guias de exportação, passando os estados a realizarem instrumentos de coleta próprios, às vezes precários, que em muitos casos acarretavam imperfeições nos dados e retardamentos nas apurações. Para as matrizes de 1943, 1947, 1961 e 1969 foram consideradas as notas fiscais emitidas pelos Estados e em posse da Secretaria da Fazenda de cada Unidade da Federação. Para o ano de

³ Galvão (1999) evidencia que circunstâncias políticas operaram, algumas vezes, no sentido de impedir o levantamento dos fluxos de comércio interestadual. Por inspiração dos órgãos de estatística, várias iniciativas do Poder Executivo de implantar um sistema nacional de coleta foram bloqueadas pelo Poder Legislativo Federal. Em 1952 e 1954 projetos de lei foram remetidos ao Congresso Nacional, todavia não foram aprovados. Obtinha-se a impressão de que, principalmente os estados que detinham maior superávit, não apresentavam o interesse em revelar a natureza de suas relações comerciais.

1976 e 1980, as informações também foram obtidas por meio das notas fiscais, todavia, considerando o elevado volume de notas decidiu-se separar em dois estratos, um superior e outro inferior a CR\$ 20.000, e realizar uma amostragem que compreendia aproximadamente 20% do universo de cada estrato analisado. As informações utilizadas para o ano de 1999 foram fornecidas pelas unidades federativas em um conjunto de planilhas referentes às saídas interestaduais de mercadorias, de bens e serviços. Nos dados primários constam as transações interestaduais globais (tributadas e não-tributadas) representadas pelos valores contábeis das saídas para as demais Unidades da Federação, informadas pelo Estado remetente.

Quanto à análise estrutural realizada neste trabalho, quando foi analisada a composição das pautas de comércio inter-regional, foram utilizadas as matrizes por produto dos anos de 1976 e 1999. Vale salientar que em 1976 os produtos estavam classificados por meio do padrão da Classificação Brasileira de Mercadorias, enquanto em 1999 estavam dispostas segundo os critérios dos Códigos CNAE-F (Classificação Nacional de Atividade Econômica-Fiscal). Em face da impossibilidade de conversão dessas tabelas para um único código específico, em razão das suas especificidades e aglomerações de determinados produtos, ambas estiveram dispostas em suas classificações originais.

Os dados referentes ao comércio internacional dispostos neste trabalho foram obtidos por meio dos seguintes critérios: para os anos de 1943 a 1969, utilizaram-se as informações disponíveis nos Anuários Estatísticos do Brasil; para os anos de 1976 e 1980 foram consideradas dados dos relatórios da SUDENE da mesma época; e, finalmente para 1999, foram extraídos do sistema Alice-Web (MDIC) em dólar americano e convertidos para moeda nacional (Real). Para evitar possíveis distorções na conversão, em razão da expressiva volatilidade da taxa de câmbio, neste ano, e determinados picos de exportação ou importação em determinados períodos, utilizamos a taxa de câmbio média de cada mês multiplicado pelo volume de importações e exportações referentes. Ao final, somamos os resultados, quando foi possível obter os valores em Real das importações e exportações internacionais anuais com maior precisão. Apesar de haver dados mais recentes sobre o comércio internacional do Nordeste, a análise realizada neste trabalho se deteve a avaliar até o ano de 1999, por se tratar de uma análise conjunta com os comércios inter-regional e intra-regional.

Também é preciso citar o fato de que ocorrem importações no Nordeste, originárias do resto do mundo, por meio de outras regiões. Muitos bens e mercadorias são importados de outros países, principalmente, pelos grandes centros consumidores (região Sudeste) e

distribuídos para outras regiões brasileiras. Neste estudo, estas informações são contempladas como comércio inter-regional e de alguma forma interferem na precisão da análise.

Para evitar eventuais distorções entre as moedas e as diferenças entre os preços relativos dos distintos momentos em que os dados foram analisados, optou-se pela utilização da participação percentual, para que se tornasse possível comparar as informações obtidas em diferentes pontos da economia do país. Também utilizamos a apresentação dos dados por meio de gráficos⁴ para que se tornassem mais evidentes as participações percentuais e ao mesmo tempo fosse possível uma análise conjunta.

Para avaliação da concentração dos produtos integrantes das pautas de exportações e importações (vias internas) do Nordeste, optou-se por utilizar o Índice de Herfindahl-Hirschman, que é definido pela soma dos quadrados da participação de cada produto no total de importações/exportações inter-regionais do Nordeste (Herfindahl, 1950). Este índice foi escolhido por ser amplamente utilizado nos estudos mais recentes sobre concentração, tanto no âmbito do comércio entre nações, como também para identificar condições monopolistas de empresas transnacionais.

$$H = \sum_{i=1}^n P_i^2$$

Onde:

H = Índice de Herfindahl-Hirschman

P_i = Participação percentual do produto i no total de importações ou exportações (por vias internas) do Nordeste.

A situação de maior concentração é expressa pelo valor máximo de 1, sendo n o número de produtos.

Este capítulo teve como objetivo explicar os aspectos metodológicos utilizados para a concepção deste trabalho, como também, a forma pela qual os dados foram trabalhados e escolhidos dentre as fontes disponíveis.

⁴ Omitimos por uma questão estética os rótulos de dados de pontos muito próximos nos gráficos, como também pontos que se encontravam. Todavia, deve-se considerar que a soma dos valores percentuais (ainda que implícitos em alguns casos) sempre correspondem ao total de 100%.

CAPÍTULO 4

ANÁLISE AGREGADA DO COMÉRCIO INTER-REGIONAL DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL.

4.1 – Introdução

Este capítulo se propõe a examinar o comércio inter-regional do Nordeste brasileiro de maneira agregada, com base em dados para os anos de 1943, 1947, 1961, 1969, 1976, 1980 e 1999.

O capítulo se subdivide em três partes:

A primeira parte analisa o comércio inter-regional da região Nordeste com as demais regiões do país, observando-se as participações percentuais de cada região brasileira nas exportações e importações por vias internas. Em complemento, será realizada uma análise específica para a região Sudeste, uma vez que concentra elevados montantes de comércio com o Nordeste. A questão do déficit na balança inter-regional também será analisada.

A segunda parte contempla uma análise do comércio inter-regional do Nordeste brasileiro no contexto do comércio total. Desta forma, o comércio inter-regional será examinado conjuntamente com o comércio internacional e intra-regional. Também será dada ênfase ao comércio com o Sudeste em razão dos expressivos fluxos com essa região. A questão dos déficits na balança de comércio inter-regional e os superávits do comércio internacional nordestinos serão levantados, ao mesmo tempo em que, se examinará até que ponto esses superávits do comércio internacional amenizam os efeitos adversos dos constantes déficits inter-regionais.

A terceira e última parte revelam a participação dos Estados nordestinos no total das exportações inter-regionais do Nordeste. Ao mesmo tempo, também serão apresentadas as participações destes Estados no contexto do comércio intra-regional e internacional.

4.2 – O Comércio Inter-Regional do Nordeste do Brasil.

4.2.1 – Considerações Iniciais sobre o Comércio Inter-regional

Até o final da década de 40, o comércio inter-regional, no Brasil era pequeno e, praticamente, realizado por meio de cabotagem, o que dificultava a intensificação dos fluxos comerciais entre as regiões brasileiras. Segundo Galvão (1999), havia uma situação em que o sistema comercial brasileiro era “um arquipélago de ilhas econômicas isoladas”, onde o comércio ocorria principalmente dentro das próprias regiões. Até mesmo o comércio exterior era mais intenso que entre as regiões do próprio país.

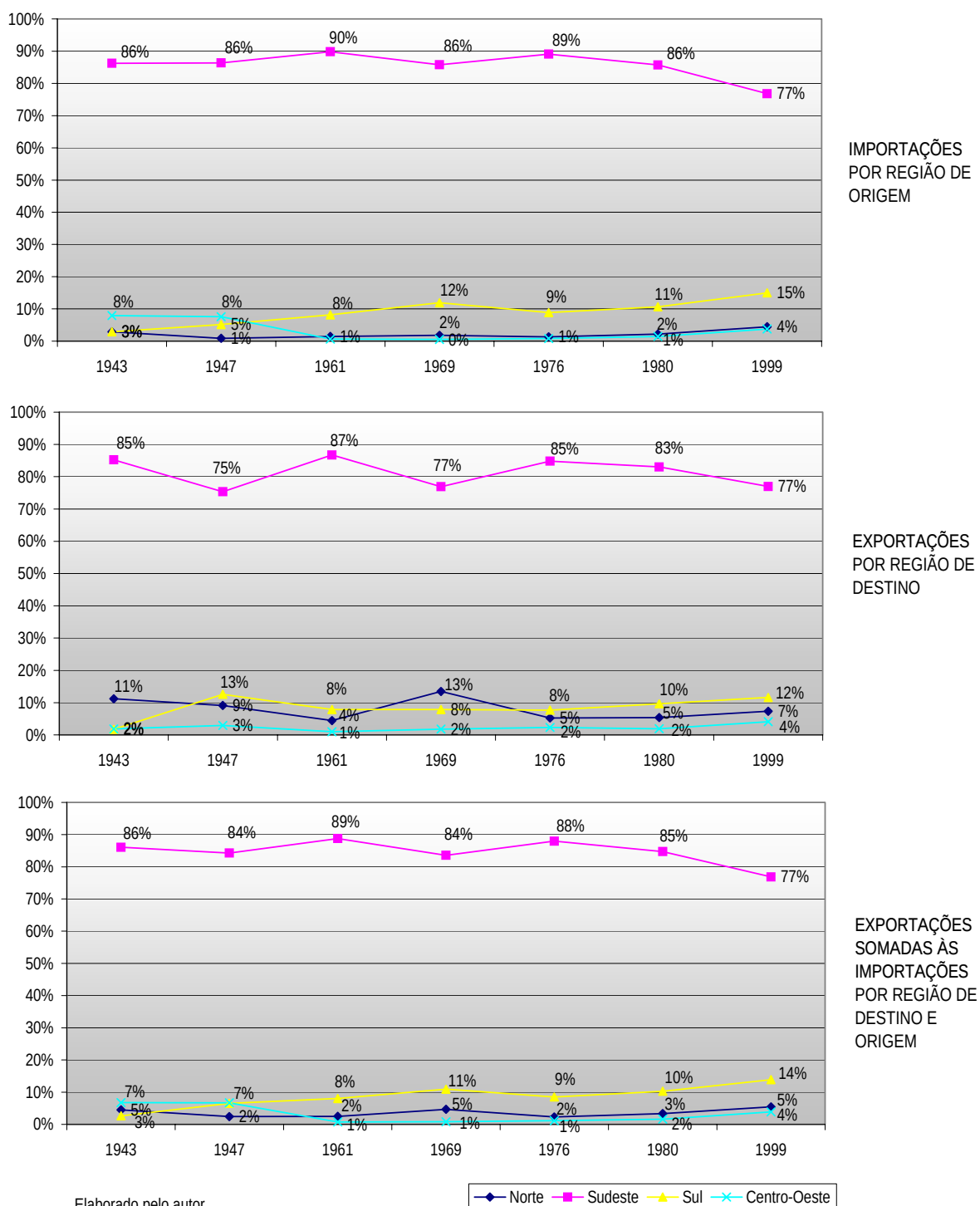
O comércio inter-regional brasileiro começou a se desenvolver de forma mais acentuada a partir da década de 50 com a construção das estradas e com a criação de um sistema unificado de transportes. Os investimentos em infra-estrutura, rodovias e a vinda das multinacionais fomentaram o interesse das empresas nacionais em expandirem o comércio dos seus produtos para outros mercados dentro do país.

Conforme dados do IBGE, analisados por Galvão (1999), para o ano de 1961, houve uma expressiva elevação do comércio inter-regional do Nordeste com as demais regiões do país. Com a exposição do Nordeste à concorrência de outras regiões, ocorreu um aumento do déficit da balança de comércio inter-regional, principalmente com a região Sudeste, que representava 93% do seu saldo negativo.

Para o ano de 1969, um importante aspecto levantado pelo autor, foi a expressiva redução da cabotagem, que representou apenas 4,8% do comércio interestadual. Desta forma, o transporte rodoviário passou a ser o meio mais eficaz de locomoção de mercadorias. Também houve melhoria nas comunicações internas, entre os Estados da região, o que promoveu o comércio.

Ao analisar a participação percentual das regiões brasileiras no comércio inter-regional com o Nordeste, é possível afirmar a existência de características muito distintas, que apontam para um cenário que pouco se alterou ao longo de quase sessenta anos, no período que compreende 1943 a 1999. O que se observa, no decorrer desses anos, é uma concentração dos fluxos comerciais, principalmente com a Região Sudeste, conforme é possível observar no gráfico 01.

GRAFICO 01
IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DO NORDESTE BRASILEIRO POR REGIÃO DE ORIGEM
E DESTINO.
[Em % Percentual]



Considerando-se o comércio inter-regional com as demais regiões do país, o Sudeste figurou como o principal fornecedor e também comprador de mercadorias importadas e exportadas pela região Nordeste do Brasil. Vale Salientar que o Estado de São Paulo obtém uma expressiva representatividade neste comércio, uma vez que se estabelece como o principal fornecedor de produtos para os nordestinos.

4.2.2 – A Atividade Industrial e o Comércio Inter-regional

A hegemonia do comércio da região Sudeste com o Nordeste, conforme se observa no gráfico 01, pode ser explicada por diversos fatores. Dentre eles, destaca-se a intensidade da atividade industrial de cada região.

Segundo Ferreira (1984), após a depressão da década de 30, ao se intentar o processo de substituição das importações, institucionalmente foi criado, no Brasil, um conjunto de mecanismos que detinha o objetivo primordial o de empreender uma nova dinâmica em que o epicentro seria o setor industrial. Desta forma, esta transformação poderia privilegiar certas regiões em maior escala, principalmente pelo fato de contarem com uma estrutura mínima requerida à ampliação do capital. Nessa situação, a região Sudeste, principalmente o Estado de São Paulo, foi privilegiado uma vez que contava com essa condição básica, decorrente da expansão cafeeira. Segundo Delfim Netto (1979), a política do café foi manejada como instrumento para a industrialização, transferindo recursos do setor agrícola, fortemente baseado no café, para os setores industriais urbanos emergentes. A curto prazo, fazia-se sentido arrecadar o máximo em dólares por saca de café para viabilizar, a longo prazo, o setor industrial escolhido como o motor do desenvolvimento. Historicamente, o que se comprovou foi a intervenção estatal e os incentivos com a indução e a implementação de um processo de industrialização centralizado no Sudeste brasileiro, principalmente em São Paulo.

Não resta dúvida de que há uma forte correlação positiva entre a atividade industrial e o volume de comércio realizado entre as regiões de um país. Historicamente, essa condição também se revela verdadeira ao se comparar o Nordeste com o Sudeste, com maior ênfase para o Estado de São Paulo.

Após a década de 30, o Nordeste brasileiro encontrava-se em uma estagnação econômica, política e social. Ferreira (1984) afirma que um dos principais impeditivos da realização de um processo de industrialização no Nordeste foi o desinteresse das oligarquias

locais em alterar as relações produtivas que desenvolvessem melhores condições de trabalho e a dificuldade na tentativa de modificação na estrutura de uso e posse da terra, em contraposição da oligarquia agrária, que detinha também o controle do aparato estatal. Esta economia pouco dinâmica do Nordeste perdurou por muitos anos o que permitiu o maior desenvolvimento das economias sulinas, mais intensamente, no sentido Sudeste para o Nordeste via processo de comercialização de bens e mercadorias. Desta forma, é possível entender o motivo pelo qual pouco se alterou na estrutura do comércio inter-regional brasileiro ao longo do século XX.

Nos anos 60, Goodman e Albuquerque (1974) revelam a progressiva marginalização da indústria de transformação nordestina de manufaturados, em contraposição à crescente dos mercados do centro sul. Sobretudo os gêneros mais dinâmicos e elaborados demonstravam acelerado crescimento do conteúdo importado de demanda. Ao mesmo tempo, a indústria local parecia revelar incapacidade competitiva até mesmo nos mercados locais, dada à forte dependência de bens importados e à procura por produtos como têxteis e alimentos industrializados.

A grande dificuldade das exportações do Nordeste, para o resto do país, na década de 60 poderia ser explicada pela impossibilidade da sua indústria tradicional em manter seus produtos presentes nos mercados do resto do país. Também não tinha condições de preservar as suas vantagens locais, revelando obsolescência, marginalização tecnológica e perda de competitividades em nível nacional. Por isso houve essa verdadeira invasão dos produtos sulinos e a imperativa dependência do abastecimento advindo da região Sudeste.

Furtado (1984) afirmava que um processo de desenvolvimento do Nordeste com acumulação e avanço técnico somente seria possível por meio de um processo de industrialização. A indústria é o setor produtivo que contribui mais rapidamente para o crescimento da produtividade e, portanto, lidera a elevação dos salários e produz o excedente que alimenta a acumulação e gera novos empregos.

Outro ponto a ser destacado no gráfico 01, na relação comercial entre o Nordeste e o Sudeste é que o comércio é intenso em ambas as direções, ou seja, o Sudeste se revela não apenas o principal fornecedor para o Nordeste, como também, o principal comprador. Relatório da SUDENE (1985) explica esta relação fortemente bilateral de comércio como sendo uma relação de conformidade de acordo com o nível tecnológico das indústrias localizadas em cada região. Melhor explicando esta questão é possível exemplificar que, como a indústria nordestina possui um menor grau de tecnologia, esta se especializou em

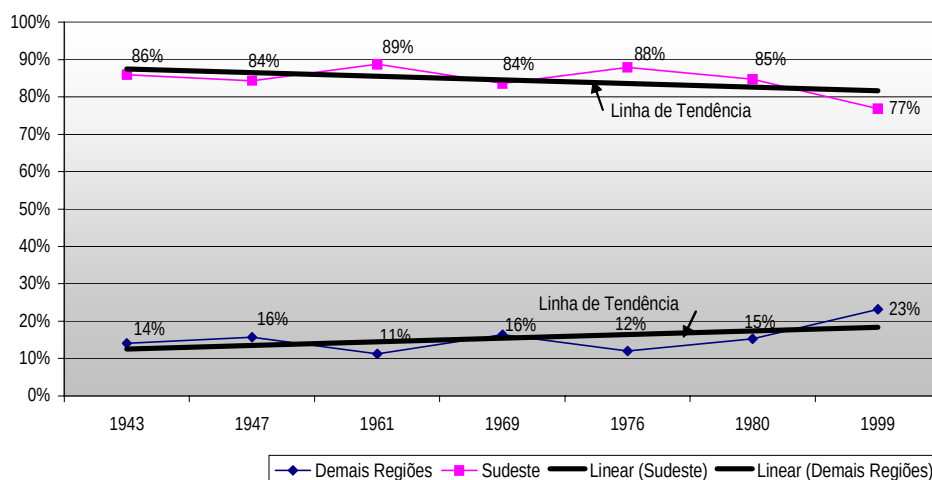
exportar componentes, matérias primas e manufaturados com menor grau de elaboração e importar produtos manufaturados com maior grau de elaboração, máquinas e alimentos industrializados.

Maia Gomes e Vergolino (1995) realizaram a estimação dos produtos internos brutos das sub-regiões nordestinas no período que compreende 1970 a 1992. A evolução do produto foi delineada por uma forte correlação da industrialização incentivada em relação às atividades econômicas, inclusive o comércio. Os autores revelam que, na década de 1970 e parte da de 1980, a economia nordestina apresentou bom desempenho. Houve a implantação de importantes projetos públicos e privados, situados, principalmente, em torno das capitais. Destacam-se o Pólo Petroquímico de Camaçari, na Bahia, o Pólo Têxtil e de Confeção, em Fortaleza, e o Complexo Metal-Mecânico de Recife. Os autores ainda citam, algumas microrregiões do interior do Nordeste que passam a apresentar relativo dinamismo nas suas estruturas produtivas, como foi o caso do complexo agro-industrial de Petrolina/Juazeiro.

Os recentes pólos de desenvolvimento do Nordeste são exemplos de que o processo de industrialização vem se desenvolvendo nos últimos anos e que os níveis de comércio podem ser mais positivos para a região. Lima (1994) ainda inclui em sua análise outros pólos de desenvolvimento como o pólo mineiro metalúrgico de Carajás/São Luiz, confecções e pecuária no agreste pernambucano, agricultura de grãos no sul do Piauí e Maranhão e a fruticultura no Vale do Açu, no Rio grande do Norte.

Todavia, apesar do fato de a participação percentual do comércio inter-regional do Nordeste, com a região Sudeste, apresentar grande relevância e representatividade, um histórico de quedas consecutivas, em sua participação, ocorreram nos anos de 1980 e 1999, conforme é possível observar no gráfico 02.

GRÁFICO 02
TOTAL DO COMERCIO INTER-REGIONAL DO NORDESTE BRASILEIRO COM O SUDESTE E O RESTO DO BRASIL - EXPORTAÇÕES SOMADAS ÀS IMPORTAÇÕES.
[Em % Percentual]



Elaborado pelo autor.

Base de dados:

1943, 1947, 1961: IBGE. Anuários Estatísticos do Brasil. Rio de Janeiro.

1969: CEDEPLAR. Tabulações especiais da FIBGE realizadas pela UFMG.

1976 e 1980: SUDENE. Importações e Exportações do Nordeste do Brasil 1974-80.

1999: VASCONCELOS, José Romeu. *Matrix do Fluxo de Comércio Interestadual de Bens e Serviços no Brasil - 2001*

Ferreira (1984) esboça dois cenários muito específicos para as economias industriais das regiões Sudeste e Nordeste do Brasil, que já são possíveis observar atualmente e que impactam diretamente nos níveis de atividade comercial: o primeiro diz respeito à região Sudeste, onde a expectativa que se abre para os capitais é de que o investimento deve deslocar-se para o Nordeste em um sentido de “alargamento”, ou seja, ampliação de suas bases produtivas com as técnicas já utilizadas pelo exterior e no Sudeste, como uma espécie de transbordamento de tecnologia; a segunda considera que a região Nordeste dada à menor estrutura produtiva interna, passará por um momento de “aprofundamento” de sua base comercial, com expectativa aberta ao capital com mudanças técnicas e consolidação em nível nacional.

Sabóia (2004) reforça o pensamento de Ferreira, quando afirma que entre 1994 e 2000 houve uma desconcentração regional do emprego industrial no Brasil. Enquanto a região Sudeste apresentou queda de 62% para 55%, as regiões Sul e Nordeste obtiveram participações crescentes de 22% para 25% e 10% para 12%, respectivamente.

Este processo de desconcentração também ocorreu, quando considerado o número de estabelecimentos industriais instalados. Enquanto na região Sudeste ocorreu uma perda relativa, as regiões Sul e Nordeste apresentaram crescimento no mesmo período analisado de

1994 a 2000. Note-se que, desta forma, comprova-se que há uma tendência de desconcentração industrial na região Sudeste, apesar de ainda obter a significativa dominância nesse setor, representando mais da metade dos estabelecimentos industriais em 2000.

Vale ressaltar a extensa vantagem comparativa revelada pelo excedente de mão-de-obra no Nordeste. A abundância de força de trabalho é um importante componente da formação do custo de uma indústria, quando da decisão locacional de instalação de suas plantas.

Portanto, no período mais recente da amostra do gráfico 01, ocorreu uma diminuição da participação percentual das importações originadas do Sudeste, como também houve uma queda das exportações nordestinas destinadas a esta região, representadas graficamente por uma linha descendente, exatamente no período que compreende 1976 a 1999. Nesse mesmo período, é possível observar uma elevação das relações comerciais nordestinas com todas as demais regiões do país, o que pode significar uma maior diversificação de regiões parceiras comerciais, ao mesmo tempo que demonstra que os níveis de melhoria ocorridos na recente indústria nordestina já se refletem nos níveis de comércio inter-regional, conforme análise do gráfico 02.

Apesar do Sudeste apresentar consecutivas quedas na participação do comércio inter-regional nordestino, esta região ainda prevalece como o principal parceiro comercial do Nordeste. Comprova-se que o comércio é intenso de maneira bilateral, todavia, sempre com a balança comercial inter-regional deficitária para o Nordeste.

Vale ressaltar o estreito relacionamento das economias sulinas (região Sudeste e Sul) com o Nordeste. Esta relação representa, ao longo dos anos analisados, o que é possível denominar de forte concentração nas relações comerciais inter-regionais.

Galvão (1999) enfatiza, no período que compreende 1947 a 1969, a relevante capacidade de transformação das regiões sulinas, bem como, do forte ajustamento de suas bases agrícolas e industriais. Fica claramente evidenciado na análise do gráfico 01, que esta assertiva é significativa, não somente, para o período de 1947 a 1969, como também, perdurou ao longo dos demais anos do século XX.

As linhas de tendência delineadas, ao longo dos anos em análise no gráfico 02, mostram com maior clareza uma leve diminuição da participação percentual dos negócios do Sudeste com o Nordeste (linha negativamente inclinada) em detrimento a um aumento da representatividade das demais regiões (linha positivamente inclinada). Note-se que as linhas de tendência apresentam ângulos de inclinação opostos e são complementares. Também é

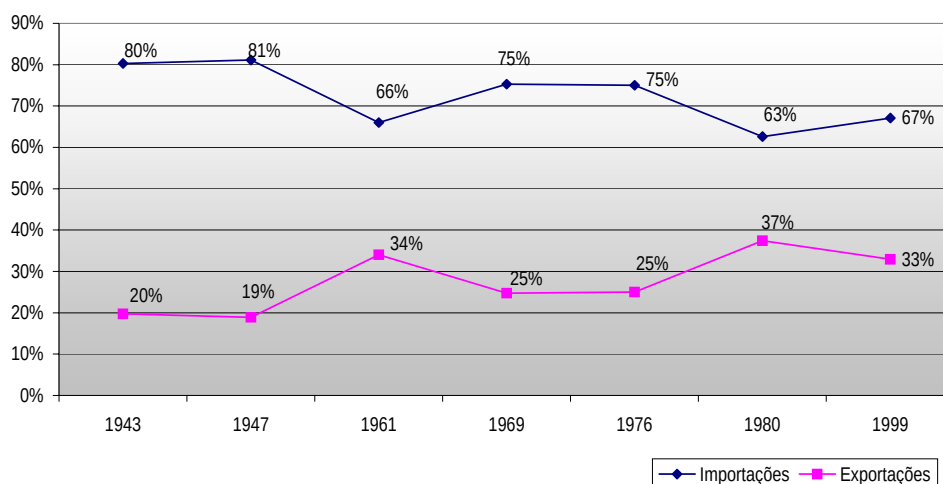
possível afirmar que a linha de tendência da região Sudeste encontra-se dentro do intervalo, maior que 80% e menor que 90% de representatividade, o que confirma a sua hegemonia no comércio inter-regional com o Nordeste.

Outra interpretação admissível para o gráfico 02 é uma análise mais específica para os três últimos anos avaliados. É possível constatar que, caso fosse projetada uma linha de tendência apenas no período de 1976 a 1999, as inclinações dessas linhas seriam mais significativas, o que nos faz constatar que houve uma alteração mais expressiva das relações inter-regionais do Nordeste com o Sudeste e as demais regiões, de maneira que, se reduziu mais acentuadamente a participação do Sudeste nos dois últimos anos da amostra.

4.2.3 – A Questão do Déficit na Balança de Comércio Inter-regional do Nordeste

Para uma melhor compreensão do comércio nordestino, é preciso entender a questão do déficit na balança inter-regional. Nos gráficos anteriores, onde observamos isoladamente as importações, exportações e volume de comércio do Nordeste, não foi possível obter uma noção sobre qual a intensidade da direção dos fluxos comerciais. O gráfico 03 mostra exatamente a participação das importações, juntamente com as exportações, no total do volume de negócios realizados no comércio inter-regional. Desta forma, é possível visualizar a intensidade do nosso déficit na balança de comércio inter-regional ao longo dos anos analisados na série.

GRÁFICO 03
IMPORTAÇÕES E EXPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DO NORDESTE COM AS DEMAIS REGIÕES
BRASILEIRAS.
[Em % Percentual]



Elaborado pelo autor.

Base de dados:

1943, 1947, 1961: IBGE. Anuários Estatísticos do Brasil. Rio de Janeiro.

1969: CEDEPLAR. Tabulações especiais da FIBGE realizadas pela UFMG.

1976 e 1980: SUDENE. Importações e Exportações do Nordeste do Brasil 1974-80.

1999: VASCONCELOS, José Romeu. *Matrix do Fluxo de Comércio Interestadual de Bens e Serviços no Brasil - 2001*.

Goodman e Albuquerque (1971) consideram que os significativos déficits no comércio inter-regional, apresentados pelo Nordeste brasileiro, podem ser considerados resultantes de uma alta elasticidade-renda da demanda de importações (sobretudo provenientes do resto do país) e de uma rigidez das exportações em acompanhamento à evolução do produto regional ou o crescimento da demanda nos seus mercados tradicionais (particularmente o centro-sul). Essa assertiva foi possível de ser elaborada, ao se caracterizar uma correlação entre as exportações e importações com o produto interno regional e que findou na hipótese de que a economia do Nordeste se explicava, em boa parte, pelo desenvolvimento do seu setor externo, deixando de ocorrer a partir de 1962.

Uma das causas que também podem explicar a queda das exportações nordestinas para o resto do país, a partir de 60, foi o expressivo declínio do agronegócio regional. O algodão e o açúcar que antes eram produtos significativos nas pauta de exportação inter-regional estagnaram, sendo o açúcar de São Paulo e Rio de Janeiro mais competitivo, acarretando queda na atividade agro-industrial do Nordeste.

“Este déficit, registrado no balanço inter-regional de comércio, pode ser encarado como gerador de um fluxo de pagamentos para fora da região, que tende a abafar os efeitos multiplicadores, que as transferências de recursos feitas pelo setor público e pelos

instrumentos de política fiscal teriam, na hipótese, de serem incorporados dinamicamente aos fluxos de renda interna.” (Goodman e Albuquerque, 1971).

Como exemplo, no gráfico 03, para o ano de 1999, podemos afirmar que, do total dos negócios inter-regionais realizados pelo Nordeste, com as regiões brasileiras, 67% foram representados pelas importações e 33% pelas exportações. Assim, como as importações superaram as exportações, é possível presumir que houve déficit comercial inter-regional e que este figurou com participação de 34% do total do volume de comércio. Ainda é coerente afirmar que, no ano de 1999, o Nordeste importou do Brasil, aproximadamente, o dobro do valor total das suas exportações inter-regionais. A distância entre estas duas linhas do gráfico 03 representa a plenitude do déficit na balança de comércio inter-regional nordestina. Quanto mais distanciadas as linhas, maior o déficit no ano analisado, uma vez que as importações superam as exportações em todo o período da análise.

É possível concluir, na análise do gráfico 03, que os maiores déficits em termos percentuais da balança do comércio inter-regional ocorreram justamente nos período das “ilhas econômicas” em 1943 e 1947, quando as importações superaram as exportações em aproximadamente quatro vezes, todavia, estes eram menos significativos quando considerado o volume de comércio, em razão do baixo desenvolvimento do comércio inter-regional nesses anos. Em 1961, houve uma diminuição desse déficit e as exportações passaram a representar a metade das importações. No ano de 1969, essa relação deficitária tornou a crescer e as importações superaram as exportações em três vezes. Tal condição manteve-se estável em 1976. Em 1980, ocorreu uma diminuição do déficit comercial inter-regional e as exportações representaram, aproximadamente, um pouco da metade do valor das importações. Ocorreu novamente aumento do déficit em 1999, quando as importações passaram a figurar com aproximadamente o dobro do total das exportações inter-regionais.

Podemos definir como “um imenso abismo”, este enorme hiato existente entre a diminuta participação das exportações inter-regionais nordestinas, frente ao elevado volume das importações para as demais regiões do país.

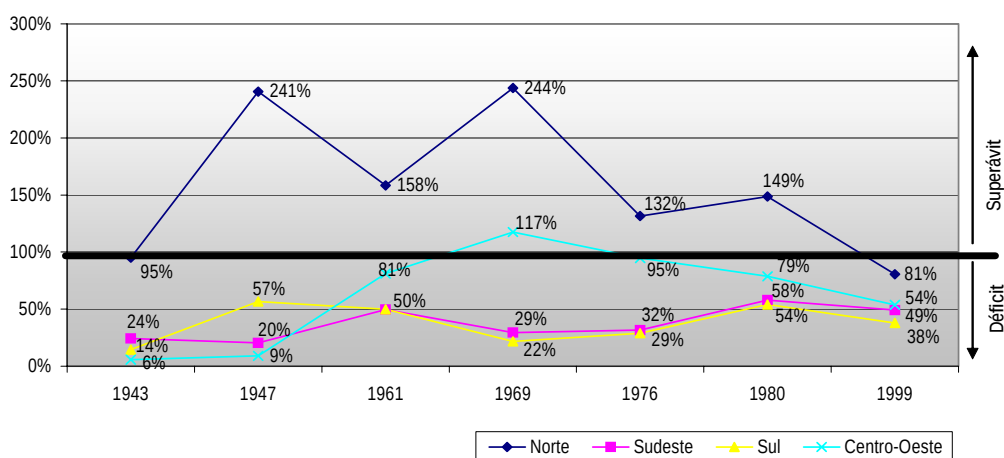
Goodman e Albuquerque (1974) admitiam a possibilidade de uma persistência dos saldos negativos da balança de comércio inter-regional do Nordeste, uma vez que seria necessário financiar o desenvolvimento regional. Demonstravam a necessidade da economia nordestina obter bens de capital, adquiridos fora da região para implantar novas atividades industriais e de modernização econômica. Acreditavam os autores na premissa de que à medida que a nova indústria regional tivesse condições de produzir e suprir a demanda interna

por bens e serviços, haveria uma substituição das importações inter-regionais, por produtos produzidos no Nordeste.

Trazendo para os dias atuais, as palavras desses estudiosos dos problemas do Nordeste, fica comprovado que sua premissa inicial realmente ocorreu, pois os déficits comerciais inter-regionais do Nordeste perduraram por consecutivos anos ao longo de todo o século XX. Todavia, como não ocorreu o desenvolvimento da indústria nordestina, em um sentido mais amplo, a participação das importações inter-regionais do Nordeste continuou dominante ao longo dos anos, em detrimento da representatividade do comércio intra-regional e internacional.

Para que a análise do déficit do comércio inter-regional seja efetuada com maior propriedade é preciso entender qual a intensidade da direção dos fluxos comerciais do Nordeste com as demais regiões brasileiras, conforme se apresenta no gráfico 04.

GRÁFICO 04
EXPORTAÇÕES DIVIDIDAS PELAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DO NORDESTE BRASILEIRO COM AS DEMAIS REGIÕES BRASILEIRAS.
[Em % Percentual]



Elaborado pelo autor.

Base de dados:

1943, 1947, 1961: IBGE. Anuários Estatísticos do Brasil. Rio de Janeiro.

1969: CEDEPLAR. Tabulações especiais da FIBGE realizadas pela UFMG.

1976 e 1980: SUDENE. Importações e Exportações do Nordeste do Brasil 1974-80.

1999: VASCONCELOS, José Romeu. *Matrix do Fluxo de Comércio Interestadual de Bens e Serviços no Brasil - 2001*

Ao dividirmos o valor das exportações inter-regionais nordestinas pelas importações advindas das demais regiões brasileiras, é possível avaliar a relação existente entre as exportações e importações. A interpretação do gráfico 04 considera que, caso as exportações divididas pelas importações obtiverem valor menor do que 1 (abaixo de 100% na análise percentual) há mais importações do que exportações, portanto, déficit na balança de comércio

inter-regional. Ao contrário, quando a relação for maior do que 1 (acima de 100% na análise percentual) ocorrem mais exportações do que importações, portanto, superávit e saldo positivo na balança comercial. A linha em negrito, delineada na abscissa 100%, representa justamente o limiar entre o déficit e o superávit na balança de comércio inter-regional. Caso existisse algum ponto exatamente sob esta linha, significaria que as exportações figuraram com valores iguais às importações.

Ao interpretarmos o ano de 1999, no gráfico 04, é possível afirmar que houve relação deficitária do comércio inter-regional do Nordeste com todas as demais regiões brasileiras. As exportações nordestinas para a região Norte representaram apenas 81% do total das importações advindas dessa região. As exportações do Nordeste destinadas ao Sudeste, Sul e Centro-Oeste participaram com os percentuais de 49%, 38% e 54%, respectivamente. Note-se que os anos de 1999 e de 1943 foram os que apresentaram relação deficitária do comércio inter-regional nordestino com todas as regiões do país.

É possível constatar, na análise do gráfico 04, que houve superávit no comércio inter-regional com a região Norte nos anos compreendidos no período de 1947 a 1980, do mesmo modo que ocorreu com a região Centro-Oeste no ano de 1969. Estes foram os únicos pontos, em todos os anos avaliados graficamente, que figuraram acima da linha de 100%. Todavia estes valores não representam grande significância, pois, conforme foi possível comprovar nos gráficos anteriores, a participação percentual dessas regiões no total do comércio inter-regional do Nordeste, sempre ocorreu em níveis abaixo de 5%.

Conforme Galvão (1999), um dado a ser observado na matriz de comércio inter-regional de 1943 é que o Nordeste apresentou o maior déficit em comparação às demais regiões brasileiras, sendo 87% resultante do seu desequilíbrio com a região Sudeste. Na matriz inter-regional de 1947, tal posição deficitária ainda se manteve, com o resto do país, exceto com a região Norte, quando apresentou um superávit.

Segundo dados da SUDENE (1985), o nível de importações totais do Nordeste, no período que compreende 1974 a 1980, demonstrou aumento no grau de dependência em relação às demais regiões do país, principalmente em relação ao Sudeste. Houve claramente uma maior integração do Nordeste com as demais regiões brasileiras, contudo, um crescente desequilíbrio em sua balança comercial inter-regional. A análise dos dados confirma a existência de saldos negativos na balança comercial inter-regional, representando, em média, 10,3% do Produto Interno Bruto nordestino.

Estudo realizado por Perobelli (2004) sobre a análise espacial das interações econômicas entre os Estados brasileiros, reforça a observação de que os Estados da região Nordeste dependem muito mais do restante da economia nacional, para a aquisição de bens, do que o inverso. Esta observação pode ser comprovada nas relações de comércio apresentadas neste trabalho.

4.2.4 – A participação dos Estados do Sudeste nas importações Inter-Regionais

A participação do Estado de São Paulo é bastante dominante quando tratamos da questão das importações nordestinas advindas da região Sudeste. A participação dos Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais também é representativa, enquanto o Estado do Espírito Santo revela-se inexpressivo.

Para que seja possível observar este fato, com maior ênfase nos períodos mais recentes da nossa série, é admissível considerar que:

- Nos anos de 1976 e 1980 as importações advindas do Estado de São Paulo representavam 63% do total das importações nordestinas, enquanto o Rio de Janeiro apresentava 16% em 1976 e 12% em 1980 e Minas Gerais demonstrava 8% em 1976 e 9% em 1980;
- São Paulo era o principal fornecedor nacional do Nordeste, seguido do Rio de Janeiro e Minas Gerais em ambos os anos de 1976 e 1980;
- Em 1999 o Estado de São Paulo ainda detinha a posição de principal fornecedor para o Nordeste, todavia a sua participação percentual se revelou decrescente com 39% do total das importações nordestinas;
- Minas Gerais manteve a participação percentual em 1999 de 9% das importações do Nordeste, enquanto o Estado do Rio de Janeiro caiu para uma participação de 6%. Desta forma Minas Gerais passou a ser o segundo mais representativo fornecedor para o Nordeste brasileiro, superando a participação do Rio de Janeiro.
- A maior participação do Estado do Espírito Santo foi de 1,6% das importações nordestinas em 1999, o que demonstra a baixa representatividade deste Estado.

4.2.5 – O Desenvolvimento do Setor Terciário e o Comércio Inter-regional

Outra característica da economia nordestina, no contexto do comércio inter-regional, é o desenvolvimento do seu setor terciário. Segundo Goodman e Albuquerque (1971), no período que compreende 1947 a 1967, o setor terciário nordestino foi o que apresentou maior estabilidade e dinamismo em sua taxa média de crescimento anual. Este fenômeno ocorre pelo caráter reflexo da economia regional e do desenvolvimento da indústria nucleado no centro sul do país. As maiores transformações ocorridas na indústria nordestina, no final da década de 60, surgiram na composição de bens intermediários.

Portanto, enquanto houve uma maior integração da região periférica com a dominante (industrialmente mais avançada), também ocorreu um efeito adverso no desenvolvimento industrial da primeira. Ao mesmo tempo, houve forte estímulo às atividades terciárias ligadas às transferências espaciais de mercadorias e de serviços. Desta forma, o desenvolvimento do setor terciário nordestino foi de caráter reflexo (induzido) não por uma expansão do seu produto físico, mas pelo desenvolvimento de atividades produtivas pela região mais produtiva em busca de expandir suas bases de mercado. Desse modo, o nascimento do desenvolvimento da indústria terciária no Nordeste pode ser interpretado pela expansão agressiva e centrífuga de centro dinâmico da economia brasileira (eixo centro sul).

Furtado (1984) afirma que o desenvolvimento do setor terciário acarreta produtividade, elevação dos salários e produz o excedente, gerando novos empregos, todavia, ele supõe o prévio desenvolvimento do setor industrial.

4.2.6 – Considerações Finais

Neste capítulo foi realizada uma análise agregada do comércio inter-regional do Nordeste, com as demais regiões do país, sendo possível obter as seguintes conclusões.

Com o desenvolvimento de um sistema unificado de transportes e estradas, a partir da década de 50, unificando os mercados nacionais e o crescimento das empresas multinacionais, houve um acelerado processo de expansão do comércio inter-regional no país.

Em razão do maior desenvolvimento industrial das economias sulinas, especialmente da região Sudeste, em contraposição a uma menor capacidade de transformação da indústria

nordestina, esses fluxos comerciais ocorreram de maneira concentrada, principalmente no sentido Sudeste para o Nordeste e perdura até os dias atuais.

Observa-se que o comércio inter-regional nordestino é intenso em ambas as direções com a região Sudeste, todavia, enquanto o Nordeste exporta, essencialmente, componentes e matéria-prima, importa produtos acabados, bens de consumo e alimentos e bebidas.

Ao mesmo tempo, segundo Goodman e Albuquerque (1971), o desenvolvimento do setor terciário se faz presente de forma bastante significativa, com maior estabilidade e dinamismo, principalmente, das atividades ligadas às transferências espaciais de mercadorias.

Apesar de o comércio com a região Sudeste se apresentar forte e representativo, é possível concluir que, nos últimos anos, houve uma certa diminuição da participação da região Sudeste no total do comércio inter-regional nordestino, em contraposição, a certo crescimento da representatividade das demais regiões do país. Este fato foi mostrado graficamente por uma linha de tendência com inclinação negativa da participação do Sudeste.

A participação do Nordeste, no comércio inter-regional, é amplamente deficitária em todos os períodos da amostra. Historicamente, essa relação deficitária se revela presente no comércio com todas as regiões brasileiras, exceto, com a região Norte (salvo o ano de 1999 e 1943 quando também foi deficitária). Segundo Goodman e Albuquerque (1971), essa condição ocorre em razão de uma maior elasticidade-renda da demanda de importações, aliada a uma rigidez das exportações, principalmente de bens industrializados.

A participação do Estado de São Paulo é dominante e representativa em todos os períodos da série, principalmente nos períodos mais recentes, quando tratamos da origem das importações nordestinas. Os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais também apresentaram expressiva participação, alternando-se entre o segundo e terceiro mais representativos fornecedores para o Nordeste, entre os anos de 1976, 1980 e 1999.

De certa forma, o PIB nordestino vem apresentando boas taxas de crescimento em uma forte correlação positiva com o desenvolvimento da industrialização incentivada e seus níveis de comércio, segundo Maia Gomes e Vergolino (1995). O Pólo Petroquímico de Camaçari e a indústria têxtil no Ceará são exemplos de certo desenvolvimento econômico que ocasionam melhorias nos níveis de comércio.

4.3 – O Comércio Inter-Regional do Nordeste no contexto do Comércio Total

4.3.1 – Considerações Iniciais sobre o Comércio Inter-regional

Ao analisar isoladamente, no capítulo anterior, o comércio inter-regional do Nordeste com as demais regiões brasileiras, foi possível verificar as exportações, importações, déficits na balança de comércio inter-regional e as regiões de origem e destino. Todavia, para que a análise se torne mais completa, é preciso estabelecer um olhar para o comércio inter-regional dentro do contexto do comércio total da região. Desse modo, será admissível a avaliação do comércio inter-regional nordestino, no conjunto total dos comércios inter-regional, intra-regional e internacional.

À primeira vista, na análise dos gráficos 05 e 06, vê-se claramente o fenômeno denominado por Galvão (1999) de que o Brasil era um “arquipélago de ilhas econômicas” quando observamos as linhas de comércio inter-regional e intra-regional, apresentando tendências diferentes em suas participações no comércio total e um substancial crescimento a partir de 1947. Antes da década de 40, o país ainda não possuía uma economia continental e predominava o comércio intra-regional. Com o advento da expansão do sistema de transporte rodoviário, a partir da década de 50, foi possível uma maior interação entre mercados mais distantes a exemplo da região Sul do país. Galvão (1999) também evidencia o fato das economias sulinas apresentarem uma maior capacidade de transformação do que a dos Estados nordestinos.

Goodman e Albuquerque (1971) afirmam que o crescimento real dos fluxos inter-regionais decorreram em função de uma grande diversificação de atividades econômicas, de maior monetarização das trocas internas e dos grandes desenvolvimentos dos meios de transporte e comunicação. Também considera a mudança de hábitos e das modificações das estruturas da demanda como fator importante.

A integração física do Sudeste com o Nordeste brasileiro pelas rodovias, complementou-se pela gradual expansão de um complexo bancário e financeiro em escala crescentemente nacional. Também os efeitos da expansão dos meios de comunicação de massa contribuíram gradativamente para a redução das diferenças regionais de consumo e da

composição da demanda final e dos hábitos dos nordestinos. Esse processo integrado à grande força da consolidação industrial do centro sul do país reforçou uma progressiva penetração das suas manufaturas para a região Nordeste, inibindo o crescimento industrial local e, ao mesmo tempo, acarretando um imenso abismo registrado pelo déficit no comércio inter-regional nordestino.

4.3.2 – As Exportações Inter-regionais do Nordeste no Total do Comércio

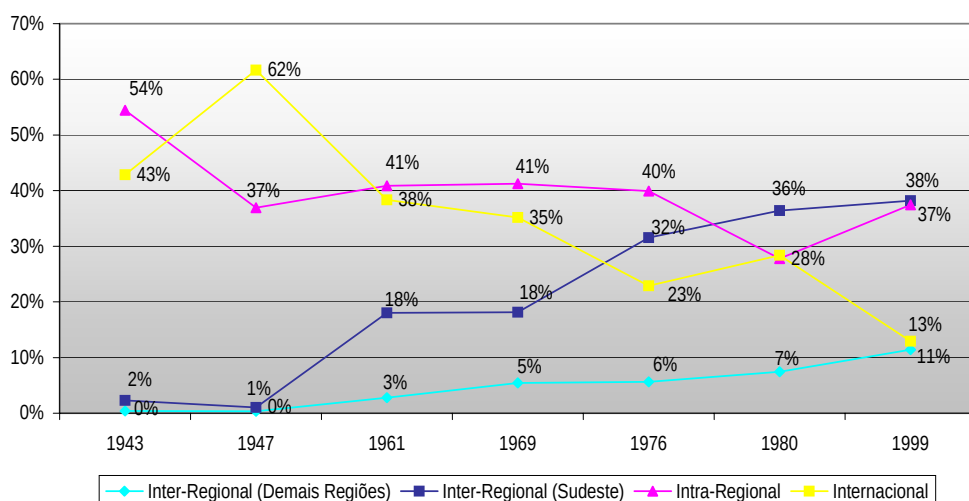
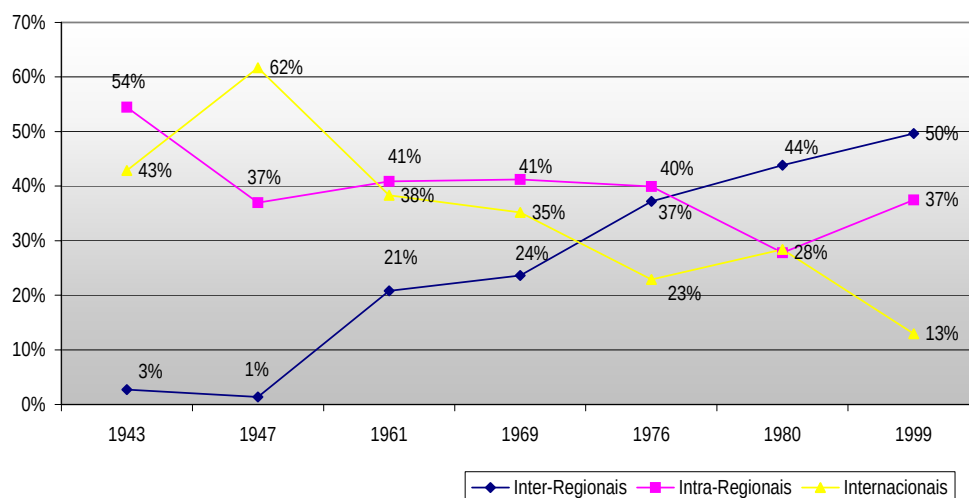
Antes da década de 50, as exportações inter-regionais nordestinas representavam uma inexpressiva participação do total exportado, conforme é possível observar no gráfico 05. Em 1943, foi mais intenso o comércio intra-regional, enquanto em 1947, as vendas internacionais demonstraram maior atividade. Esta expressiva participação do comércio internacional em 1947, que se comportou fora da média de participação nos demais anos, foi evidenciada pela expressiva participação da Bahia de 45% dessas vendas no comércio exterior, seguida de Pernambuco com 20%, e do Ceará com 15%.

A partir de 1961, é possível observar um crescente e ininterrupto fluxo das exportações inter-regionais do Nordeste. Esse movimento demonstra a importância das exportações inter-regionais para a economia do Nordeste e do comércio efetivado dentro das fronteiras do país. Após 1980, as vendas inter-regionais já figuravam como as mais representativas, ultrapassando o comércio intra-regional e as exportações internacionais, conforme se observa no gráfico 05.

O comércio intra-regional também apresentou significativa relevância na participação das vendas do Nordeste. Até o ano de 1976, demonstrou-se mais representativo que o comércio inter-regional, com a exceção de 1947. Assim, é possível afirmar que o Nordeste realizava um comércio mais intenso internamente, do que com o resto do país e com o exterior nos anos citados.

As exportações internacionais apresentaram, ao longo dos anos, uma diminuição da participação percentual em relação ao total das vendas nordestinas. Com exceção do pico de 1947, já explanado anteriormente e da crescente participação em 1980, quando apresentou empate com participação do comércio intra-regional, figurou em uma linha descendente ao longo dos anos em análise, conforme mostra o gráfico 05.

GRÁFICO 05
EXPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS, INTRA-REGIONAIS E INTERNACIONAIS DO NORDESTE.
[Em % Percentual]



Elaborado pelo autor.

Base de dados:

1943, 1947, 1961: IBGE. Anuários Estatísticos do Brasil. Rio de Janeiro.

1969: CEDEPLAR. Tabulações especiais da FIBGE realizadas pela UFMG.

1976 e 1980: SUDENE. Importações e Exportações do Nordeste do Brasil 1974-80.

1999: VASCONCELOS, José Romeu. Matrix do Fluxo de Comércio Interestadual de Bens e Serviços no Brasil - 2001.

Exportações Internacionais para o ano de 1999 foram extraídas do Alice Web (MDIC).

Segundo relatório da SUDENE (1985), merece destaque a ascendente participação da Bahia nas exportações internacionais ao longo dos anos de 1976, 1977, 1978 e 1979. Esse Estado que já figurava com posição privilegiada no total das exportações internacionais nordestinas, alcançou mais da metade dos valores anuais das vendas originadas do Nordeste para outros países.

Outro ponto que mereceu destaque, no gráfico 05, na linha das exportações internacionais, foi a abrupta queda da participação no ano de 1999. Segundo Siqueira (2006), nos últimos 15 anos, as exportações internacionais da região Nordeste do Brasil passaram por três situações distintas, ocorridas dentro dos seguintes períodos: durante os anos de 1991 a 1995, quando se pode perceber a ocorrência da primeira situação, sofrendo as exportações uma considerada elevação. Durante os anos de 1996 a 1999, considerado no momento como segunda fase, pode ser visto que as exportações da região Nordeste tiveram uma estagnação e até mesmo um declínio, mesmo tendo ocorrido, nesse período um aumento da taxa de câmbio. Já em relação ao terceiro período, o qual se estende do ano 2000 até 2005, as exportações da região sofreram um rápido crescimento em comparação com os anos anteriores.

No gráfico 05, ao separarmos as exportações nordestinas destinadas ao Sudeste das demais regiões do país é possível observar, com maior detalhe, o comportamento das vendas inter-regionais ao longo dos anos analisados. Note-se que ambas as linhas, Sudeste e demais regiões, apresentam inclinação positiva, com valores crescentes em praticamente todos os anos da amostra. Esse resultado demonstra que o principal destino das vendas nordestinas, a partir de 1980, é o próprio Brasil. Essas vendas são realizadas de maneira mais intensa com o Sudeste, todavia, também de forma ascendente, com as outras regiões do país.

O ano de 1999 merece destaque, quando as exportações nordestinas para as outras regiões brasileiras (excluindo-se o Sudeste), quase atingiram a mesma participação percentual das exportações internacionais, como também, as vendas destinadas ao Sudeste, representaram participações muito aproximadas às vendas realizadas internamente na região Nordeste, representadas pelo comércio intra-regional.

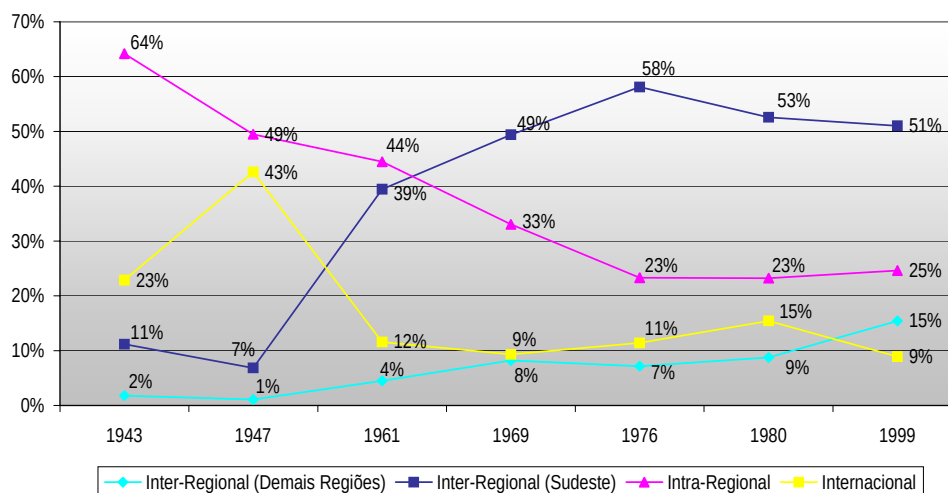
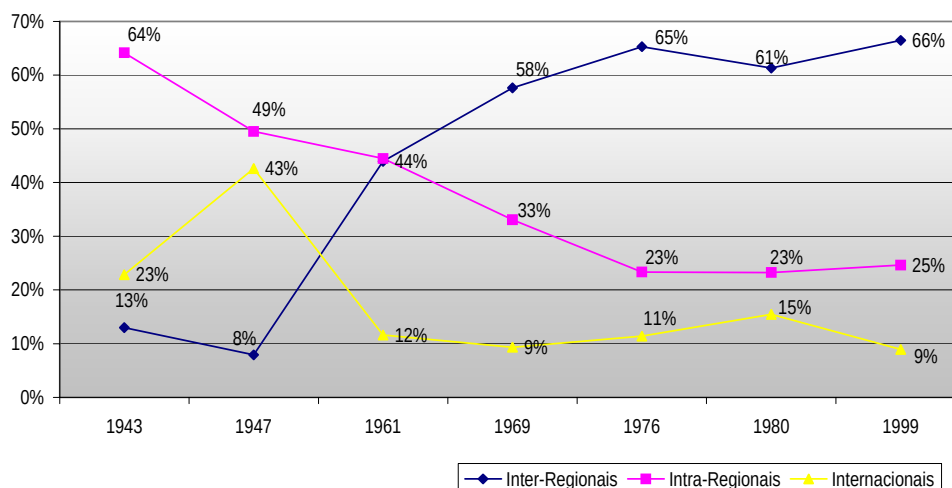
4.3.3 – As Importações Inter-regionais do Nordeste no Total do Comércio

Tão relevante como a avaliação das exportações, a análise das importações nordestinas também merece destaque no contexto das bases do comércio. Esta última mostra o grau de representatividade dos fornecedores e aponta as principais regiões de origem das mercadorias consumidas pela região Nordeste.

Conforme é admissível observar no gráfico 06, note-se que não há um completo descolamento das tendências encontradas nas linhas que representam as importações, das linhas das exportações nordestinas. Da mesma forma, as importações inter-regionais se

apresentaram com uma tendência crescente ao longo dos anos em uma linha de inclinação positiva. Também, de modo similar às exportações, as importações intra-regionais, igualmente, demonstraram tendência decrescente, ao longo dos anos da amostra, em uma linha de inclinação negativa.

GRÁFICO 06
IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS, INTRA-REGIONAIS E INTERNACIONAIS DO NORDESTE.
[Em % Percentual]



Elaborado pelo autor.

Base de dados:

1943, 1947, 1961: IBGE. Anuários Estatísticos do Brasil. Rio de Janeiro.

1969: CEDEPLAR. Tabulações especiais da FIBGE realizadas pela UFMG.

1976 e 1980: SUDENE. Importações e Exportações do Nordeste do Brasil 1974-80.

1999: VASCONCELOS, José Romeu. Matrix do Fluxo de Comércio Interestadual de Bens e Serviços no Brasil - 2001.

Importações Internacionais para o ano de 1999 foram extraídas do Alice Web (MDIC).

Também é possível perceber, no gráfico 06, o fenômeno das “ilhas econômicas”, destacado por Galvão (1999), ao consideramos a análise para os anos de 1943 e 1947. Fica comprovado que nesse período, as importações intra-regionais eram bem mais intensas que as inter-regionais.

Ocorre, entretanto, uma sutil e importante observação entre os resultados encontrados nas linhas de importação e exportação, inter-regionais e intra-regionais do Nordeste, obtida nos gráficos 05 e 06. Esse momento ocorre fundamentalmente no ponto onde as linhas do comércio inter-regional e intra-regional se tocam. Desta forma, é possível afirmar que as importações inter-regionais já apresentaram participação relevante no ano de 1961 (onde as linhas das importações inter-regionais e intra-regionais nordestinas se encontram). Este mesmo ponto de encontro, somente foi ocorrer com as exportações, entre os anos de 1976 e 1980, quando as vendas inter-regionais começaram a superar as exportações intra-regionais nordestinas.

Desse modo, é possível realizar a seguinte observação: a partir de 1961, a representatividade das importações inter-regionais do Nordeste superou a participação percentual das intra-regionais. Assim, as regiões brasileiras passaram a ser as principais fornecedoras de mercadorias para o consumo dos nordestinos, ou seja, o Nordeste passou a comprar mais do Brasil do que da própria região. Fica claro que a produção realizada no Nordeste não tinha condições de suprir a demanda interna por bens, o que levou os consumidores nordestinos a, precocemente, comprar mais de outras regiões mais desenvolvidas industrialmente.

Em referência às importações internacionais do Nordeste, note-se que entre 1961 e 1980 apresentaram um comportamento estável, sempre abaixo das importações inter-regionais e intra-regionais ⁵.

Ainda é possível observar, no gráfico 06, que no ano de 1999, as compras internacionais alcançaram a menor participação, entre todos os anos da amostra, a exemplo do que ocorreu com as exportações. Assim, é possível concluir que, o ano de 1999 não foi um bom momento para o comércio exterior nordestino. Ainda que, conforme o Banco Central do Brasil (2006), no início de 1999, houve a alteração do regime cambial brasileiro, seguido de forte depreciação da moeda local (Real) frente ao dólar americano, o que, teoricamente, contribuiria para intensificar as exportações internacionais. Para uma melhor exemplificação

⁵ Conforme detalhado na metodologia deste trabalho, esta seção não contempla como comércio internacional as importações originárias do resto do mundo que foram distribuídas para o Nordeste por meio de outras regiões do país.

desse aumento da taxa de câmbio⁶, em 04/01/1999 estava cotada em 1,27, terminando em 1,98 ao final do mesmo mês em 29/01/1999.

Como já havíamos mostrado anteriormente na análise de gráfico 01, já era esperado o comportamento de redução da participação percentual das importações nordestinas com origem do Sudeste, a partir de 1976. Da mesma forma, foi possível concluir o crescimento da participação das importações advindas das outras regiões do país.

4.3.4 – A Dependência em Relação ao Sudeste e a Abertura Comercial

Quando as informações das importações inter-regionais são inseridas no contexto das importações totais do Nordeste, é possível comprovar o quão significativo representa o comércio inter-regional para o abastecimento de bens e mercadorias para o consumo dos nordestinos.

Perobelli (2004) conclui, para o Nordeste, que o retrato espacial da economia brasileira, em termos agregados, permanece a concentração do desenvolvimento econômico no eixo Sul e Sudeste do país e de uma grande dependência do Norte e Nordeste, em relação a estas regiões. O autor levanta a interessante dicotomia: promover o crescimento regional de forma a diminuir as disparidades existentes no país e a necessidade de uma maior inserção brasileira no contexto da economia internacional.

É possível afirmar que houve uma determinada redução da participação do Sudeste no total de importações do Nordeste, entre 1976 e 1999. Em detrimento a esta afirmação, houve um crescimento das importações advindas das demais regiões brasileiras nesse mesmo período. Esta participação crescente das importações originadas das outras regiões do país, inclusive, ultrapassaram as importações com origem internacional, no ano de 1999. Assim é possível afirmar que ocorreu uma certa diversificação de fornecedores, no mercado brasileiro, para o abastecimento de mercadorias para o Nordeste.

Esses dados nos sugerem a idéia de começarmos a levantar uma importante questão: o processo de abertura comercial, desenvolvido a partir do início da década de 90, diminuiu a “dependência” do Nordeste em relação ao Sudeste em se tratando do fornecimento de mercadorias? Antes de se estabelecer uma possível resposta para este questionamento é

⁶ Informação obtida por meio de acesso eletrônico ao web-site da instituição: www.bcb.gov.br

preciso compreender um pouco o contexto em que o processo de abertura comercial ocorreu no Brasil.

Para o período que compreende 1974 a 1980, segundo dados da SUDENE (1985), as importações internacionais do Nordeste representavam menos de 1/5 das importações por vias internas. O que se observa é que o processo de substituição das importações, nesse período, implicou, sobretudo, a reorientação da economia nordestina, antes dependente dos fornecedores estrangeiros, para fornecedores internos, dentro da fronteira do próprio país. Fica claro o raciocínio de que a região Nordeste desempenhava papel primordial de comprador de produtos das demais regiões do país e, secundariamente, o papel de fornecedor de mercadorias. Esse fato revelava a significativa dependência do Nordeste, em relação às demais regiões brasileiras, especialmente o Sudeste, para suprir as necessidades de consumo de sua economia.

A economia do Brasil, na década de 80, foi marcada por uma crise do balanço de pagamentos, que ocasionou o fechamento do mercado brasileiro para as importações internacionais. O recente processo de abertura comercial no Brasil passou por três fases distintas: a primeira diz respeito ao ano de 1988, quando foram tomadas as primeiras medidas de redução das alíquotas de importação de determinados produtos e o fim da restrição de algumas barreiras não tarifárias. A segunda ocorre em 1990, no governo Collor, empossado neste mesmo ano, com a consolidação dessa tendência, a eliminação de grande parte das barreiras não tarifárias e o estabelecimento de um processo de redução gradativo das alíquotas de importação. O terceiro período surge com o lançamento do Plano Real, quando o processo de abertura comercial brasileiro passou por um período de avanços e recuos, em função da necessidade do controle de preços.

Conforme Britto (2002), havia um quadro de euforia quanto ao processo de liberalização comercial ocorrido na década de 90, interrompido em 1995 com a crise do México. O quadro de abertura com valorização cambial se manteve até 1999 o que elevou este assunto a um amplo e polarizado debate.

É possível ainda afirmar, conforme o Banco Central do Brasil (2006), que em 1999 houve a alteração do regime cambial brasileiro para flutuante. Essa medida ocasionou uma disparada depreciação da taxa de câmbio a partir do início do ano, o que certamente contribuiu para a diminuição das importações internacionais.

Segundo Franco (1999), as importações brasileiras realmente caíram no ano de 1999, todavia, bem menos do que esperavam os econométristas. Estes superestimaram a importância

da taxa de câmbio e a relação elasticidade-preço de 1999, para explicar as variações nas importações. Franco garante que as máxi-valorizações cambiais realmente incidiram em uma redução das importações, todavia, de certa foram amenizadas por fatores como: custos fixos de importadores que se instalaram no Brasil, com o processo de abertura comercial; investidores externos não iriam tão rapidamente “desinvestir” ao primeiro sinal de dificuldade; apesar do expressivo golpe em suas margens de ganho, ainda havia certa gordura para queimar e condições diferenciadas de financiamento obtidas por empresas transnacionais em suas matrizes.

Contudo, apesar de no Brasil esse fenômeno ter sido minimizado pelos fatores acima destacados por Franco (1999), em 1999, no Nordeste, a participação das entradas internacionais no total das importações nordestinas figurou com a menor representatividade de todos os períodos analisados 9% (igualmente a 1969).

A afirmação do autor nos permite pressupor que, possivelmente, como o Nordeste detém menor grau de industrialização e há uma maior concentração das empresas transnacionais no eixo Sudeste-Sul do Brasil, esse fenômeno de minimização das adversidades da valorização cambial ocorreu em menor intensidade na região. Sendo assim, os efeitos da valorização da taxa de câmbio sobre os preços internacionais foram sentidos, em maior magnitude, pelos nordestinos.

Portanto, para que possa ser admitida uma possível resposta para demonstrar, de forma assertiva ou negativa, que o processo da abertura comercial ocorrido na década de 90, pode ter reduzido a dependência do Nordeste em relação ao Sudeste, deve-se considerar com cautela, na conjuntura específica do ano de 1999, de alteração do regime cambial e depreciação da taxa câmbio.

Conforme se observa no gráfico 06, é possível afirmar que, após 1976, houve uma maior orientação das importações nordestinas para o comércio inter-regional em detrimento ao internacional, o que torna plausível afirmar que a economia do Nordeste ficou mais dependente de fornecedores de outras regiões do país para o fornecimento de bens e mercadorias para o consumo interno. Todavia, essa relação se deu em maior intensidade com o Sudeste que participou com pouco mais da metade das importações nordestinas, apesar, de apresentar redução de sua participação nas importações totais ao longo de 1976 e 1999.

Apesar da grave e contínua dependência do Nordeste em relação ao Sudeste, é possível afirmar que houve uma certa diversificação de regiões fornecedoras dentro do país,

após 1976, conforme é possível comprovar, com o aumento da participação das demais regiões brasileiras na importação de mercadorias para o Nordeste.

Ao analisarmos apenas os três últimos anos da amostra no gráfico 06, é possível afirmar que a relação de dependência do Nordeste em relação ao Sudeste obteve uma certa redução, todavia, esta não aconteceu essencialmente em razão da abertura comercial, pois não houve elevação das importações internacionais, ocorreu o contrário. Tal redução de dependência surgiu, principalmente, em função de um melhor relacionamento comercial dos nordestinos com as regiões Norte, Sul e Centro-Oeste, representada pelo aumento das importações advindas destas regiões. Contudo, esta afirmação somente se torna válida se inserida no contexto do ano de 1999, em razão das particularidades da política cambial, que afetaram diretamente as importações internacionais brasileiras e nordestinas.

No entanto, para o ano de 1999, a consideração de que houve diminuição da dependência do Nordeste em relação ao Sudeste é bastante relativa. Se considerarmos o ano de 1976 como referência, é possível considerar que ocorreu uma certa diminuição dessa dependência. Porém, se a referência tiver como base 1969, ou algum outro ano anterior, é possível afirmar que houve uma elevação da representatividade do Sudeste e, portanto, maior dependência em relação ao fornecimento de bens e mercadorias para o consumo do Nordeste.

4.3.5 – Os Saldos das Balanças de Comércio Inter-regional e Internacional

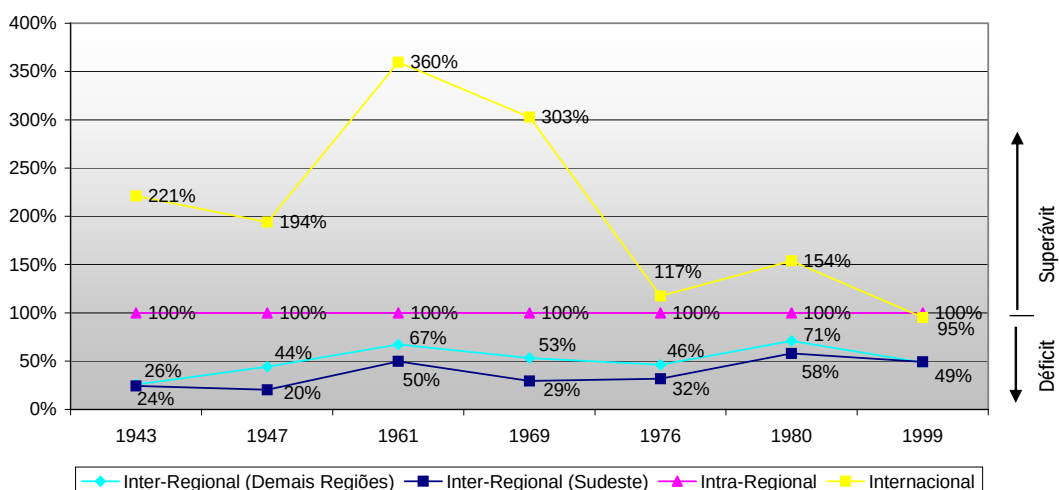
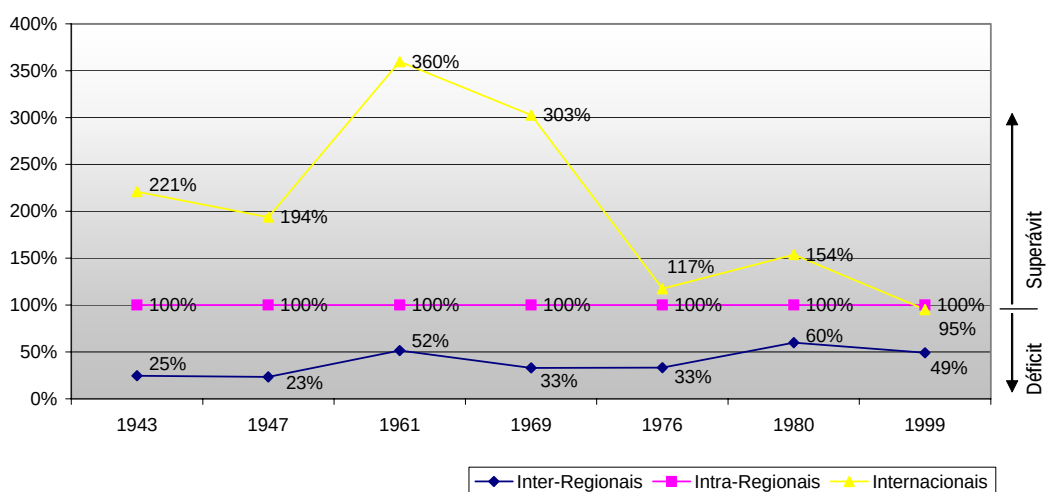
Os saldos nas balanças de comércio inter-regional, internacional e intra-regional também são questões que merecem referência nesta análise. Desta forma, é necessário estabelecer uma relação entre as exportações e importações do Nordeste brasileiro, na perspectiva total do comércio realizado.

Segundo Goodman e Albuquerque (1971), historicamente, os saldos positivos do comércio exterior, de certa forma, compensavam os saldos dos déficits apresentados pelas trocas inter-regionais. Foi, a partir da década de 60, que as exportações internacionais do Nordeste decresceram e que esta condição começou a apresentar um quadro de reversão. Os autores explicam esse fenômeno pela expansão das importações do resto do país, resultante de uma política de estímulo ao desenvolvimento regional e dos investimentos realizados pelo setor público ou motivados por incentivos fiscais à industrialização. Por outro lado, o

Nordeste não foi capaz de acompanhar a expansão dos mercados nacionais, apresentando uma verdadeira estagnação das exportações inter-regionais.

É possível mostrar no gráfico 07, que a economia do Nordeste apresenta, ao longo dos anos da amostra, uma sucessiva série de déficits na balança comercial inter-regional e superávits no comércio com o exterior.

GRÁFICO 07
EXPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS, INTRA-REGIONAIS E INTERNACIONAIS DO NORDESTE DIVIDIDAS
PELAS RESPECTIVAS IMPORTAÇÕES.
[Em % Percentual]



Elaborado pelo autor

Base de dados:

1943, 1947, 1961: IBGE. Anuários Estatísticos do Brasil. Rio de Janeiro.

1969: CEDEPLAR. Tabulações especiais da FIBGE realizadas pela UFMG.

1976 e 1980: SUDENE. Importações e Exportações do Nordeste do Brasil 1974-80.

1999: VASCONCELOS, José Romeu. *Matrix do Fluxo de Comércio Interestadual de Bens e Serviços no Brasil -2001*.

Exportações Internacionais para o ano de 1999 foram extraídas do Alice Web (MDIC) .

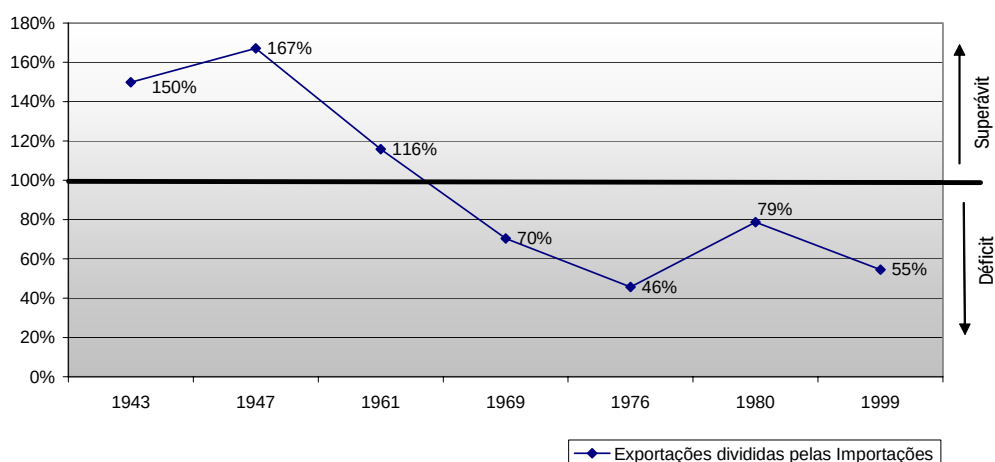
O gráfico 07 mostra as exportações frente às importações e, desta forma, estabelece uma razão para os níveis que correspondem aos saldos nas balanças comerciais. O comércio intra-regional surge neste gráfico como uma linha horizontal, exatamente sobre o parâmetro 100%. Claramente, isso ocorre porque o valor das vendas realizadas internamente, no Nordeste, corresponde igualmente ao valor das compras efetuadas. Desta forma, se dividirmos uma pela outra iremos obter a razão 1 (representada por 100% na análise percentual). Os pontos localizados acima da abscissa 100% significam que as exportações superaram as importações, portanto superávit comercial, ao contrário, os pontos localizados abaixo dessa linha constituem déficit na balança comercial.

Também é aceitável afirmar que o hiato que representa o déficit na balança de comércio inter-regional do Sudeste é bem mais profundo do que com o restante das regiões do Brasil. Note-se que ao longo de todos os anos da amostra, exceto 1999, a relação comercial do Nordeste com o Sudeste sempre foi menos igualitária do que com o resto do país, representadas por uma participação muito superior de importações advindas do Sudeste em relação às exportações nordestinas destinadas a essa mesma região.

Nas análises anteriores, ficou constatado que o comércio inter-regional do Nordeste com as demais regiões do país sempre apresentou déficits na balança de comércio. Todavia, ao mesmo tempo, em todos os anos, com a exceção de 1999, houve superávit na balança de comércio internacional. Então, surge um importante questionamento: até que ponto os superávits na balança de comércio exterior minimizam ou compensam os resultados negativos obtidos no comércio com as demais regiões do país? Esta situação se revela na análise de gráfico 08.

Até o ano de 1961, conforme gráfico 08, o superávit do comércio exterior nordestino, superava o déficit no comércio inter-regional com o Sudeste. Uma questão importante a ser levantada é que, enquanto existia um efetivo déficit inter-regional decorrente de uma forte elasticidade-renda da demanda interna por bens e serviços, sobretudo industrializados, o superávit, advindo do comércio externo era, em grande parte, destinado a poupanças internas integralizáveis, decorrentes da exportação de produtos primários e concentrados nas mãos de uma oligarquia agrária.

GRÁFICO 08
TOTAL DE EXPORTAÇÕES DIVIDIDO PELO TOTAL DE IMPORTAÇÕES DO NORDESTE. (COMÉRCIO INTER-REGIONAL E INTERNACIONAL)
[Em % Percentual]



Portanto, os efeitos decorrentes dos déficits inter-regionais não eram amenizados pelo superávit do comércio externo, uma vez que estes recursos não circulavam na economia e geravam apenas acumulação de riqueza de um seletivo grupo de privilegiados.

Apesar do resultado insatisfatório das exportações internacionais nordestinas em 1999, a partir de 2002 observa-se uma forte recuperação das vendas externas decorrentes de uma conjuntura mundial extremamente favorável, tanto em termos de uma aceleração de crescimento, quanto da expressiva elevação dos preços das commodities. Nos anos mais recentes, 2003 e 2004, o crescimento nas exportações atingiu níveis ainda mais significativos. Com esta performance recente, a região Nordeste reverteu a tendência deficitária, voltando a sua posição normal de região tradicionalmente geradora de saldos comerciais em suas relações com o exterior.

Galvão (2006) explica esse padrão instável das exportações nordestinas, em razão da concentração da pauta em poucas commodities, que sofrem mais intensamente os efeitos da conjuntura internacional. Da mesma forma, se o Nordeste fosse um país, as medidas do seu coeficiente de abertura o posicionariam como uma das economias mais fechadas do mundo

4.3.6 – Considerações Finais

Neste capítulo foi realizada uma análise do comércio inter-regional do Nordeste brasileiro no contexto do comércio total, incluindo-se os comércios intra-regional e internacional, quando foi possível obter as seguintes conclusões.

Antes da década de 50, o comércio inter-regional da região Nordeste era inexpressivo e detinha níveis muito inferiores aos do comércio intra-regional e internacional, o que comprova o termo utilizado por Galvão (1999) de período das “ilhas econômicas”.

Além do sistema integrado de rodovias, que incentivou o fluxo de mercadorias entre as regiões do país, outros fatores importantes também devem ser considerados. O expressivo desenvolvimento dos meios de comunicação em massa contribuíram gradativamente para a redução das diferenças regionais de consumo e da composição da demanda final e dos hábitos dos nordestinos.

É possível observar que, após a década de 50, houve uma crescente e ininterrupta participação do comércio inter-regional nordestino em comparação aos comércios intra-regional e internacional. Também se observa que as importações se desenvolveram mais fortemente e precocemente no comércio inter-regional do que as exportações nordestinas. Enquanto as importações inter-regionais já ultrapassaram a participação das importações intra-regionais e internacionais a partir do início da década de 60, este fato somente foi ocorrer com as exportações por volta do final da década de 70.

É possível afirmar que a relação de dependência do Nordeste em relação ao Sudeste obteve uma certa redução, todavia, esta não aconteceu essencialmente em razão da recente abertura comercial, pois não houve elevação das importações internacionais em 1999, ocorrendo o contrário. Essa certa redução de dependência surgiu, principalmente, em função de um melhor relacionamento comercial dos nordestinos com as regiões Norte, Sul e Centro-Oeste, representada pelo aumento das importações advindas dessas regiões. Contudo, esta afirmação somente se torna válida se inserida no contexto do ano de 1999, em razão das particularidades da política cambial, que afetaram diretamente as importações internacionais brasileiras e nordestinas.

Nos anos da amostra, o Nordeste apresenta saldos positivos em sua balança de comércio internacional em detrimento de sucessivos déficits na balança de comércio inter-regional. Até meados da década de 60, os saldos positivos da balança de comércio internacional superavam os saldos negativos do comércio inter-regional. Todavia, os saldos

positivos da balança de comércio externo não minimizavam os efeitos adversos dos déficits inter-regionais, pois, enquanto existia um efetivo déficit, decorrente de uma forte elasticidade-renda da demanda interna por bens e serviços, sobretudo industrializados, o superávit, advindo do comércio externo era, em grande parte, destinado a poupanças internas integralizáveis, decorrentes da exportação de produtos primários e concentrados nas mãos de uma oligarquia agrária.

4.4 – O Comércio Inter-Regional Realizado pelos Estados do Nordeste

4.4.1 – Considerações Iniciais sobre Comércio Inter-regional

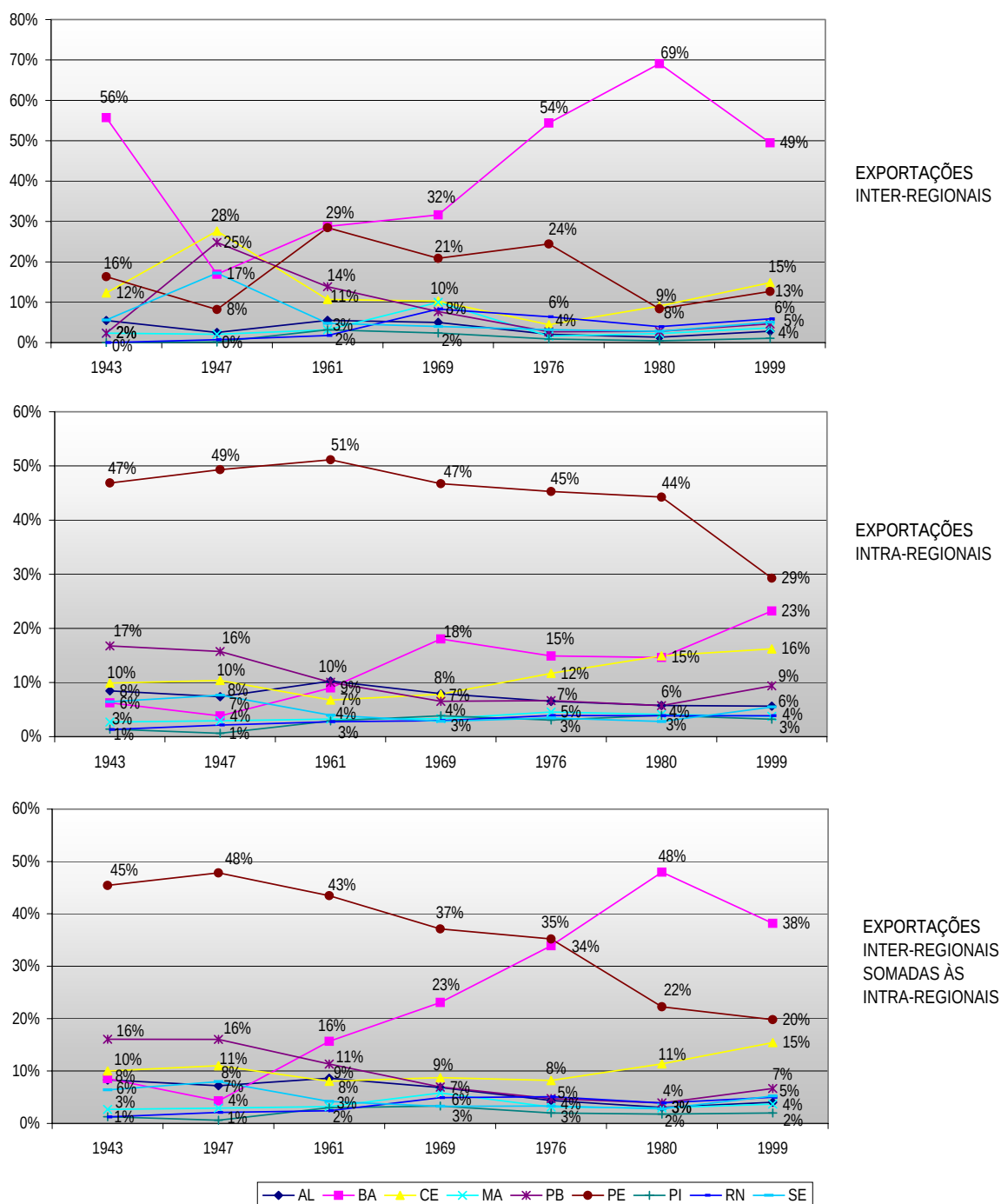
No Nordeste brasileiro, ainda ocorre uma concentração da atividade comercial nos Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará. Cerca de 73% do total exportado pelos Estados nordestinos (independente do destino) em 1999 é originado destas unidades da federação, conforme gráfico 09. Este mesmo argumento também é verdadeiro quando falamos do PIB do Nordeste. Segundo Gomes e Vergolino (1995) em 1990, estes três Estados representavam 66,3% do total do PIB nordestino, sendo a Bahia com participação de 33,5%, Pernambuco 18,4% e Ceará 14,4%.

Conforme Perobelli (2004), para o ano de 1996, destaca-se a região Sudeste como principal fornecedor do Nordeste, sendo São Paulo e Minas Gerais os mais representativos. Há uma grande dependência dos Estados de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte e Sergipe em relação aos demais Estados nordestinos, o que fortalece o comércio intra-regional, principalmente com a Bahia, Pernambuco e Ceará.

No período que compreende os anos de 1974 a 1980, conforme dados da SUDENE (1985), os Estados de Pernambuco e Ceará foram os que mais contribuíram para a realização do déficit na balança de comércio inter-regional, seguidos pelo Maranhão. Já a Bahia, inicialmente, demonstrou saldo negativo nos três primeiros anos e inverteu esta condição nos anos seguintes, apresentando saldos positivos crescentes. Este fato pode ser explicado pela expansão do Complexo Petroquímico da Bahia.

O gráfico 09 apresenta a participação dos Estados do Nordeste na composição das exportações inter-regionais e intra-regionais.

GRÁFICO 09
EXPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS E INTRA-REGIONAIS DO NORDESTE BRASILEIRO POR ESTADO DE ORIGEM.
[Em % Percentual]



Elaborado pelo autor

Base de Dados:

1943, 1947, 1961: IBGE. Anuários Estatísticos do Brasil. Rio de Janeiro.

1969: CEDEPLAR. Tabulações especiais da FIBGE realizadas pela UFMG.

1976 e 1980: SUDENE. Importações e Exportações do Nordeste do Brasil 1974-80.

1999: VASCONCELOS, José Romeu. *Matrix do Fluxo de Comércio Interestadual de Bens e Serviços no Brasil - 2001*.

4.4.2 – O Estado da Bahia

A Bahia é o principal Estado nordestino vendedor de mercadorias para as demais regiões do país, conforme se apresenta no gráfico 09. Esta relação esteve mais fortificada em 1980, enquanto, somente as exportações baianas para o Brasil (exceto Nordeste), representaram 69% do total das saídas inter-regionais nordestinas. A partir de 1947 até 1980, o Estado da Bahia demonstrou um sucessivo crescimento de sua participação no total das exportações inter-regionais do Nordeste.

Este fato pode ser explicado pela experiência de uma forte inversão de capital, destinada à exploração e refino de petróleo nas proximidades da região metropolitana de Salvador, que mudou o retrato da economia do velho recôncavo baiano. Brandão (1985) afirma que a instalação do complexo petroquímico na Bahia se constituiu não apenas em uma alta densidade de capital investido, mas também, em níveis de rentabilidade, muito superiores em relação, não apenas à economia da região, mas também aos demais setores industriais nacionais na época.

Até a década de 60, Salvador apresentava-se como uma das mais estacionárias capitais regionais do Nordeste, com o processo de perda do domínio econômico do seu interior, principalmente, para o centro sul do país. Por fim, na década de 40, havia o chamado “enigma baiano” uma vez que havia uma afluência entre os negócios da agricultura e a exportação, principalmente da produção de cacau, e um imenso imobilismo econômico da capital do Estado.

É simples compreender os impactos na economia local após a instalação das atividades da Petrobrás na região. Além dos novos empregos criados, na extração e refino de petróleo, nos serviços de produção e na construção civil, a empresa introduziu salários muito elevados, considerando-se os padrões da época. Os técnicos, funcionários administrativos e boa parte dos petroleiros, residiam em Salvador e logo se tornaram alvos dos grandes empreendimentos imobiliários. O abastecimento alimentar também entrou em certo colapso, daí a imensa invasão de alimentos, via comércio inter-regional, principalmente do Sudeste do país. Materiais de construção também foram fortemente importados, uma vez que o setor de construção civil é extremamente sensível às alterações na renda.

Por esses motivos, é possível entender, de maneira mais clara, as severas alterações no perfil do comércio inter-regional da economia baiana a partir da década de 60. Ampliaram-se

as oportunidades de empregos indiretos, fomentaram-se as atividades bancárias, os negócios do Porto, aumentou o preço do solo e, o por fim, resultou na elevação dos níveis de comércio.

A ampliação dos negócios da Petrobrás no Estado da Bahia conduziu a uma positiva gama de efeitos reflexos na economia em outros setores ligados. O setor metal-mecânico baiano foi dos que também cresceram aproveitando o transbordamento do capital, fora do eixo centro-sul, ligados diretamente às economias de escala. Setores de transportes e comunicações também foram positivamente influenciados pela nova dinâmica da economia baiana.

A experiência da Petrobrás no Estado da Bahia é o exemplo de empreendimento que associa a assertiva teórica das teorias da localização, à exploração de recursos naturais e ao benefício dos subsídios governamentais.

Também o Centro Industrial de Aratu (CIA) por volta de 1966 começava a receber novas unidades industriais beneficiadas por incentivos federais e estaduais, mudando o perfil industrial da Bahia, alterando as estruturas de emprego (principalmente industrial) e renda no Estado, gerando impacto positivo nos níveis de comércio.

Em 1972, foi criado o Pólo Petroquímico de Camaçari, mas inaugurado oficialmente em 1978. Mais uma vez se observa essa série de fatores positivos na economia baiana, como a geração de empregos, nova onda de construções, etc. As alterações revelaram elevação da taxa de ocupação da população, aumento das atividades sociais, elevação da produtividade dos setores de transporte, comunicação, armazenagem e do comércio por atacado, e uma concentração de capital no comércio varejista.

Todos estes fatores aliados a certa diversificação ocorrida com as novas indústrias no Estado da Bahia, a exemplo de celulose e papel no interior do Estado e a indústria calçadista, elevaram os níveis de comércio dessa região, tornando-se o maior centro exportador do Nordeste, ainda na década de 70, conforme é possível comprovar nos níveis de exportação por Estado.

A Bahia também mantém a segunda colocação em participação percentual das vendas intra-regionais nordestinas, a partir de 1969, com uma linha de tendência de inclinação positiva, ou seja, vem ganhando espaço no mercado intra-regional. O momento em que a Bahia mais se aproximou da participação dos pernambucanos foi em 1999, quando atingiram 23% do total das vendas intra-regionais nordestinas. Vale salientar que, entre 1943 e 1947, a participação das vendas baianas, para o próprio nordeste, eram inexpressivas, com participação de apenas 6% e 4% do total das vendas intra-regionais, conforme gráfico 09.

4.4.3 – O Estado de Pernambuco

Notadamente, o Estado de Pernambuco representa o principal fornecedor de bens e de mercadorias para os demais Estados do Nordeste, segundo o gráfico 09. Em todos os anos da amostra figurou na primeira colocação de representatividade nas vendas intra-regionais, sendo sua principal marca em 1961, com 51% do total. Todavia, apesar de manter-se como mais representativo em toda a amostra, Pernambuco apresenta sucessivas quedas de participação, a partir de 1961, em uma linha de tendência com inclinação negativa. Caindo de 51% em 1961 para 29% em 1999, perdeu espaço do seu mercado intra-regional, principalmente, para a Bahia e Ceará.

O Estado de Pernambuco também figurou como segundo principal exportador inter-regional do Nordeste, abaixo da Bahia, nos anos de 1943, 1969 e 1976. Em 1961, destacou-se, empatado com a Bahia, na primeira colocação em participação das exportações inter-regionais nordestinas. Todavia, a sua representatividade nos demais anos da amostra foi bastante irregular e com tendência de queda a partir de 1961. Em 1980 o Estado do Ceará ultrapassou os pernambucanos na representatividade das vendas inter-regionais nordestinas. Ainda em 1999, o Estado de Pernambuco continuou na terceira colocação, abaixo do Ceará, na representatividade total das exportações do Nordeste para as demais regiões do país.

Este fato pode ser explicado pois, segundo Lima, Sicsú e Padilha (2006), a economia de Pernambuco tem apresentado, ao longo da História, padrões diferenciados de desenvolvimento, passando por períodos de dinamismo e outros de estagnação. No período áureo do açúcar, Pernambuco se desenvolveu com a concentração do maior crescimento do Brasil colônia até o início do século XIX. Ao longo da primeira metade do século XX, a economia pernambucana demonstra certa diversificação com atividades industriais fornecedoras de insumos e equipamentos articulados à agroindústria, como também pelo têxtil, com base no algodão nordestino, até então protegido por barreiras, principalmente, dos custos de transporte.

A partir da década de 70, provavelmente, associado à menor participação dos incentivos fiscais da SUDENE, a economia pernambucana inicia um período do menor dinamismo, acentuando-se até a década de 80, no entanto, nos anos 90, a perda relativa de Pernambuco no contexto regional foi mantida com a média de crescimento do PIB de 2%, enquanto o Nordeste crescia 3%. Estes indicadores dinâmicos da economia nordestina

demonstram forte correlação com os níveis de participação do Estado de Pernambuco no comércio inter-regional e intra-regional.

Lima e Katz (1993) tentam explicar essa perda pernambucana pela redução na função tradicional de entreposto comercial do Estado dentro do processo de integração da economia brasileira. Desta forma, demais Estados nordestinos passaram a comercializar suas mercadorias diretamente com o epicentro industrial brasileiro, a região Sudeste. Também as dificuldades de competitividade da agroindústria sulcroatcooleira representaram uma condição negativa para a economia pernambucana, ao contrário da Bahia e Ceará que buscaram a diversificação dos seus investimentos. Os autores ainda citam o II PND, quando Pernambuco ficou de fora da definição dos blocos de investimentos nas áreas de bens e capital de insumos básicos.

Outros fatores participantes desse processo de enfraquecimento relativo da economia pernambucana podem ser: menor agressividade fiscal dos governos, baixa produtividade e reduzida articulação econômica do interior com a região metropolitana do Recife, e o reduzido índice de dinamismo do setor terciário com forte informalidade dificultando a geração de renda e a acumulação produtiva.

Todas estas dificuldades apresentadas na economia do Estado de Pernambuco se fizeram refletir em seus níveis de comércio, observando-se uma forte retração tanto nas suas vendas inter-regionais como intra-regionais, conforme o gráfico 09.

Na década de 50, segundo Brandão (1985) com a ruptura das fronteiras regionais por meio de um sistema viário nacional integrado, seria um forte golpe ao empresariado de Pernambuco, naquele momento não preparado à concorrência do centro-sul do país. Afetaram-se, portanto, também as economias do agreste pernambucano, principalmente algodão, atingido pela concorrência do centro-sul, o que decorreu em um crescente fluxo comercial para o Estado.

Gomes e Vergolino (1995) mostram que o PIB de Pernambuco e Paraíba foram os que menos cresceram, no período de 1970 a 1992, mostrando também uma correlação com os níveis de comércio. De certa forma, essa performance da economia paraibana ocorre como um “efeito colateral” do desempenho da economia pernambucana. Estes dois Estados, historicamente, possuem uma forte ligação comercial.

Segundo Sabóia (2004), na história recente da economia nordestina, no período que compreende 1992 a 2000, o crescimento da produção física da indústria do Ceará e da Bahia foi respectivamente 24% e 18%, enquanto em Pernambuco houve retração de (18%). O

estopim dessa queda de Pernambuco foi a crise da indústria sulcro-alcooleira da década de 1990. Pernambuco ainda concentra boa parte da sua atividade industrial na produção de alimentos e bebidas.

Vergolino e Neto (2001) afirmam que “mesmo não havendo involução econômica, na sua etapa recente de industrialização, Pernambuco vem sofrendo uma perda econômica relativa nos cenários nacional e regional e o epicentro deste declínio relativo é a sua base industrial”. Ademais, as críticas fomentadas ao desenvolvimento do setor terciário de Pernambuco, que ocorre de forma a refletir o desenvolvimento industrial do centro-sul, vale salientar, que este se vem desenhando de maneira diferenciada nos últimos tempos. Cabe citar o desenvolvimento dos serviços com base em mão de obra especializada, intensivos em informação e conhecimento, como o caso do Porto Digital em Recife.

Nos últimos anos, conforme Lima, Sicsú e Padilha (2006), a economia de Pernambuco vem apresentando um desempenho um pouco melhor em termos de crescimento relativo. Este crescimento vem sendo desenvolvido com base na atração de alguns investimentos, a exemplo: do Complexo Industrial de Suape, a fruticultura irrigada do médio São Francisco, o pólo de confecções de Santa Cruz do Capibaribe, Toritama e Caruarú, uma certa recuperação do setor sulcro-alcooleiro, o turismo em Porto de Galinhas e em Recife e a consolidação de atividades terciárias como comércio atacadista, serviços de saúde e de informática.

Segundo Galvão (2006), em uma análise mais recente, outros fatores podem ser destacados que visam a uma recuperação pernambucana da sua qualidade exercida no passado de dinâmico entreposto comercial no Nordeste.

É possível citar o complexo industrial portuário de SUAPE que vem admitindo ao estado crescente fluxo de importações e exportações, para serem reembarcadas em navios menores para outros portos da região, através da cabotagem. Em razão da grande capacidade de operação do porto de SUAPE, este vem apresentando gradual importância na concentração e recepção de cargas que são redistribuídas para outros estados da região.

Também é possível mencionar que a Região Metropolitana do Recife demonstra estar novamente fortalecendo as suas articulações com outros estados da região, em razão da política estadual de incentivos específicos para empreendimentos atacadistas e varejistas e nos centros de distribuição.

Complementando este tripé de desenvolvimento se admite referir a construção do maior e mais moderno aeroporto do Nordeste, o Aeroporto Internacional dos Guararapes em

Recife, que só vem a fortalecer o seu papel na economia pernambucana como centro de recepção e redistribuição de cargas.

4.4.4 – O Estado do Ceará

O Ceará destaca-se pelo crescimento de sua participação percentual no total das exportações inter-regionais nordestinas, ocorrido a partir de 1976. A representatividade de suas vendas para as regiões brasileiras (exceto Nordeste) cresceram de 4% em 1976 para 15% em 1999, no total das saídas inter-regionais nordestinas. Este crescimento, de quase quatro vezes, significou ocupar a segunda principal participação nas exportações inter-regionais do Nordeste, ultrapassando Pernambuco a partir de 1980, conforme é possível observar no gráfico 09.

Esse fato pode ser explicado pelo fato de que a política de atração de empresas realizada pelo Estado do Ceará foi agressiva ao longo da história econômica recente do Nordeste. Segundo Soares et al. (2006), os benefícios eram atribuídos a qualquer empresa que desejasse instalar-se no Estado, todavia, os incentivos eram ainda superiores, se localizadas no interior. Além disso criou-se um programa de incentivos com raios de atuação de empresas em que seriam mais beneficiadas as que se encontrassem mais distantes da região metropolitana de Fortaleza. A seguir, foi utilizada uma política que incentivava a criação de clusters, onde as empresas teriam maiores benefícios, se localizadas próximas a estes. Esta denominada “guerra fiscal” foi e ainda é assunto de amplo debate na temática da economia regional.

Desta forma, o Estado cearense conseguiu atrair significativos investimentos, sobretudo nos ramos têxtil e calçadista, melhorando os seus níveis de comércio ao longo dos últimos anos da análise.

Embora o Estado do Ceará tenha atingido uma vitória quanto à política da atração de investimentos industriais, aumentando o emprego industrial, o que se observa é que a sua mão de obra é mal remunerada e apresenta baixo nível de produtividade, conforme Sabóia (2005). Apesar do perfil positivo de crescimento de seus números em relação ao comércio e ao crescimento econômico do Estado, o Ceará ainda está longe de possuir um parque industrial diversificado e moderno com alto padrão de competitividade, pois está concentrado nos setores têxtil, calçados e produtos alimentares.

O Ceará ainda se destaca com um sucessivo crescimento em sua participação no total das vendas intra-regionais, segundo o gráfico 09. A partir de 1961, enquanto obtinha participação de 7% das vendas para os demais Estados nordestinos, veio ganhando mercado ano a ano, atingindo a participação máxima de 16% em 1999. Posicionou-se como terceiro principal fornecedor para o Nordeste em 1943, 1947, 1976 e 1999. Empataram, na segunda maior participação, com a Bahia em 1980, com 15% de participação.

4.4.5 – Demais Estados

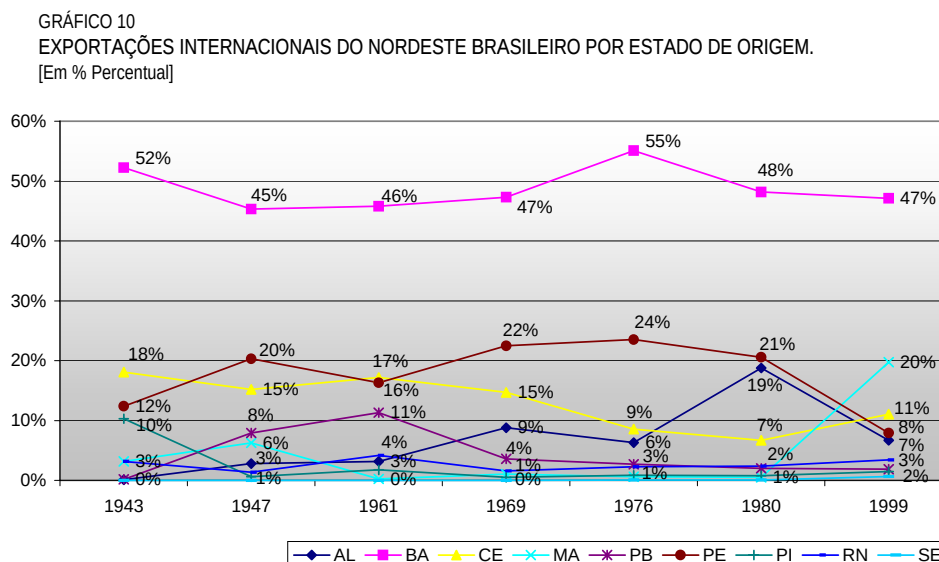
De maneira geral, as demais unidades da federação apresentaram tendência de crescimento em suas participações percentuais ao longo dos últimos anos da análise. Este fato pode ser explicado, segundo Gomes e Vergolino (1995), pelo fato de que o PIB dos Estados de menor renda está crescendo mais rapidamente do que o dos mais ricos, apontando-se para um processo de desconcentração na distribuição interestadual do Produto Interno Bruto do Nordeste, comparando-se os anos de 1970 e 1992. Exemplo disso é o caso do Maranhão, Piauí e Rio Grande do Norte, Sergipe e Alagoas que apresentaram crescimento do PIB superior aos Estados de Pernambuco, Bahia e Ceará. Este posicionamento, de certa forma, reflete nos níveis de comércio, como podemos observar, no gráfico 09, em que o bloco de Estados com menor participação no comércio total apresenta certo nível de crescimento.

4.4.6 – As Exportações Internacionais dos Estados do Nordeste

A Bahia, em todos os anos analisados, foi o principal Estado nordestino que direcionou as suas vendas para o mercado externo. Sua participação demonstrou forte relevância no total das saídas do Nordeste para os outros países, perfazendo uma média de 50% de representatividade das exportações internacionais totais.

Pernambuco vem, ao longo dos quatro primeiros anos da amostra, alternando a segunda principal participação no total das exportações internacionais nordestinas com o Estado do Ceará. Preocupante é o fato da tendência com inclinação negativa da linha exportações internacionais pernambucanas, ocorrida a partir de 1976, demonstrando sucessivas quedas até atingir a sua menor participação de 8% nas exportações, para outros

países, realizadas pelo Nordeste. No ano de 1999, Pernambuco, não apenas demonstrou a sua menor participação, como também perdeu a sua segunda colocação, sendo ultrapassado pelos Estados do Maranhão e Ceará, ficando assim em quarto lugar, conforme apresentado no gráfico 10.



Elaborado pelo autor.

Base de Dados:

1943, 1947, 1961 e 1969: IBGE. Anuários Estatísticos do Brasil. Rio de Janeiro.

1976 e 1980: SUDENE. Importações e Exportações do Nordeste do Brasil 1974-80.

1999: Alice Web (MDIC).

A partir do ano de 2003 o Estado de Pernambuco apresenta um expressivo crescimento em suas exportações internacionais. Segundo Galvão (2006), este desempenho pode ser explicado em várias dimensões fundamentais. Primeiramente, nos últimos três anos, não era mais o açúcar quem representava a alta performance exportadora do Estado. Apesar do açúcar ainda ser item representativo, observa-se a presença de outros produtos da indústria sulcralcooleira a exemplo do etanol. Também diversos produtos como camarão, frutas, dentre outros, contribuíram recentemente para uma expressiva diversificação dos principais produtos exportados por Pernambuco para outros países.

Vale a pena ressaltar o expressivo crescimento das exportações internacionais maranhenses entre os anos de 1980 e 1999. Enquanto em 1980 representava, praticamente, menos que 1% de participação do total das vendas internacionais nordestinas, deteve em 1999 a participação de 20% e passou a ocupar o segundo lugar com exportador internacional do Nordeste. Esse fato pode ser explicado pela introdução da exploração de ferro gusa, alumínio

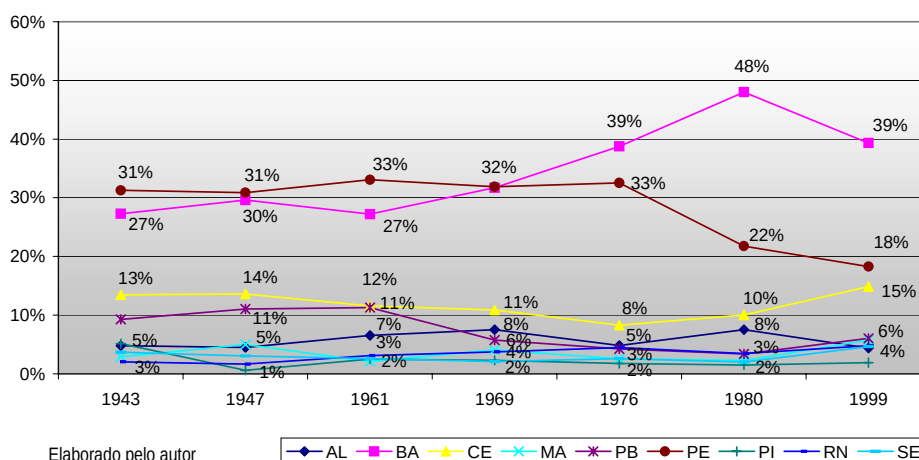
e manganês, realizada pela Companhia Vale do Rio Doce que efetuou elevados investimentos no setor de exploração de minério. Também deve ser considerado o funcionamento do Corredor de Exportação Norte, em 1992, quando a maior parte da produção agrícola da região, principalmente a soja, passou a ser escoada por estradas de ferro operadas pela Vale do Rio Doce, com destino ao Porto Madeiras, em São Luis. Além disso, o fato da agricultura do Maranhão ter passado por um processo de mecanização, resultou na obtenção de maiores índices de produtividade, acrescido do fato de localizar-se a uma menor distância do mercado europeu representando uma importante vantagem logística.

4.4.7 – Exportações Totais dos Estados do Nordeste

A Bahia, em 1969, dividiu a primeira colocação com o Estado de Pernambuco, em se tratando do Estado mais exportador do Nordeste, representada graficamente pelo ponto em que as retas se tocam nesse mesmo ano, no gráfico 11. A partir dessa data, passa a ser o principal Estado exportador da região Nordeste. Sua participação expressiva, e até mesmo distanciada, nas vendas totais nordestinas atingiram o seu ponto máximo em 1980.

A partir de 1961, a Bahia determinou uma inclinação positiva em sua linha de tendência, com participações crescentes até 1980. Em 1999, apresentou queda em comparação a 1980, todavia se manteve isoladamente como o maior representante das vendas totais do Nordeste com a participação de 39%, conforme segue no gráfico 11.

GRÁFICO 11
EXPORTAÇÕES TOTAIS DO NORDESTE BRASILEIRO POR ESTADO DE ORIGEM.
(VENDAS INTER-REGIONAIS, INTRA-REGIONAIS E INTERNACIONAIS)
[Em % Percentual]



Elaborado pelo autor

Base de Dados:

1943, 1947, 1961: IBGE. Anuários Estatísticos do Brasil. Rio de Janeiro.

1969: CEDEPLAR. Tabulações especiais da FIBGE realizadas pela UFMG.

1976 e 1980: SUDENE. Importações e Exportações do Nordeste do Brasil 1974-80.

1999: VASCONCELOS, José Romeu. *Matrix do Fluxo de Comércio Interestadual de Bens e Serviços no Brasil - 2001*.

Exportações Internacionais para o ano de 1999 foram extraídas do Alice Web (MDIC).

A representatividade das vendas totais realizadas pelo Estado de Pernambuco demonstra comportamento inversamente proporcional ao apresentado pela Bahia. Com exceção do intervalo entre os anos de 1980 a 1999, nos momentos em que o Estado da Bahia ganhava participação no mercado (representado pelo total das vendas nordestinas) o Estado de Pernambuco perdia e vice-versa. Cabe ressaltar, no resultado apresentado entre 1980 e 1999, que enquanto as participações de Pernambuco e Bahia, juntamente, apresentaram queda na representatividade total das vendas nordestinas, certamente, ocorreu um aumento da participação dos demais Estados nordestinos.

Os níveis de comércio apresentados pelas economias da Bahia e Pernambuco ao longo do século XX, apresentam, de maneira geral, correlação negativa. À medida que cresce a participação de um Estado, cai a do outro. Este fenômeno pode ser explicado, de certa forma, pela atividade do setor industrial. Notavelmente, as economias de Recife e Salvador apresentaram dois padrões de industrialização que se afastaram.

4.4.8 – Economias de Pernambuco x Bahia

Segundo Brandão (1985), historicamente, há uma explicação para as diferentes potencialidades das economias de Salvador e Recife. Pernambuco já tinha um histórico de industrialização desde a primeira metade do século XX, enquanto a Bahia somente veio a despontar com potencialidade industrial a partir da década 50/60. De certa forma, o passivo da história do início da industrialização “mal resolvida”, em Pernambuco, reflete-se sobre os seus níveis de comércio.

Em 1970, a economia industrial de Salvador era significativamente menos diversificada que a de Pernambuco. Excluindo o setor de petróleo e derivados, o tamanho da economia industrial de Salvador era muito menor. Todavia, havia uma diferença fundamental. Salvador apresentava maior intensidade de capital, maiores salários médios, inclusive com o pessoal ligado diretamente à produção, e maior produtividade média. No Recife, o peso das indústrias ligadas aos têxteis, fiação e tecelagem, e à alimentação e vestuário eram, em grande parte, herdeiras da “velha indústria”, apresentando uma característica de rebaixamento da força de trabalho, diminuindo a média geral dos salários, reduzindo assim, os efeitos multiplicadores dessas rendas na economia. Atualmente, isto é na segunda metade da década de 1990, segundo Sabóia (2004), a economia industrial do Estado da Bahia é a mais diversificada do Nordeste, com trabalhadores mais educados, maiores salários e, conseqüentemente, maiores níveis de produtividade.

Também na Bahia, o Estado demonstrou ser maior articulador político para o desenvolvimento e incentivo à atração desse novo processo de industrialização. Historicamente, a economia da Bahia sempre foi uma economia voltada para a exportação, desenvolvendo mais cedo o capital financeiro que se ampliava fora do Estado.

4.4.9 – Considerações Finais

Neste capítulo, foi efetuada uma análise das exportações inter-regionais realizadas pelos Estados da região Nordeste do Brasil, no contexto do comércio total, incluindo-se os comércios intra-regional e internacional, quando foi possível obter as seguintes conclusões.

No Nordeste, ocorre uma concentração da atividade comercial nos Estados da Bahia, Pernambuco e Ceará.

O Estado da Bahia é o principal exportador nordestino para o mercado inter-regional e internacional. A partir de meados da década de 50, começou a apresentar sucessivo crescimento em sua participação no total do comércio inter-regional nordestino, assumindo a posição de liderança a partir de 1961.

O Complexo Petroquímico de Camaçari constituiu-se, não apenas em uma alta densidade de capital investido, mas também, em níveis de rentabilidade muito superiores em relação, não apenas à economia da região, mas também aos demais setores industriais nacionais na época em que foi instalado. Além dos novos empregos criados, na extração e refino de petróleo, nos serviços de produção e na construção civil, a empresa estipulou salários muito elevados. Por esses motivos, é possível entender, de maneira mais clara, as severas alterações no perfil do comércio inter-regional da economia baiana a partir da década de 60.

O Estado de Pernambuco representa o principal distribuidor de bens e mercadorias para os demais Estados do Nordeste. Em todos os anos da amostra, figurou na primeira colocação de representatividade nas vendas intra-regionais, todavia, com perdas sucessivas de participação a partir de 1961. Esse fato pode ser explicado pois, segundo Lima, Sicsú e Padilha (2006), a economia de Pernambuco tem apresentado, ao longo da história, padrões diferenciados de desenvolvimento, passando por períodos de dinamismo e outros de estagnação.

Lima e Katz (1993) tentam explicar essa perda pernambucana pela redução na função tradicional de entreposto comercial do Estado dentro do processo de integração da economia brasileira. Desta forma, os demais Estados nordestinos passaram a comercializar suas mercadorias diretamente com a região Sudeste. Também as dificuldades de competitividade da agroindústria sulcroalcooleira representaram uma dificuldade para a economia pernambucana, ao contrário da Bahia e Ceará que buscaram a diversificação dos seus investimentos.

O Ceará vem apresentando, em sua História recente níveis significativos de crescimento em sua participação percentual no comércio inter-regional e intra-regional. Este crescimento pode ser explicado pela agressiva política de atração de empresas realizada pelo Estado. Assim, conseguiu atrair significativos investimentos, principalmente nos ramos têxtil e calçadista, melhorando os seus níveis de comércio, ao longo dos últimos anos da análise.

No comércio internacional se destaca a Bahia, pela força de sua indústria petroquímica e o Estado do Maranhão. Este último pode ser explicado pelo projeto da Companhia Vale do Rio Doce que efetuou elevados investimentos no setor de exploração de minério. Deve ser considerado ainda, o funcionamento do Corredor de Exportação Norte, em 1992, quando a maior parte da produção agrícola da região, principalmente da soja, passou a ser escoada por estradas de ferro operadas pela Vale do Rio Doce.

CAPÍTULO 5

ANÁLISE DAS MUDANÇAS NA ESTRUTURA DO COMÉRCIO INTER-REGIONAL DA REGIÃO NORDESTE DO BRASIL

5.1 – Introdução

Este capítulo tem por objetivo discutir as mudanças ocorridas nas pautas de exportações e importações inter-regionais, por produto, do Nordeste nos anos de 1976 e 1999. Para tanto, serão analisados, separadamente, os produtos mais significativos das pautas de comércio inter-regional, com ênfase nas mudanças ocorridas em suas participações entre os anos analisados.

A apresentação será feita em nível de produto, considerando-se os mais significantes nas pautas de exportações e importações inter-regionais, em 1976 e 1999, realizando uma breve explanação do respectivo setor no decorrer do período da análise.

Ao final serão apresentados os índices de concentração das exportações e importações dos anos de 1976 e 1999.

5.2 – Análise por Produto das Pautas de Comércio Inter-regional dos anos de 1976 e 1999

5.2.1 – Considerações Iniciais

A economia do Nordeste vem se alterando com taxas de crescimento mais significativas, ao longo das últimas décadas. A interferência do Estado e das políticas regionais foram fatores que se tornaram decisivos na alteração da produção nordestina, principalmente, com a utilização das políticas de incentivo fiscal.

Lima afirma (1994) que o Estado da Bahia tem expressiva participação neste crescimento. Do total de liberações de incentivos fiscais realizados pela SUDENE para o Nordeste, aproximadamente 30% foram destinados ao Estado..

O desenvolvimento das recentes áreas dinâmicas do Nordeste contribuiu para uma alteração das suas relações comerciais com o restante do país e com o mundo. Para exemplificar essas áreas é possível citar o Complexo Petroquímico de Camaçari, as zonas agroindustriais de Petrolina e Juazeiro do sub-médio São Francisco e dos cerrados do Oeste da Bahia, o pólo têxtil e de confecções de Fortaleza e o pólo mineiro-metalúrgico de Carajás, São Luis.

Outras áreas, também em recente desenvolvimento, que podem ser citadas são: Confecções e Tecidos no agreste pernambucano, agricultura de grãos no sul do Piauí e no Maranhão e a fruticultura no Vale do Açu no Rio Grande do Norte.

Para que seja possível avaliar a dimensão das alterações na produção da região Nordeste e das mudanças ocorridas nas suas pautas de exportações e importações, neste período mais recente, iremos realizar uma análise estrutural dos principais produtos exportados e importados, pelos Estados nordestinos, para as demais regiões do país, o que caracteriza o comércio inter-regional.

Esta comparação se dará por meio da avaliação da pauta de exportações inter-regionais no ano de 1976, anterior ao desenvolvimento das áreas dinâmicas acima citadas, e do ano de 1999, momento em que estas áreas já se demonstravam com certo desenvolvimento.

As tabelas 01 e 02 mostram, respectivamente, os quinze produtos mais significativos nas pautas de exportações e importações inter-regionais da região Nordeste. Desta forma, é

possível identificar os principais itens componentes de cada pauta e as principais alterações ocorridas entre os anos de 1976 e 1999.

TABELA 1
PAUTA DAS EXPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DO NORDESTE EM 1976 e 1999
15 PRODUTOS MAIS REPRESENTATIVOS
[participação (%)]

ANO DE 1976	Part %	ANO DE 1999	Part %
Algodão	11,92%	Fabricação de produtos químicos	34,00%
Ferro Fundido e Aço	8,34%	Metalurgia básica	7,00%
Alumínio	6,21%	Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	7,00%
Máquinas e Aparelhos Elétricos e Objetos Destinados a usos Eletrônicos	5,48%	Comércio por atacado e intermediários do comércio	6,00%
Produtos Químicos Orgânicos	4,51%	Fabricação de celulose, papel e produtos de papel	4,00%
Vestuários e seus Acessórios, de Tecidos	3,89%	Fabricação de artigos de borracha e plástico	4,00%
Têxteis Sintéticos e Artificiais, Descontínuos	3,48%	Comércio e reparação de veículos automotores e motocicletas; e comércio a varejo de combustíveis	4,00%
Madeira e Manufatura de Madeira, Carvão Vegetal	3,42%	Fabricação de produtos têxteis	4,00%
Têxteis Sintéticos e Artificiais, Contínuos	3,25%	Preparação de couros e fabricação de artefatos de couro, artigos de viagem e calçados	3,00%
Caldeiras, Máquinas, Aparelhos e Instrumentos Mecânicos	3,10%	Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais elétricos	3,00%
Borracha Natural ou Sintética; Substituto da Borracha	2,85%	Transporte terrestre	3,00%
Extratos Tanantes e Tintoriais, Taninos e seus Derivados, Matérias Corantes, Tintas e Vernizes...	2,74%	Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	3,00%
Combustíveis Minerais, Óleos Minerais e Produtos de sua Destilação; Matérias Betuminosas; Ceras Minerais	2,58%	Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	3,00%
Fumo	2,24%	Fabricação de produtos de metal - exclusive máquinas e equipamentos	2,00%
Produtos Químicos Inorgânicos; Compostos Inorgânicos ou Orgânicos de Metais Preciosos, de Elementos Radioativos...	1,93%	Fabricação de móveis e indústrias diversas	2,00%
TOTAL	65,94%	TOTAL	89,00%

Elaborado pelo autor

Base de Dados:

1976 - SUDENE - Importações e Exportações do Nordeste do Brasil (1985)

1999 - Vasconcelos - Análise da matriz por atividade do comércio interestadual no Brasil – 1999 (2006)

Para o ano de 1976 foi utilizada a Classificação Brasileira de Mercadorias.

Para o ano de 1999 foi utilizada a Classificação do CNAE-F.

5.2.2 – Algodão

Conforme é possível observar na tabela 01, o algodão foi no passado, o principal item componente da pauta de exportações do Nordeste. Todavia, o seu notável declínio, ao longo dos últimos trinta anos, deu-se por conta de alguns fatores específicos. Galvão⁷ (2006) evidencia que surgiu uma nova tecnologia (novo tear) que não considerava diferença de utilização do algodão de fibra longa nordestino, maior qualidade, com o de fibra curta, produzido no Sudeste. Desta forma o algodão nordestino perdeu competitividade. Segundo Albuquerque (2002) a crise desse setor também ocorreu fundamentalmente pela competição ocorrida com o uso das fibras sintéticas no setor têxtil e por fim do surgimento da constante praga do bicudo nas plantações, que foi um golpe final. A produção difundida, principalmente no Sertão, era voltada para o algodão de fibra longa, arbóreo, enquanto, no agreste, era cultivado o algodão herbáceo. Desta forma, diversas usinas de beneficiamento dessas fibras foram difundidas pelo interior nordestino, para o desenvolvimento desta cultura, que inclusive, era competitiva em nível internacional.

A partir de 1960, com o advento das novas tecnologias e a concorrência dos fios sintéticos em detrimento às fibras naturais ocorreu um crescente declínio nesse setor, que desestruturou a maioria das indústrias de beneficiamento do algodão nordestinas. O mercado também apontava para uma certa preferência pelos produtos sintéticos, como também havia uma expressiva mudança de avanços tecnológicos dos competidores externos, o que também contribuiu para o declínio desse setor.

A praga do bicudo foi o ponto final da decadência da indústria algodoeira. Praticamente, arrasou a produtividade e a competitividade do algodão produzido no Nordeste. A Embrapa vem desenvolvendo, recentemente, variedades de plantas diferenciadas e mais resistentes. As principais áreas produtoras de algodão, atualmente, localizam-se no cerrado baiano, com cerca da metade da produção, e no Ceará.

Recentemente, o algodão e as fibras naturais vêm ganhando maior espaço no mercado, principalmente nos segmentos de maior poder aquisitivo. Desta forma, a cadeia produtiva da cotonicultura vem se desenvolvendo desde o envolvimento da indústria algodoeira, a fiação, a tecelagem, a tintura e o acabamento nas confecções. Todavia, não mais apresenta representatividade nas exportações inter-regionais nordestinas.

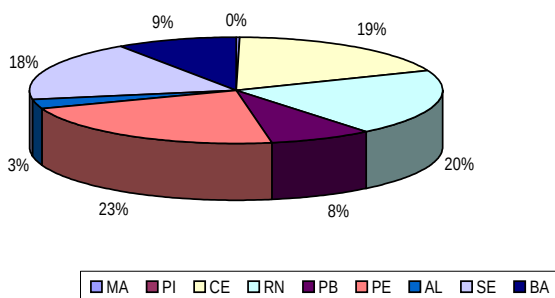
⁷ Informação obtida com o próprio professor Galvão, por meio de orientações após a leitura da versão parcial deste capítulo.

No ano de 1976, é possível observar que o algodão, apesar da expressiva crise do setor, ainda perdurava como o principal item das exportações inter-regionais do Nordeste, com 11,92%, conforme tabela 01, de participação do total das saídas nordestinas, para as demais regiões do país. Também é preciso salientar que, nesse mesmo ano, o Nordeste também importou algodão das demais regiões brasileiras, figurando como o quinto principal item importado pelos nordestinos no mercado inter-regional, com participação de, aproximadamente, 4% do total de importações inter-regionais, conforme tabela 02.

A região Sudeste foi a principal compradora do algodão produzido no Nordeste, em 1976, representando quase a totalidade das vendas inter-regionais desse produto, com participação de 89%. Também essa região representava a principal vendedora do produto para o Nordeste, com participação de 94% das compras de algodão nordestinas.

O Estado de Pernambuco foi o principal exportador de algodão para as demais regiões brasileiras, em 1976, com representatividade de 23%, do total das vendas inter-regionais, deste produto, do Nordeste, conforme é possível observar no gráfico 12.

GRÁFICO 12
ESTADOS DE ORIGEM DAS EXPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE ALGODÃO DO
NORDESTE EM 1976.
[Em % percentual]



Elaborado pelo autor.

Base de Dados:

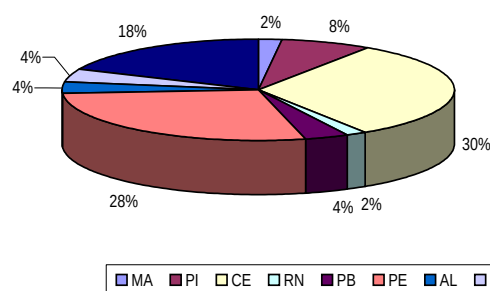
SUDENE. Importações e Exportações do Nordeste do Brasil 1974-80.

O estudo da comercialização do algodão no mercado inter-regional no ano de 1976 é bastante interessante. Apesar de se configurar como o principal item da pauta de exportações inter-regionais do Nordeste, o volume de importações desse item foi mais intenso do que o de vendas para o mercado nacional. O Nordeste exportou em algodão, principalmente para a região Sudeste, praticamente o mesmo valor importado dessa mesma mercadoria. Em participações percentuais o algodão foi o quinto item mais representativo da pauta de importações inter-regionais do Nordeste em 1976, conforme se observa na tabela 02.

É curioso observar que, enquanto o Nordeste estava vendendo algodão para as demais regiões brasileiras, havia uma demanda interna que apontava para uma necessidade de consumo do algodão no mercado regional. É necessário também salientar que o comércio do algodão era significativo no mercado intra-regional.

Este fato pode ser explicado pelas diferenças conjunturais dos preços relativos do algodão nos diferentes mercados nacionais, como também, problemas relacionados à qualidade do produto. Como exemplo, podemos citar a impossibilidade de misturar o algodão paranaense com o nordestino em razão das suas diferentes tonalidades. Essa mistura somente poderia ser possível caso a peça final passasse por um processo de tingimento (SUDENE, 1980). O gráfico 13 mostra os principais Estados compradores de algodão do Nordeste em 1976.

GRÁFICO 13
ESTADOS DE DESTINO DAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE ALGODÃO DO
NORDESTE EM 1976.
[Em % percentual]



Elaborado pelo autor.

Base de Dados:

SUDENE. Importações e Exportações do Nordeste do Brasil 1974-80.

Vale salientar a expressiva participação do Estado de Pernambuco e do Ceará nas importações inter-regionais do algodão em 1976, quando, ambos detêm 58% do total das entradas desse item no Nordeste. Ao mesmo tempo que estes Estados são significativos vendedores, também, são importantes compradores.

Na pauta de exportações inter-regionais do Nordeste de 1999 o item algodão perdeu completamente a sua representatividade e sequer figura entre os 15 principais códigos CNAE exportados.

TABELA 2
PAUTA DAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DO NORDESTE EM 1976 e 1999
15 PRODUTOS MAIS REPRESENTATIVOS
[participação (%)]

ANO DE 1976	Part %	ANO DE 1999	Part %
Caldeiras, Máquinas, Aparelhos e Instr. Mecânicos	10,90%	Fabricação de produtos alimentícios e bebidas	14,00%
Veículos Automotores, Tratores, Velocípedes Motocicletas e Outros Veículos Terrestres	10,12%	Comércio por atacado e intermediários do comércio	13,00%
Máquinas e Aparelhos Elétricos e Objetos Destinados a usos Eletrotécnicos	6,75%	Fabricação de produtos químicos	11,00%
Ferro Fundido a Aço	6,47%	Fabricação e montagem de veículos automotores, reboques e carrocerias	9,00%
Algodão	3,98%	Fabricação de máquinas e equipamentos	6,00%
Produtos Farmaceuticos	3,83%	Comércio varejista e reparação de objetos pessoais e domésticos	4,00%
Borracha Natural ou Sintética; Substituto da Borracha e Manufaturas de Borracha	2,84%	Fabricação de produtos têxteis	4,00%
Móveis; Mobiliários Médico-Cirúrgico; Artigos de Colchoaria e Semelhantes	2,66%	Fabricação de coque, refino de petróleo, elaboração de combustíveis nucleares e produção de álcool	4,00%
Matérias Plásticas Artificiais, Éteres e Esteres da Celulose, Resinas Artificiais ...	2,45%	Fabricação de artigos de borracha e plástico	3,00%
Vestuários e seus Acessórios, de Tecidos	2,31%	Fabricação de material eletrônico e de aparelhos e equipamentos de comunicações	3,00%
Leite e Produtos Lácteos; Ovos de Aves; Mel Natural	2,23%	Fabricação de máquinas, aparelhos e materias elétricos	3,00%
Tecidos e Artigos de Malharia e Ponto de Meia	2,15%	Metalurgia básica	2,00%
Papel Cartolina e Cartão; Manufaturas de Pasta de Celulose de Papel, de Cartolina e de Cartão	2,02%	Fabricação de móveis e indústrias diversas	2,00%
Carnes e Miúdos Comestíveis	1,69%	Transporte terrestre	2,00%
Calçados, Perneiras, polainas e Artigos Semelhantes; partes destes artigos	1,42%	Confecção de artigos do vestuário e acessórios	2,00%
TOTAL	61,82%	TOTAL	82,00%

Elaborado pelo autor

Base de Dados:

1976 - SUDENE - Importações e Exportações do Nordeste do Brasil (1985)

1999 - Vasconcelos - Análise da matriz por atividade do comércio interestadual no Brasil – 1999 (2006)

Para o ano de 1976 foi utilizada a Classificação Brasileira de Mercadorias.

Para o ano de 1999 foi utilizada a Classificação do CNAE-F.

5.2.3 – Produtos Químicos

Em 1999, com a perda absoluta da hegemonia do algodão na economia do Nordeste brasileiro, o principal item componente da pauta de exportações inter-regionais passou a ser a de fabricação produtos químicos conforme se pode observar na tabela 01.

Essa alteração significativa do principal item das exportações do Nordeste ocorreu por conta da instalação do Complexo Petroquímico de Camaçari, que se desenvolveu com maior intensidade a partir de 1978. Atualmente, esse é um dos principais pilares da produção de

bens intermediários do Nordeste. Foram implementados expressivos investimentos, ao longo dos últimos 30 anos, tanto por estatais, como pela Petrobrás e por subsidiárias, como pelas multinacionais, principalmente com a tecnologia integralizada como capital. Houve ainda a inserção de recursos do FINOR, BNDES e políticas de redução de impostos de importação de equipamentos, isenção de imposto de renda por dez anos, redução de ICMS, etc.

Segundo Albuquerque (2002), esses investimentos figuraram na ordem de US\$ 10 bilhões e a sua composição atual integra os setores de extração e refino de petróleo, gás natural, fabricação de resinas, fibras artificiais e sintéticas, elastômeros e a fabricação de adubos e fertilizantes. Vale salientar o papel da Copene, que produz eteno (com capacidade instalada de 1,2 milhão de t/ano), benzeno, butadieno, xilenos e tolueno.

O Pólo Petroquímico de Camaçari é competitivo no mercado nacional e no exterior e produz quase a metade da petroquímica básica e intermediária brasileira.

Em 1999, o percentual de 72% da produção de produtos petroquímicos produzidos no Nordeste, vendidos no mercado nacional, foi destinada para a região Sudeste do país. Outros 20% foi reservado para o consumo intra-regional e 8% para as demais regiões do país.

O Nordeste também importou produtos químicos das demais regiões do país em 1999, todavia, em razão da hegemonia da Bahia, em nível nacional, na produção desse item, as importações representaram apenas 83% do total das exportações. Este fato nos leva a concluir que este produto contribui positivamente para a redução do déficit na balança de comércio inter-regional da região Nordeste do país.

A exportação de produtos químicos orgânicos também foi um importante item componente da vendas nordestinas para as demais regiões do país em 1976. Com representatividade de 4,51%, do total das exportações inter-regionais do Nordeste foi o quinto principal produto exportado, conforme tabela 01. A sua venda para o mercado nacional foi praticamente 99% destinada para a região Sudeste. O percentual de 96% foi a participação do Estado da Bahia na exportação nordestina desses produtos químicos orgânicos no comércio inter-regional, ou seja, esse comércio ocorreu unicamente no sentido da Bahia para o Sudeste.

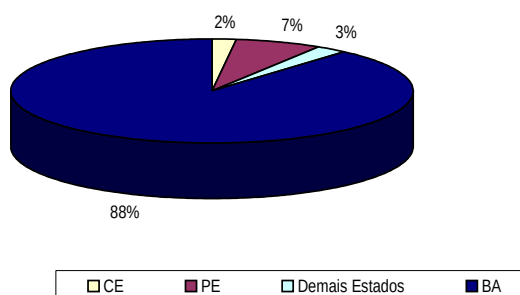
Tal produto não figurou entre os quinze mais representativos das importações nordestinas, em 1976, o que nos leva a concluir que havia uma maior demanda externa fora da região Nordeste para o consumo desse tipo de item. Em contrapartida, nesse mesmo ano, a região Nordeste importou produtos farmacêuticos, ou seja, vendeu matéria prima para o Sudeste e comprou bens de consumo final desta mesma região.

5.2.4 – Metalurgia Básica

O segundo principal item, componente da pauta de exportações inter-regionais do Nordeste, em 1976, foi o ferro fundido e aço. Este produto foi praticamente destinado à região Sudeste do país, sendo representado por 87% das suas exportações, sendo os 13% restantes destinados para as demais regiões brasileiras.

A Bahia foi a maior exportadora de ferro fundido e aço do Nordeste em 1976, seguido do Estado de Pernambuco e do Ceará, conforme gráfico 04.

GRÁFICO 14
ESTADOS DE ORIGEM DAS EXPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE FERRO FUNDIDO
E AÇO DO NORDESTE EM 1976.
[Em % percentual]



Elaborado pelo autor.
Base de Dados:
SUDENE. Importações e Exportações do Nordeste do Brasil 1974-80.

O que é possível explicar na composição estrutural das exportações nordestinas, em 1976, é que, praticamente, ocorreu a exportação de matéria-prima como o ferro-cromo, ferro-manganês e o ferro-silício e a importação sobretudo de produtos manufaturados como o arame farpado, estruturas pesadas, fogão-a-gás e outros tipos de fios e chapas metálicas não revestidas (SUDENE, 1980).

Por esse motivo, é possível explicar o fato dos produtos ferro fundido e aço serem significativos, tanto na pauta de exportações, como na de importações inter-regionais do Nordeste, em 1976. O que ocorre é que existiam certas especializações regionais onde cada região participava de acordo com a sua especialidade.

Também é importante salientar que, no ano de 1976, houve um expressivo déficit no comércio inter-regional do ferro fundido e aço do Nordeste com as demais regiões do país,

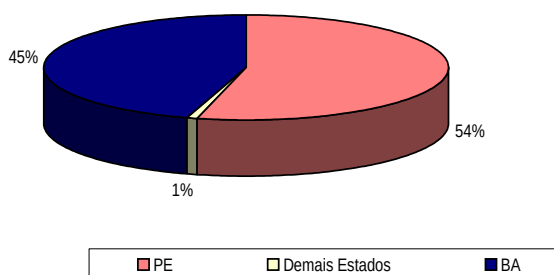
uma vez que as exportações desse produto representaram apenas 42% do total das suas importações.

Em 1976, o Estado da Bahia era o maior exportador de ferro fundido e aço do Nordeste. Todavia, no decorrer dos demais anos, principalmente, após o pleno funcionamento do Complexo de Camaçari em 1978, até os momentos mais recentes, o que se observa é uma maior especialização da metalurgia baiana na produção de outros metais como o ouro, concentrado de cobre, magnesita, cromita, sal-gema, barita e manganês.

Outro item que apresentou significativa relevância nas exportações do Nordeste em 1976, foi o alumínio. De maneira similar aos produtos anteriormente apresentados, o principal destino das vendas inter-regionais foi a região Sudeste, com participação de 86% de todo o alumínio vendido, para o país.

O Estado de Pernambuco foi o principal exportador de alumínio para as demais regiões brasileiras, seguido pelo Estado da Bahia. Os demais Estados nordestinos obtiveram participação inexpressiva na exportação deste produto no comércio inter-regional, conforme é possível observar no gráfico 15.

GRÁFICO 15
ESTADOS DE ORIGEM DAS EXPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE ALUMÍNIO DO
NORDESTE EM 1976.
[Em % percentual]



Elaborado pelo autor.
Base de Dados:
SUDENE. Importações e Exportações do Nordeste do Brasil 1974-80.

Para o ano de 1976, o alumínio também segue a mesma tradicional assertiva de que exportamos produtos primários para o mercado interno e importamos os manufaturados.

Uma das principais empresas pernambucanas exportadoras de alumínio para o mercado inter-regional e internacional, nesse ano, era a ASA - Alumínio S.A., situada na cidade de Itapissuma, a 36 km do Recife. Em 1981, essa empresa foi comprada pela ALCOA Alumínio S.A., que vem até os dias atuais, realizando importante papel no beneficiamento no

alumínio, agregando valor em sua cadeia produtiva, com a elaboração de produtos de maior qualidade e tecnologia (Observatório Social, 2003).

O alumínio não aparece entre os quinze principais produtos mais representativos nas importações inter-regionais nordestinas em 1976. Esta condição nos leva a afirmar que a comercialização desse produto contribuiu para minimizar o saldo negativo da balança comercial inter-regional do Nordeste e, principalmente, de Pernambuco. Nesse ano, as importações inter-regionais de alumínio atingiram 36% do total das exportações, deste mesmo produto, acarretando um superávit na balança comercial, deste item específico.

Em 1999, a metalurgia básica foi o segundo principal produto da pauta de exportações inter-regionais nordestinas, o que reforça a intensa representatividade desta atividade, tanto no ano de 1976, como nos tempos atuais. Este é um segmento que se vem desenvolvendo de maneira acelerada, ao longo dos últimos anos, na economia nordestina. Tais resultados foram incentivados, principalmente, pelos segmentos produtores de commodities, como os setores siderúrgico e metalúrgico, em decorrência do aumento da demanda externa e dos preços no mercado internacional.

Entre os Estados que mais exportaram produtos da metalurgia básica para as demais regiões do país, em 1999, destaca-se como maior representante a Bahia, com 77% de sua produção destinada à região Sudeste e 13% para a região Sul. Pernambuco também orientou 40%, da sua produção de metalurgia básica com destino ao mercado nacional, para a região Sudeste e 44% para o comércio intra-regional, com os demais Estados do Nordeste.

Lamentavelmente, por problemas metodológicos, a matriz utilizada como base para o ano de 1999 não obtinha dados por produto das exportações do Estado do Maranhão, no comércio inter-regional. Todavia, é sabido que esse Estado detinha participação na produção metalúrgica nordestina.

Notadamente, no Maranhão, houve altos investimentos realizados por empresas estatais e multinacionais no setor de exploração do minério de ferro, sobretudo, a exploração de ferro gusa, alumínio e manganês. Com a conclusão do Corredor de Exportação Norte, em 1992, a produção passou a ser escoada por estradas de ferro operadas pela Vale do Rio Doce, com destino ao Porto Madeiras, em São Luis. Boa parte dessa produção é destinada ao mercado internacional. Segundo Lima (1994), o Programa Grande Carajás, que comportou expressivos investimentos em instalações do Porto de Madeira, em minas, infra-estrutura e, principalmente, na construção de uma ferrovia de 390km (Estrada de Ferro Carajás) foi determinante para o desenvolvimento da atividade metalúrgica no Estado do Maranhão. Em

decorrência desses movimentos de capital, em que a Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) vem desempenhando um dos principais papéis, também se destaca o projeto ALUMAR (Associação da ALCOA, ALCAN e BILLINGTON), em São Luís, como também, diversas pequenas guserias, que surgiram no trajeto da estrada de ferro Carajás.

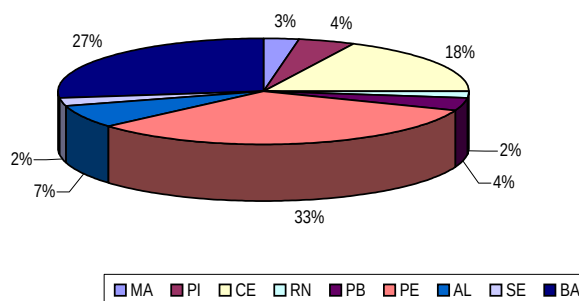
Um fato importante que deve ser salientado é que os dois únicos produtos da pauta de exportações inter-regionais nordestinas, em 1999, entre os quinze principais itens destacados, que apresentaram posição superavitária, no comércio com as demais regiões do Brasil, foram a metalurgia básica e a fabricação de produtos químicos, ambos com expressivas vantagens comparativas no Estado da Bahia. Todos os demais produtos destacados na tabela 02 contribuíram para aumentar o déficit na balança de comércio inter-regional do Nordeste no ano de 1999.

5.2.5 – Máquinas e Aparelhos Elétricos / Eletrotécnicos

O quarto produto mais representativo da pauta de exportações inter-regionais do Nordeste, em 1976, foi o de máquinas e aparelhos elétricos e objetos destinados a usos eletrotécnicos. Note-se que este produto é igualmente representativo, tanto nas exportações inter-regionais, de 1976, como nas suas importações, com participações de 5,48% e 6,75%, respectivamente. O principal sentido do comércio dessa mercadoria foi do Sudeste para o Nordeste, ou seja, 96% do total comprado pelo Nordeste, desse item, foi importado da região Sudeste.

Apesar da maior proximidade do Estado da Bahia da região Sudeste, é possível comprovar que Pernambuco apresentou a maior demanda, entre os demais Estados do Nordeste, em 1976, para o consumo desse tipo de produto, seguido pelo Estado baiano, conforme se observa no gráfico 16.

GRÁFICO 16
ESTADOS DE DESTINO DAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE MÁQUINAS E
APARELHOS ELÉTRICOS E ELETROTÉCNICOS DO NORDESTE EM 1976.
[Em % percentual]



Elaborado pelo autor.

Base de Dados:

SUDENE. Importações e Exportações do Nordeste do Brasil 1974-80.

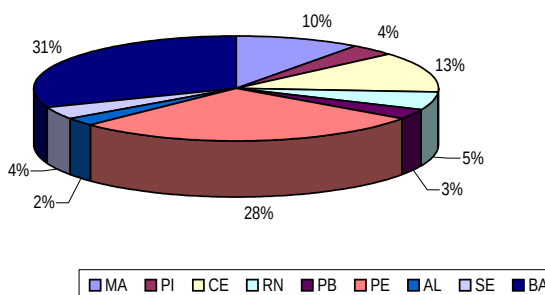
As exportações desse item foram relevantes, quando consideradas com o total das exportações inter-regionais do Nordeste, mas, menos expressivas, quando comparadas com as importações desse mesmo produto. Desta forma, importamos máquinas e aparelhos elétricos e objetos destinados a usos eletrotécnicos, aproximadamente quatro vezes o valor total das exportações realizadas desse item, contribuindo de maneira significativa para o déficit da balança comercial inter-regional do Nordeste, em 1976.

Para melhor explicar como ocorre a comercialização dessas máquinas e aparelhos é possível afirmar que o fato de a indústria do Sudeste possuir um grau mais elevado de concentração industrial e tecnologia resultou que esse comércio fosse principalmente originado dessa região. Outro fator muito importante na composição do comércio é o fato do Nordeste exportar, predominantemente, componentes: como pilhas secas, velas, bobinas de ignição, aparelhagem de derivação, dentre outros, para o Sudeste; enquanto importa, principalmente, máquinas e aparelhos: como rádios, televisões, rádio-telefonias e diversas máquinas e aparelhos (SUDENE, 1980).

Enquanto, em 1976, esse produto representava 5,5% do total das exportações inter-regionais nordestinas, em 1999, passou a representar apenas 3%, conforme tabela 01. Note-se que esse produto também aparece nas pautas de importações e exportações do ano de 1999, a exemplo do que ocorria em 1976, em balanço igualmente deficitário. O Nordeste importou, em 1999, em máquinas e aparelhos elétricos mais do que o dobro, das suas exportações inter-regionais, deste mesmo produto.

O gráfico 17 mostra a participação dos Estados na composição das importações de máquinas, aparelhos e materiais elétricos em 1999.

GRÁFICO 17
ESTADOS DE DESTINO DAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE MÁQUINAS,
APARELHOS E MATERIAIS ELÉTRICOS DO NORDESTE EM 1999.
[Em % percentual]



Elaborado pelo autor.

Base de Dados:

VASCONCELOS, José Romeu. Matrix do Fluxo de Comércio Interestadual de Bens e Serviços no Brasil - 1999. Texto Discussão do IPEA 817. Brasília. Agosto 2001.

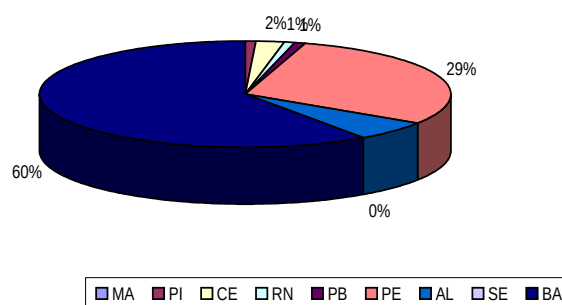
Conforme é possível comprovar pela semelhança dos gráficos 16 e 17, não houve alteração significativa na composição das importações de máquinas, aparelhos e materiais elétricos nos anos de 1976 e 1999, entre os Estados do Nordeste. Note-se que Pernambuco, Bahia e Ceará estiveram entre os mais representativos em ambos os anos, todavia, em 1999, a Bahia apresentou maior participação percentual do que Pernambuco.

5.2.6 – Setor Têxtil / Vestuário

Outro setor da economia nordestina que detém importante participação no comércio inter-regional é o têxtil. Esse se demonstra representativo, tanto na análise do ano de 1976, como também na de 1999. Na Classificação Brasileira de Mercadorias, utilizada no ano de 1976, havia a separação do item têxtil em diversas categorias, todavia, as que mais se destacaram foram: têxteis sintéticos e artificiais contínuos e também descontínuos. Somando-se a representatividade destas duas categorias é possível afirmar que, juntas, representaram 6,73% do total das exportações inter-regionais do Nordeste, neste mesmo ano.

O gráfico 18 oferece uma melhor compreensão da representatividade de cada Estado nordestino, na exportação de produtos têxteis, para as demais regiões brasileiras, no ano de 1976, observando as categorias citadas acima⁸.

GRÁFICO 18
ESTADOS DE ORIGEM DAS EXPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE ARTIGOS
TÊXTEIS DO NORDESTE EM 1976.
[Em % percentual]



Elaborado pelo autor.

Base de Dados:

SUDENE. Importações e Exportações do Nordeste do Brasil 1974-80.

A Bahia foi o principal Estado exportador do grupo têxtil no ano de 1976, representando 60% das vendas nordestinas deste segmento no comércio inter-regional. Esse resultado foi impulsionado pelas classes de têxteis sintéticos e artificiais, contínuos e descontínuos. Em seguida surge Pernambuco com participação de 29% das vendas nordestinas, deste item, todavia com maior vantagem na produção de têxteis descontínuos.

Segundo Thorstensen (1985) a região Nordeste sofreu, entre 1960 e 1970, graves dificuldades no setor têxtil em decorrência do alto grau de obsolescência dos equipamentos e pelo fechamento de várias unidades consideradas antieconômicas. Nos anos 70, um Programa de re-equipamento e modernização foi lançado pelo BNDES, o que contribuiu para uma retomada parcial deste setor no Nordeste brasileiro.

Transformações mais recentes na indústria têxtil brasileira, segundo Massuda (2002), vislumbram para uma transferência das plantas da indústria têxtil do Sul e Sudeste em direção ao Nordeste. Este fenômeno vem ocorrendo, principalmente, em função do reduzido custo de mão-de-obra e dos atrativos incentivos fiscais. Desta forma, as empresas podem obter maior nível de competitividade. Em números, é possível afirmar que no período que compreende

⁸ Para a realização do gráfico 18, foram consideradas apenas as classes de mercadorias 51- Têxteis sintéticos e artificiais, contínuos e 56 – Têxteis sintéticos e artificiais, descontínuos. As demais categorias relacionadas ao setor têxtil não foram incluídas.

1992 a 1999, enquanto o número de empresas do ramo têxtil, instaladas no Sudeste e no Sul, caiu 43% e 6,52%, respectivamente, ocorreu um movimento inverso no Nordeste, com um crescimento 19,49%, na quantidade de empresas instaladas. Este número comprova que, realmente, ocorreu um movimento de migração de empresas do ramo têxtil do eixo Sul e do Sudeste para o Nordeste.

Gorini (2000) ratifica a existência deste deslocamento e defende que os incentivos do BNDES, ao longo da década de 90, foram importantes na evolução desse processo. Enquanto no Sul destacam-se os pequenos e médios produtores de cama, mesa e banho, no Sudeste é mais intensa a fabricação dos fios artificiais e sintéticos e os grandes produtores.

Apesar de todos estes investimentos e perspectivas positivas do setor têxtil nordestino, este representou apenas 4% do total das exportações inter-regionais do Nordeste em 1999. Ao mesmo tempo, nesse ano, o Nordeste importou quase três vezes mais produtos têxteis, das demais regiões do país, do que o valor total das suas exportações, deste mesmo item. O setor têxtil foi um dos itens que mais contribuiu para déficit na balança de comércio inter-regional do Nordeste em 1999.

Segundo Lima (1994) o Estado de Pernambuco sofreu grandes perdas, principalmente na região metropolitana do Recife, entre 1969 e 1987, enquanto o Estado do Ceará ampliava a sua participação, principalmente com incentivos da SUDENE. Fortaleza hoje se destaca como um importante pólo do setor têxtil, tanto em nível regional como nacional. Lamentavelmente, a tabela de comércio inter-regional de 1999 não contempla números do Estado do Ceará⁹. O Estado da Paraíba se destaca na exportação inter-regional de produtos têxteis, em 1999, seguido da Bahia, Sergipe e, por fim, Pernambuco.

Enquanto em 1976, Bahia e Pernambuco detinham praticamente a hegemonia do segmento têxtil no Nordeste, em 1999, essa situação foi amplamente modificada pela expressiva participação, principalmente, do Ceará e da Paraíba e a decadência do têxtil pernambucano.

Também deve ser citada a participação expressiva, na exportação em 1976, do item Vestuário e outros acessórios de tecido, representado por 3,89% das vendas nordestinas. Neste ano se destaca a participação do Estado do Rio Grande do Norte com participação de aproximadamente 50% de todas as vendas de vestuários do Nordeste, seguido de Pernambuco, com 22% e o Ceará com 13%.

⁹ Por questões metodológicas, a tabela do comércio inter-regional de 1999 não mensura as exportações por produto dos estados do Ceará, Maranhão e Rio Grande do Norte.

Atualmente, em Pernambuco o segmento de vestuário procura se reestruturar com o pólo de confecções no agreste do Estado, principalmente, nos municípios de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama.

5.2.7 – Máquinas e Equipamentos

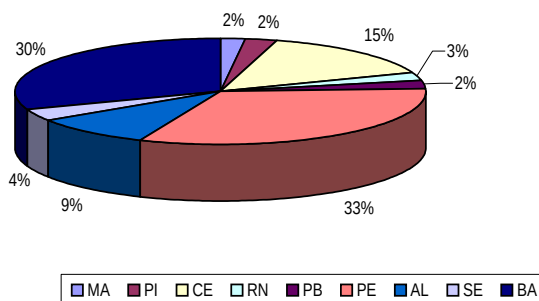
Este é um item que obteve significativa representatividade, tanto na pauta de importações do ano de 1976, como de 1999. Em função da maior concentração da indústria de transformação localizar-se no eixo Sudeste e Sul do país, este item apresenta expressiva relevância nas importações realizadas pelo Nordeste.

Em 1976, as importações de máquinas e equipamentos significavam 10,90% do total das entradas inter-regionais nordestinas, enquanto, em 1999, este percentual passou para 6%, conforme tabela 02.

Para comprovar a dependência nordestina em relação ao Sudeste, quando se refere ao consumo de produtos com maior grau de transformação e elaboração, basta verificar que 92% das importações inter-regionais desse item, no ano de 1976, foram originadas da região Sudeste. Em 1999, essa condição ainda se manteve, todavia, com um notável crescimento da participação da região Sul do país na venda de máquinas e de equipamentos. Assim, enquanto a participação do Sudeste, ainda majoritária, caiu para 70% do total das entradas desse item, a participação da região Sul cresceu de 0,7% em 1976, para 27% em 1999. Desta maneira, é possível afirmar que tal item contribuiu para melhor diversificar a relação, unicamente bilateral, ocorrida em 1976, no fornecimento de mercadorias no sentido do Sudeste para o Nordeste.

Na análise dos gráficos 19 e 20, é possível comprovar que não houve grandes alterações na composição dos principais Estados nordestinos compradores de máquinas e de equipamentos, entre os anos de 1976 e 1999. Ressalte-se, apenas, o notável declínio da participação de Pernambuco nessa composição, entre os períodos analisados.

GRÁFICO 19
ESTADOS DE DESTINO DAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE MÁQUINAS,
CALDEIRAS E APARELHOS MECÂNICOS DO NORDESTE EM 1976.
[Em % percentual]



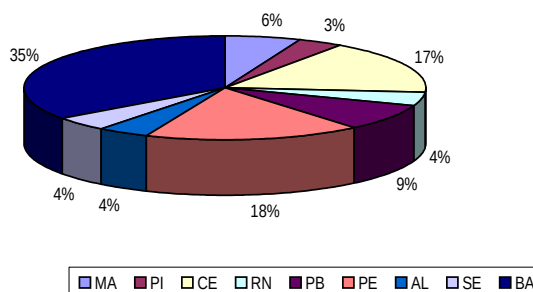
Elaborado pelo autor.

Base de Dados:

SUDENE. Importações e Exportações do Nordeste do Brasil 1974-80.

Como já era possível presumir, esse item é dos principais causadores do déficit na balança de comércio inter-regional do Nordeste brasileiro. Em 1976, a exportação inter-regional de máquinas e de equipamentos correspondia a apenas 9% do total das importações, deste mesmo produto. Em 1999, as exportações inter-regionais passaram a representar apenas 3% do total das importações deste produto, agravando ainda mais, sua participação no déficit da balança de comércio inter-regional do Nordeste.

GRÁFICO 20
ESTADOS DE DESTINO DAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE MÁQUINAS E
EQUIPAMENTOS DO NORDESTE EM 1999.
[Em % percentual]



Elaborado pelo autor.

Base de Dados:

VASCONCELOS, José Romeu. Matrix do Fluxo de Comércio Interestadual de Bens e Serviços no Brasil - 1999. Texto Discussão do IPEA 817. Brasília. Agosto 2001.

5.2.8 – Veículos Automotores

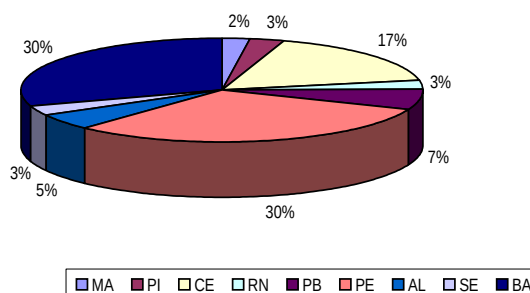
O principal motivo dos fluxos de comércio inter-regional, de veículos automotores, ocorrerem fundamentalmente no sentido Sudeste para o Nordeste, explica-se pelo fato de que a grande concentração das montadoras automotivas se instalam nas economias sulinas, mais próximas dos seus mercados consumidores mais fortes.

No ano de 1976, do total dos veículos automotores que foram importados pelo Nordeste, 98% foi originado da região Sudeste. Em 1999, essa relação com o Sudeste diminuiu para 82%, tendo a região Sul aumentado sua participação de menos de 1% em 1976, para 18% em 1999. Este também foi um dos itens que contribuiu para uma maior diversificação de regiões vendedoras para o Nordeste, comparando-se os anos de 1976 e 1999.

A importação de veículos automotores, evidentemente, também contribuiu de maneira significativa para constituição do déficit na balança de comércio inter-regional do Nordeste em ambos os anos analisados.

O gráfico 21 apresenta a composição da importação de veículos automotores realizada pelo Nordeste, no ano de 1976, por Estados de destino.

GRÁFICO 21
ESTADOS DE DESTINO DAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE VEÍCULOS
AUTOMOTORES DO NORDESTE EM 1976.
[Em % percentual]



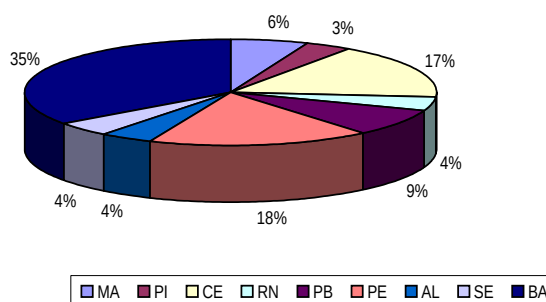
Elaborado pelo autor.
Base de Dados:
SUDENE. Importações e Exportações do Nordeste do Brasil 1974-80.

Ao mesmo tempo em que observamos consecutivas reduções da participação do Estado de Pernambuco nas exportações dos mais diversos itens, também é possível constatar que ocorre um movimento similar, também de queda, nas importações inter-regionais de produtos importantes. De certa forma, esse movimento pode ser explicado pela diminuição da

renda interna pernambucana, da mesma forma que, espelha um perfil problemático da produtividade industrial do Estado. Segundo Blanchard (2004), ao exportar em menor quantidade, o efeito sobre a renda interna também é afetado (diminuído), o que também altera a relação de consumo de determinados produtos mais sofisticados. Além disso, a questão dos Investimentos, que, em grande parte, ao longo dos últimos anos, foram mais generosos com a Bahia e Ceará, transmite a impressão de que a economia de Pernambuco está crescendo em uma velocidade inferior em relação aos Estados referidos.

Na análise do gráfico 22, é possível observar, mais uma vez, que não houve maiores alterações na composição dos Estados importadores de veículos automotores do Nordeste. O que mais uma vez se pode comprovar, é a expressiva queda da participação do Estado de Pernambuco na compra de determinado produto, neste caso, de veículos.

GRÁFICO 22
ESTADOS DE DESTINO DAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE VEÍCULOS
AUTOMOTORES DO NORDESTE EM 1999.
[Em % percentual]



Elaborado pelo autor.

Base de Dados:

VASCONCELOS, José Romeu. Matrix do Fluxo de Comércio Interestadual de Bens e Serviços no Brasil - 1999. Texto Discussão do IPEA 817. Brasília. Agosto 2001.

Como os dados da tabela de comércio inter-regional têm como base o ano de 1999, não foi possível avaliar os impactos da instalação da fábrica da FORD, em Camaçari, na Bahia, uma vez que a data de início da operação ocorreu a partir do ano 2000. Segundo Silva (2004), os investimentos realizados pela FORD, no Estado baiano, atingiram o montante de US\$ 1,9 bilhões, sendo o mais expressivo investimento realizado por uma única montadora no Brasil, no período que compreende 1996 a 2000.

Todavia, vale salientar que tendências mais recentes determinam para uma nova direção, em um estágio de descentralização espacial da indústria automotiva no Brasil. Segundo Silva (2004), embora São Paulo ainda tenha recebido a maior parte dos

investimentos recentes (entre 1996 e 2002) da indústria automotiva no Brasil, no total de 36%, outros Estados como Rio Grande do Sul, Goiás e Bahia também obtiveram importantes participações fora do eixo Sudeste.

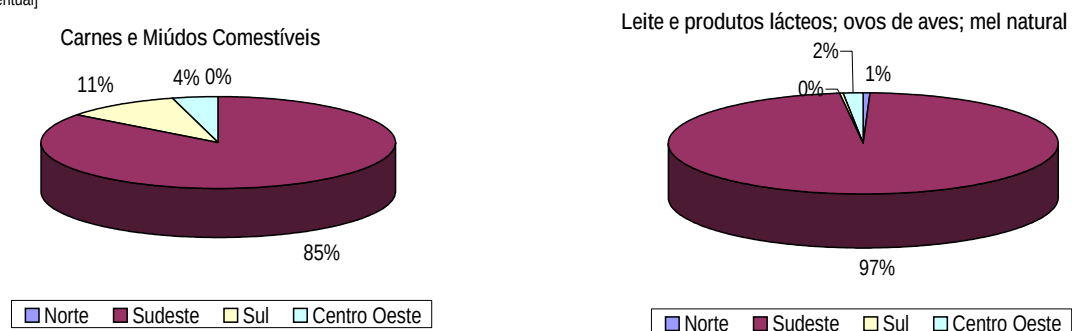
Segundo Arbix (2000), um dos principais motivos dessa descentralização da indústria automotiva no país reside na questão dos custos trabalhistas. Conforme Wood (1994), a teoria de Heckscher-Ohlin pode explicar de maneira simplificada esse fenômeno. Nos países em desenvolvimento, com o aumento das transações comerciais, ocorreria uma maior especialização na produção de bens manufaturados e relativamente indiferenciados, em decorrência principalmente da expressiva oferta de mão de obra alfabetizada, mas com pouca qualificação. Arbix (1994) ainda releva a questão dos problemas sindicais ocorridos, principalmente, na região do ABC paulista e a denominada “guerra fiscal” realizada pelos municípios para atrair estes investimentos.

5.2.9 – Produtos Alimentícios

No ano de 1976, já era possível observar a expressiva representatividade dos produtos alimentícios na pauta de importações inter-regionais do Nordeste brasileiro. Dentre o rol de todos os itens alimentares, comprados pelos nordestinos, das demais regiões do país, os dois mais representativos foram os códigos: 02 - Carnes e Miúdos Comestíveis com 1,69% de participação e 04 - Leite e produtos lácteos; ovos de aves; mel natural com 2,23%, sendo, quase a sua totalidade originada da região Sudeste do país.

O gráfico 23 apresenta as regiões de origem dos dois produtos alimentícios mais representativos na pauta de importações inter-regionais do Nordeste em 1976.

GRÁFICO 23
REGIÕES DE ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE CARNES E LEITE; OVOS; MEL DO NORDESTE EM 1976.
[Em % percentual]



Elaborado pelo autor.

Base de Dados:

SUDENE. Importações e Exportações do Nordeste do Brasil 1974-80.

Outros produtos alimentícios também apresentaram participação (acima de 1%) nas importações inter-regionais nordestinas, em 1976, todavia, em menor intensidade são eles: Legumes e hortaliças com 1,11%, Café e chá com 1,61%, Cereais com 1,14%, Gorduras e óleos 1%, Preparações alimentícias diversas 1,10% e Bebidas, Líquidos Alcoólicos e Vinagres com 1,39%.

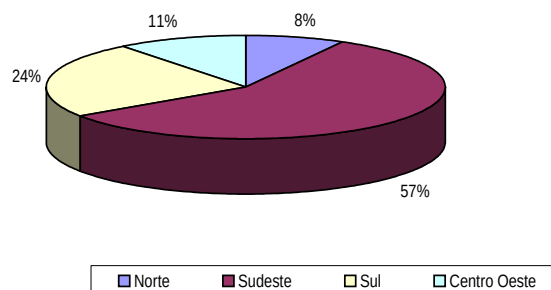
Ao avaliar a grande classe dos produtos: Produtos Alimentícios, é possível afirmar que este correspondia à parte mais representativa das importações inter-regionais nordestinas em 1976, ou seja, o maior componente das importações inter-regionais do Nordeste foi composto pela compra de produtos alimentícios, principalmente, originados da região Sudeste do Brasil.

Em 1999, essa situação se manteve e o código CNAE 15, que corresponde à fabricação de produtos alimentícios e bebidas, foi o item mais representativo das importações inter-regionais do Nordeste, com participação de 14% do total das entradas, conforme tabela 02.

Da totalidade dos alimentos, produzidos no Brasil, consumidos pelos nordestinos em 1999, apenas 30% foi produzido no próprio Nordeste, o que corresponde ao comércio intra-regional. Os 70% restantes foram importados das demais regiões do país.

O gráfico 24 apresenta as regiões de origem das importações inter-regionais de alimentos e bebidas realizadas pelo Nordeste em 1999.

GRÁFICO 24
REGIÕES DE ORIGEM DAS IMPORTAÇÕES INTER-REGIONAIS DE ALIMENTOS E
BEBIDAS DO NORDESTE EM 1999.
[Em % percentual]



Elaborado pelo autor.

Base de Dados:

VASCONCELOS, José Romeu. Matrix do Fluxo de Comércio Interestadual de Bens e Serviços no Brasil - 1999. Texto Discussão do IPEA 817. Brasília. Agosto 2001.

A importação de alimentos e bebidas foi o item que mais impactou negativamente na formação do déficit da balança comercial inter-regional do Nordeste em 1999. Do déficit total do comércio inter-regional nordestino, com as demais regiões brasileiras, 18,2% foi decorrente unicamente do comércio dessas mercadorias.

O que é possível afirmar, comparando-se os anos de 1976 com 1999, é que o Nordeste continua comprando de outras regiões brasileiras os produtos alimentícios necessários para o seu consumo, porque não dispõe de produção local suficiente para atender a sua demanda interna. Por outro lado, também é possível comprovar que ocorreu uma maior descentralização dessa dependência da região Sudeste do país, passando a comprar boa parte dos seus alimentos também nas regiões Sul, Norte e Centro-Oeste do Brasil.

Segundo Menezes (2003), a elasticidade-renda da demanda para a compra de produtos alimentícios é mais forte nas cidades do Nordeste e Norte do país, como também, na primeira faixa de renda (mais pobre). Desta forma, a autora revela que um determinado aumento na renda das famílias, com menor poder aquisitivo, aumenta significativamente o consumo de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Essa condição implica, necessariamente, um aumento da demanda interna por alimentos e, conseqüentemente, crescimento nas importações de produtos alimentícios.

5.2.10 – Comércio por Atacado

Na Classificação Brasileira de Mercadorias, encontrada na tabela de 1976, não compreendia o comércio por atacado e intermediários de comércio. Contudo, em 1999, esse item foi o segundo mais relevante na pauta de importações inter-regionais do Nordeste brasileiro.

O código CNAE 51 – Comércio por atacado e intermediários do comércio se subdivide, principalmente, em 7 sub-categorias conforme é possível observar na tabela 03.

TABELA 3
COMÉRCIO POR ATACADO E INTERMEDIÁRIOS DE COMÉRCIO EM 1999 (CÓDIGO CNAE 51)
[participação (%)]

Produto	Partic. (%) no total de import. do CNAE 51
Código CNAE 514 - comércio atacadista de artigos de usos pessoal e doméstico	28,26%
Código CNAE 513 - comércio atacadista de produtos alimentícios, bebidas e fumo	19,19%
Código CNAE 515 - comércio atacadista de produtos intermediários não-agropecuários, resíduos e sucatas	10,86%
Código CNAE 516 - comércio atacadista de máquinas, aparelhos e equipamentos para usos agropecuário, comercial, de escritório, industrial, técnico e profissional	10,12%
Código CNAE 512 - comércio atacadista de produtos agropecuários "in natura"; produtos alimentícios para animais	6,82%
Código CNAE 511 - intermediários do comércio	1,60%
Código CNAE 519 - comércio atacadista de mercadorias em geral ou não compreendidas nos grupos anteriores	23,15%

Elaborado pelo autor

Base de dados: Matriz por atividade econômica do comércio inter-estadual do Brasil. (2006)

As importações inter-regionais decorrentes do comércio por atacado, em 1999, foram bastante expressivas, com a região Sudeste do país. Essa relação representou o percentual de 84% de todas as entradas inter-regionais, deste item, no Nordeste brasileiro. No entanto, também é preciso salientar a expressiva importância do comércio, por atacado, no mercado intra-regional. O valor do comércio atacadista, realizado entre os Estados nordestinos é equivalente (mesmo valor) ao das importações do Sudeste. Essa consideração confirma a existência de relações comerciais intensas entre as unidades da federação do Nordeste.

5.2.11 – Celulose e Papel

Em 1976, a exportação de papel e celulose do Nordeste brasileiro, para as demais regiões do país, era pouco representativa, significava apenas 1,96% das saídas inter-regionais e sequer aparecia entre os quinze produtos mais importantes. Em 1999, tal relação de significância dobrou e o papel e celulose passaram a representar 4% do total das saídas inter-regionais nordestinas, pontuando como o quinto produto mais exportado, para as demais regiões brasileiras.

O principal Estado nordestino responsável por esse expressivo crescimento foi a Bahia, representando 94% de todo o papel exportado para as demais regiões brasileiras, em 1999. Do total das exportações inter-regionais baianas de papel e celulose 90% foi destinado para a região Sudeste do país e 10% para a região Sul. Apenas 4% das vendas de papel e celulose da Bahia, destinadas ao mercado nacional, foi realizada com os demais Estados do Nordeste.

Esse resultado pode ser explicado, conforme Souza e Oliveira (2001), principalmente, pela expressiva participação da empresa Bahia Sul, localizada no sul da Bahia, na fabricação mais especificamente de celulose de mercado. Esta empresa iniciou a sua produção no ano de 1988 e, atualmente, tem liderado a venda de celulose para o mercado interno, atingindo a marca de 68,7mil t, em 1999. Entretanto, 83% da sua produção é destinada ao mercado externo, o que contribui, significativamente, para elevar o saldo positivo da balança de comércio internacional da Bahia.

Também é relevante a participação da Aracruz Celulose, em Nova Viçosa, na Bahia, que possui a maior unidade industrial de produtos de madeira da América Latina, e detém a capacidade de produção de 75 mil m³/ano. Outras indústrias fabricantes de papel também se destacam na Bahia são elas: Indústria de papéis Santo Amaro (papel Kraft), a Barcraft (papel higiênico), a Sapelba, a Fábrica de Papel da Bahia S/A (ambas fabricantes de papel Kraft e de sacos de papel), Klabin Bacel (em Camaçari) e a IPB (em Santo Amaro).

Investimentos mais recentes, no valor de US\$ 1,5 bilhões apontam para a fábrica da Veracel Celulose, no sul da Bahia, segundo o Bahia Invest ¹⁰ (2007). A indústria Bahia Pulp também anunciou investimentos de US\$ 500 milhões para triplicar sua produção. A Suzano, igualmente, anunciou um novo projeto no sul da Bahia, o que torna essa região, realmente, um

¹⁰ Informação obtida por meio de acesso eletrônico ao Web Site da Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia: <http://www.bahiainvest.com.br>

novo pólo de desenvolvimento e de diversificação do perfil da economia baiana. Tais investimentos são incentivados sobretudo pela abundância de recursos florestais, como também, pelo baixo custo da mão-de-obra local.

A produção de celulose no Brasil se concentra, basicamente, em seis empresas. A mais importante é a Aracruz Celulose, do Espírito Santo, seguida da Cenibra e, em terceiro lugar, a Bahia Sul, sendo que esta última detém uma fatia de 11% da produção de celulose de mercado de eucalipto no Brasil.

Em 1999, o Estado da Bahia detinha a participação de 10,8% de toda a produção de celulose de fibra curta do Brasil. Todavia, apesar de todo este movimento crescente de investimentos nessa área, em 1999, o produto papel e celulose apresentou déficit na pauta do comércio inter-regional do Nordeste brasileiro.

5.2.12 – Calçados e Artefatos de Couro

Na pauta de exportações inter-regionais do Nordeste brasileiro em 1999, surge com determinada representatividade, um item que antes, em 1976, era totalmente inexpressivo. Os calçados e artefatos de couro passaram de uma ínfima representatividade de 0,17%, em 1976, para obter a participação de 3%, em 1999 ¹¹.

Segundo Santos (2002), durante a década de 90, houve uma crescente migração da indústria calçadista para o Nordeste brasileiro, mais especificamente para a Bahia e o Ceará, que juntos detêm 67% das empresas instaladas na região. Apesar de ainda haver uma concentração da indústria de calçados no Sul e no Sudeste do país, grandes unidades vêm sendo transferidas para a economia nordestina. Segundo a autora, este fenômeno ocorreu fundamentalmente em razão de alguns fatores específicos: a política de câmbio e juros abalou a competitividade internacional do calçado brasileiro, as exportações para os Estados Unidos apresentaram desaquecimento e o aumento da concorrência externa com a entrada de novos países ofertantes de calçados, que apresentavam vantagens comparativas, principalmente China, Indonésia e Tailândia. A busca por redução de custos foi um dos principais motivos para o deslocamento de importantes unidades produtivas de calçados para o Nordeste.

¹¹ Note-se que, em razão de limitações metodológicas destacadas na tabela de comércio inter-regional de 1999, este percentual não contemplava o setor calçadista do Ceará, uma vez que este Estado não dispunha de informações relativas às suas exportações inter-regionais ou intra-regionais por produtos/estados da federação. Em razão desta omissão este percentual tenderia a ser ainda mais significativo.

No Ceará, localizam-se 150 empresas do setor calçadista. Atualmente esse Estado é o terceiro maior produtor de calçados do país. Destacam-se pelos expressivos investimentos, a capital Fortaleza e a região metropolitana, as cidades de Caucaia, Horizonte, Maranguape, Cascavel (desde 1988 foi instalado o Curtume Bermas). Surgem ainda com importantes investimentos, as cidades de Sobral (desde 1993 instalada a Grandene) e Crato. Na região do Cariri destaca-se Juazeiro do Norte com uma grande concentração de micro e pequenas empresas calçadistas.

A tabela 04 demonstra as principais indústrias produtoras de calçados nos estados do Ceará e da Bahia, no ano de 2000.

TABELA 4
PRINCIPAIS INDÚSTRIAS PRODUTORAS DE CALÇADOS NOS ESTADOS DO CEARÁ E BAHIA
[produção de pares/ano]

CEARÁ		BAHIA	
EMPRESA	Produção de pares/ano	EMPRESA	Produção de pares/ano
Grendene Sobral	90.000	Azaléia	8.500
Dakota NE	5.280	Ramarim	1.995
Vulcabrás do Nordeste	4.452	Via Uno	1.064
Grendene Crato	3.600	Solajit	1.037
Dakota Iguatu	1.980	Bibi	904
Grendene Fortaleza	1.800	Piccadilly	823
Paquetá do Nordeste	1.512	Daiby	532
Aniger do Nordeste	1.200	Itabuna	300
Kawalli	403	Kildare	292
Recamonde	378	Schmidt	266

Elaborado pelo autor.

Base dos dados: SANTOS (2002). A informação referente ao estado do Ceará ocorreu por meio de pesquisa de campo. As informações da Bahia foram disponibilizadas pela Secretaria da Indústria, Comércio e Mineração do Estado da Bahia.

No Estado da Bahia, a indústria calçadista é composta por 63 empresas. As regiões que mais se destacaram foram o Sudoeste baiano, nos municípios de Itabuna, Ipaú, Itapetinga, Jequié e Vitória da Conquista; o Vale do Paraguaçu; além da região metropolitana de Salvador e as cidades de Feira de Santana, Alagoinhas, Itaberaba, Santo Antônio de Jesus e Serrinha.

5.3 – Índices de Concentração

A análise dos índices de concentração, neste caso por produto, permite-nos avaliar quão dependente uma determinada região é em função das entradas e saídas de determinada mercadoria.

A tabela 05 nos mostra um resumo geral dos índices de concentração¹² das importações e exportações inter-regionais da região Nordeste, nos anos de 1976 e 1999.

TABELA 5
ÍNDICES DE CONCENTRAÇÃO NO COMÉRCIO INTER-REGIONAL DO NORDESTE

1976			1999		
ÍNDICE	Import	Export	ÍNDICE	Import	Export
5 primeiras	0,38	0,36	5 primeiras	0,53	0,58
15 primeiras	0,62	0,66	15 primeiras	0,82	0,89
Herfindahl- Hirschman	0,04	0,04	Herfindahl- Hirschman	0,07	0,14

Elaborado pelo autor, com base nas tabelas do comércio inter-regional de 1976 e 1999.

Em razão da similaridade dos resultados obtidos entre as importações e exportações, no ano de 1976, é possível afirmar que tanto as saídas como as entradas inter-regionais de mercadorias apresentavam baixa concentração em determinados produtos específicos, principalmente, pelo fato de que o Índice de Herfindahl-Hirschman foi similar em ambas as pautas.

Porém, em 1999, o perfil das exportações do Nordeste foi bem mais concentrado do que o ocorrido com as importações neste mesmo ano. Todos os indicadores de concentração apontaram para uma menor diversificação no perfil das saídas inter-regionais do Nordeste, em detrimento das entradas. Destaca-se o índice de Herfindahl-Hirschman nas exportações de 1999, sendo representado pelo dobro do demonstrado nas importações.

Apesar de as diferentes classificações de mercadorias, entre os anos de 1976 e 1999, nos impedir de uma comparação mais fiel dos índices de concentração, entre estes dois períodos, ainda assim, é possível afirmar que o perfil da pauta de comércio inter-regional, por produtos, de 1999 era mais concentrada que em 1976.

A expressiva representatividade dos produtos químicos, principalmente na pauta de exportações inter-regionais de 1999, foi o ponto que mais impactou de maneira a elevar o

¹² Na tabela 05, o valor correspondente às 5 ou 15 primeiras, representa a participação percentual dos cinco ou quinze principais produtos mais significativos nas pautas de exportações ou importações inter-regionais. Esta é uma medida comumente utilizada, pela sua simples compreensão, para identificar níveis de concentração.

grau de concentração das saídas nordestinas para as demais regiões do país. Tal fato pode ser explicado pela forte atuação da indústria petroquímica no Estado da Bahia.

5.4 – Mudanças Recentes na Estrutura do Comércio Internacional

Segundo Hidalgo e Feistel (2006), também ocorreram no Nordeste significativas mudanças estruturais nas pautas das exportações internacionais. Para o período de 1990/2004, o perfil das exportações internacionais do Nordeste, segundo os grandes grupos, revela uma queda constante da participação dos itens alimentos fumo e bebidas. Os autores afirmam que os itens como produtos minerais e manufaturados de maior valor agregado ganharam maior importância, principalmente no período mais recente. Como exemplo, é possível citar os produtos químicos, metais comuns, materiais de transporte, calçados e couro. Boa parte desta alteração, decorre em razão do Pólo Petroquímico da Bahia, que tem grande importância na exportação de produtos de origem petroquímica, com alto valor agregado. Também se destaca o projeto ALUMAR no Maranhão, que se tornou um grande exportador de metais para o exterior.

Observando-se a pauta de exportações internacionais nordestinas em 2004, Galvão (2006) enfatiza três novos produtos não constantes na pauta do ano de 2001. Destaque para as exportações de automóveis da fábrica da FORD na Bahia, como líder das exportações na região. Ainda é possível afirmar que a representatividade das exportações internacionais deste empreendimento superou todas as exportações do estado de Pernambuco, neste mesmo ano. Ainda se destacam como novos produtos os camarões e o etanol da cana-de-açúcar.

Outros produtos que também merecem destaque são a soja em grãos e o café, advindos dos cerrados nordestinos e os melões frescos das áreas irrigadas, principalmente do Rio Grande do Norte.

Segundo Galvão (2004) estudos sobre os impactos da recente abertura comercial no Brasil ocorreram de forma assimétrica. Todavia, os resultados de diversas pesquisas apontam para algumas conclusões em comum. Desta forma, os setores mais afetados foram os intensivos em tecnologia. Os macro-complexos eletro-eletrônicos, complexos químicos e máquinas / equipamentos passaram por processos intensos de reestruturação produtiva. Os setores da atividade industrial mas afetados teriam sido, nesta ordem, de bens de capital, de bens de consumo duráveis e os de bens intermediários.

Para o caso específico do Nordeste, como não detém uma forte especialidade em indústrias de alta tecnologia, um dos setores mais afetados foi a indústria química, principalmente a de derivados de petróleo. Os impactos sobre o complexo petroquímico nordestino, concentrado no estado da Bahia, foram significativos. Todavia, como a concentração de sua produção se baseava em bens intermediários básicos, certamente, estes impactos foram bem menores do que em outros complexos químicos do país.

Segundo Galvão (2004), no setor de bens intermediários nordestino houve um significativo impacto na indústria de componentes, principalmente automotivos. O autor ainda destaca a reestruturação das indústrias têxtil e calçadista, que foram largamente afetadas com a abertura comercial.

No ramo têxtil, todos os estados nordestinos, exceto o Maranhão e Piauí, participaram ativamente da renovação dos seus parques industriais. Merece destaque o Estado do Ceará, uma vez que este representou mais de 30% de todas as importações internacionais de máquinas para este segmento.

5.5 – Considerações Finais

Ao avaliar as pautas do comércio inter-regional nordestino entre os anos 1976 e 1999 é possível afirmar que houve profundas mudanças na composição estrutural das exportações e importações nordestinas, alterando significativamente os principais produtos comercializados. Boa parte dessas alterações pode ser explicada pelos novos pólos dinâmicos de desenvolvimento, que se difundiram em maior intensidade nos últimos 30 anos, principalmente nos Estados da Bahia e Ceará, a exemplo do pólo petroquímico da Bahia e Têxtil e Calçadista do Ceará.

Uma das mais significativas alterações foi a abrupta queda do algodão em detrimento da crescente dinâmica da indústria química, comandada por Camaçari, na Bahia.

O setor têxtil demonstrou-se significativo em ambas as pautas. O setor de veículos automotores apresentou similar participação em ambos os anos, todavia, ainda não havia os impactos do incremento da indústria da FORD, na Bahia. O setor de alimentos foi o que mais contribuiu para a formação do déficit na balança de comércio inter-regional nordestina tanto em 1976, quanto em 1999, o que pode ser explicado pelo fato de que a elasticidade-renda para compra de alimentos é mais forte nas regiões Norte e Nordeste do país. O setor de papel e celulose também se mostrou significativo em 1999, em razão das plantas instaladas no Estado

da Bahia. Por fim, um item inexpressivo em 1976, que apresentou significativa participação em 1999, foi o setor de calçados e artefatos de couro, liderados pela participação dos Estados do Ceará e da Bahia.

Quanto aos índices de concentração, é possível afirmar que, em 1976, estes eram mais baixos, comparando-se com 1999. Destaca-se o índice de concentração das exportações de 1999, cuja expressiva representatividade do item produtos químicos, elevou significativamente tal índice.

CAPÍTULO 6

CONCLUSÕES

Ao realizar este estudo foi possível constatar a existência no Brasil de uma carência de informações relativas às interações inter-regionais de comércio entre as regiões brasileiras ou entre os Estados da Federação. Os dados disponíveis, em grande parte, possuem imensas restrições metodológicas e, na maioria dos casos, ausências de dados precisos, o que dificulta o estudo deste tema. Ao mesmo tempo, ocorrem enormes lacunas, momentos na história econômica do país, em que os dados do comércio inter-regional não foram levantados.

Na realização deste estudo, no que diz respeito à análise dos volumes totais de comércio inter-regional do Nordeste com as demais regiões brasileiras, nos anos de 1943, 1947, 1961, 1969, 1976, 1980 e 1999 nos levou a afirmar que ocorreu um cenário de pouca alteração no período de quase 60 anos, havendo uma intensa concentração de comércio do Nordeste com a região Sudeste, principalmente, no sentido Sudeste para o Nordeste, acarretando um imenso déficit na balança comercial inter-regional nordestina.

Todavia em se tratando da composição estrutural deste comércio, este trabalho nos permitiu afirmar que houve profundas mudanças nas pautas de importações e de exportações inter-regionais do Nordeste, advindos das alterações dos recentes pólos dinâmicos desenvolvidos na economia nordestina a partir da década de 70, que alterou o desenho da representatividade dos Estados nordestinos no contexto do comércio do Nordeste, principalmente com a implementação do pólo petroquímico de Camaçari, na Bahia e têxtil e calçadista, no Ceará.

Conforme os levantamentos efetuados, esta imensa concentração, do comércio do Nordeste com a região Sudeste pode ser explicada por diversos fatores, dentre eles, destaca-se a intensidade da atividade industrial de cada região. O início do processo de industrialização no Brasil, ocorreu de forma concentrada na região Sudeste, tornando-se o epicentro dinâmico

do setor industrial brasileiro. Existe uma forte correlação positiva entre os níveis de atividade industrial de determinada região e as exportações realizadas via comércio inter-regional. Com a progressiva marginalização da indústria de transformação nordestina de manufaturados, em contra posição à crescente dos mercados do centro-sul, sobretudo de gêneros mais dinâmicos e elaborados, revelaram, ao Nordeste brasileiro, uma forte dependência de abastecimento de bens e mercadorias para o seu consumo, advindos principalmente da região Sudeste.

Esta constatação, de que resultam significativos déficits comerciais do Nordeste, advém de uma alta elasticidade-renda da demanda de importações nordestinas aliada a uma menor capacidade de exportações, sobretudo, de bens industrializados. Este déficit, registrado na balança de comércio inter-regional, pode ser encarado como gerador de um fluxo de pagamentos para fora da região que tende a minimizar os efeitos multiplicadores cujas transferências de recursos feitas pelo setor público e pelos instrumentos de política fiscal teriam, na hipótese de serem incorporados dinamicamente aos fluxos de renda interna.

Na análise dos períodos mais recentes da série, a participação do Estado de São Paulo é dominante e representativa, quando tratamos da origem das importações nordestinas. Os Estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais também apresentaram expressiva participação, alternando-se entre o segundo e terceiro mais representativos fornecedores para o Nordeste, entre os anos de 1976, 1980 e 1999.

A criação de um sistema nacional integrado de estradas e rodovias, desenvolvido com maior magnitude a partir da década de 40, gerou um significativo aumento dos fluxos comerciais entre as regiões brasileiras, realizando uma maior condição logística para as importações advindas da região Sudeste.

Outro fator que contribuiu para a intensificação dos fluxos de comércio, no sentido Sudeste para o Nordeste foi o desenvolvimento do setor de comunicação. Os efeitos da expansão dos meios de comunicação em massa contribuíram gradativamente para a redução das diferenças regionais de consumo, da composição da demanda final e dos hábitos dos nordestinos. Este processo consolidou a grande força da indústria do centro sul, reforçando uma progressiva penetração de suas manufaturas na região Nordeste.

A partir de 1960, outra causa que também pode revelar a minimização das exportações nordestinas foi o declínio do agronegócio regional. O algodão e o açúcar, que antes eram produtos significativos na pauta de exportações inter-regionais nordestinas estagnaram frente aos concorrentes de outras regiões.

Outro ponto destacado na análise dos dados deste trabalho foi de que o comércio inter-regional do Nordeste com o Sudeste é intenso em ambas as direções. Este fato pode ser explicado pelo fato de que, como a indústria nordestina possui um menor grau de tecnologia, especializou-se em exportar componentes, matérias-primas e manufaturados com um menor grau de elaboração e importar do Sudeste produtos manufaturados com um maior grau de elaboração, máquinas e alimentos industrializados.

Importante ressaltar que o cenário recente da economia industrial nordestina aponta para uma perspectiva positiva de desenvolvimento. Ocorre que a expectativa sob a ótica dos capitais e dos investimentos que deve haver “alargamento” das bases produtivas industriais para a região Nordeste, como uma espécie de transbordamento de tecnologia industrial, aproveitando-se as vantagens comparativas nordestinas principalmente em se tratando do baixo custo da mão-de-obra local. Esta observação pode ser comprovada, quando, na análise dos dados, observou-se uma certa tendência de desconcentração de regiões parceiras comercialmente, como também, a expressiva alteração da pauta de exportação inter-regional comparando-se os anos de 1976 e 1999.

Os recentes pólos de desenvolvimentos do Nordeste são exemplo de que o processo de industrialização nordestino vem se desenvolvendo nos últimos anos, apresentando níveis de comércio mais positivos para a região. Destacam-se o pólo petroquímico de Camaçari-BA, o pólo têxtil e de confecções em Fortaleza-CE, o agro-industrial de Petrolina/Juazeiro-PE, o pólo mineiro-metalúrgico de Carajás em São Luis-MA, entre outros.

Outro ponto importante encontrado na análise agregada dos dados de comércio inter-regional, foi o fato de que, apesar de a região Sudeste ainda ser o principal parceiro no comércio inter-regional do Nordeste, tanto nas importações quanto exportações, observa-se uma certa redução nos últimos 30 anos da sua participação no total do comércio inter-regional nordestino, em detrimento ao aumento da participação das demais regiões. Ao traçar uma linha de tendência sobre todos os pontos avaliados, na representatividade da região Sudeste observa-se uma linha com uma leve inclinação negativa, considerando-se todos os períodos da amostra.

Desta forma, é possível concluir que houve uma maior diversificação das regiões comercialmente parceiras do Nordeste brasileiro em detrimento a uma certa desconcentração do comércio bilateral com o Sudeste. Este processo de desconcentração também pode ser considerado, observando-se o número de estabelecimentos comerciais instalados. No período de 1994 a 2000, enquanto ocorreu uma diminuição de estabelecimentos comerciais instalados

no Sudeste, houve relativo crescimento de novas plantas instaladas nas regiões Sul e Nordeste, demonstrando uma tendência de desconcentração industrial no país.

Historicamente, em todos os momentos analisados, o Nordeste brasileiro demonstrou déficit em sua balança de comércio inter-regional. Comprova-se, no entanto, que as importações são mais intensas advindas das regiões Sudeste, Sul e Centro-oeste, do que as exportações para estas mesmas regiões, cumprindo principalmente o papel de fornecedoras para o Nordeste. Ao contrário, a região Norte demonstra perfil comprador da região Nordeste, sendo as exportações nordestinas mais significativas que as importações advindas dessa região o que proporcionou saldo positivo na balança comercial inter-regional, exceto nos anos de 1943 e 1999.

De certa forma, esses elevados fluxos de comércio inter-regional explicam o maior desenvolvimento do setor terciário do Nordeste. Este ocorre em caráter reflexo, não primeiramente pela expansão do seu produto físico, mas pelo desenvolvimento de atividades produtivas pela região mais industrializada em busca de expandir seus mercados. Desta forma, as atividades terciárias ligadas às transferências espaciais de mercadorias e serviços se desenvolvem em maior intensidade no Nordeste.

Neste estudo, ao ser analisado o comércio inter-regional no contexto do comércio total (intra-regional e internacional) vê-se claramente o fenômeno das ilhas econômicas denominados por Galvão (1999), enquanto o comércio inter-regional ainda incipiente no ano de 1943, apresenta sucessivos pontos de crescimento ao longo dos anos analisados em uma linha crescente, se tornado mais representativo que os comércios intra-regional e internacional.

Um dos pontos importantes deste trabalho foi tentar examinar o quanto a abertura comercial ocorrida na década de 90 impactou na alteração da estrutura do comércio inter-regional, comparando-se os anos de 1976 e 1999. Todavia, esta resposta deve ser acompanhada de certa cautela uma vez que o ano de 1999 apresenta características muito singulares que dificultam uma afirmação mais precisa. Em 1999, houve a alteração do regime cambial brasileiro para flutuante. Esta medida ocasionou uma disparada depreciação da taxa de câmbio, a partir do início do ano, o que certamente contribuiu para a diminuição das importações internacionais. Desta forma, nesse ano, as importações internacionais do Nordeste figuraram na menor representatividade em relação às importações totais em todos os anos analisados.

Ao avaliar os dados obtidos nos últimos anos da amostra, ainda ressaltando as particularidades do ano de 1999, é possível afirmar que a relação de dependência do Nordeste em relação ao Sudeste, quanto ao fornecimento de mercadorias, obteve uma certa redução “ainda que pequena”. Todavia, esta não aconteceu essencialmente em razão da abertura comercial, pois não houve elevação da participação das importações internacionais, ocorreu o contrário. Esta certa redução da dependência possivelmente surgiu em função de um melhor relacionamento comercial dos nordestinos com as regiões Norte, Sul e Centro-oeste, representada graficamente neste trabalho, após se avaliar o aumento das importações advindas destas regiões, o que representa uma maior diversificação de fornecedores.

Outro ponto presente neste estudo, foram os sucessivos superávits apresentados pelo comércio internacional do Nordeste, em contraposição aos sucessivos déficits na balança de comércio inter-regional. Na análise dos dados, foi possível identificar que os saldos positivos originários do comércio internacional, nos anos anteriores a 1961 (inclusive) foram superiores aos déficits de comércio inter-regional. A partir de 1969, (inclusive) os superávits do comércio internacional foram menores que os déficits levantados pelo comércio inter-regional. Contudo, os efeitos decorrentes dos déficits inter-regionais não eram amenizados pelo superávit do comércio externo. O superávit do comércio internacional, ocorrido antes de 1961, não amenizava os efeitos adversos dos saldos negativos do comércio inter-regional, uma vez que esses recursos não circulavam na economia e geravam apenas acumulação de riqueza de um seleto grupo de privilegiados, sendo estes recursos destinados a poupanças internas integralizáveis, de uma oligarquia agrária.

Dentre os principais Estados que compõem a maior representatividade do comércio da região Nordeste, destacam-se Bahia, Ceará e Pernambuco.

A Bahia apresenta expressivo crescimento em suas exportações inter-regionais figurando a partir do início da década de 60 como o principal Estado exportador nordestino para as demais regiões brasileiras. Também apresentou relevante participação nas exportações internacionais, enquanto, no comércio intra-regional, apresenta-se como segundo principal fornecedor, sendo superado apenas por Pernambuco. Todavia, vale ressaltar que, enquanto o Estado pernambucano perde participação sucessivamente em suas exportações para o Nordeste, a Bahia apresenta crescimentos sucessivos. Ao considerar a soma de todos os produtos comercializados pelos Estados nordestinos, independente do destino, a Bahia é o principal Estado do Nordeste exportador de mercadorias. Este fato demonstra uma maior correlação com o nível desenvolvimento de sua indústria. Tal crescente dinâmica da economia

baiana pode ser explicada, principalmente, pelo complexo industrial de Camaçari com a fabricação de produtos químicos, metalurgia básica intermediária, pelo pólo calçadista, de papel e celulose, dentre outros pólos de desenvolvimento de indústrias no Estado. Também vale ressaltar a expressiva política de incentivos fiscais, delineada pelo Estado a fim de atrair novos empreendimentos industriais.

O Estado de Pernambuco apresenta-se como o principal fornecedor de mercadorias para o Nordeste brasileiro (comércio intra-regional). No entanto, são preocupantes as suas sucessivas quedas de representatividade no comércio intra-regional ao longo dos últimos quarenta anos, em detrimento ao aumento da participação, sobretudo, dos Estados da Bahia e do Ceará. No comércio inter-regional, Pernambuco detém posição secundária, abaixo da Bahia, sendo também ultrapassada sua representatividade pelo Estado do Ceará a partir de 1980. Mesma tendência de sucessivas quedas também ocorre em relação às exportações internacionais. Esta desfavorável performance pode ser explicada por uma certa estagnação da economia pernambucana frente ao sucessivo crescimento das economias da Bahia e do Ceará.

Uma possível explicação para essa perda pernambucana ocorre pela redução na função tradicional de entreposto comercial do Estado dentro do processo de integração da economia brasileira. Desta forma, demais Estados nordestinos passaram a comercializar suas mercadorias diretamente com a região Sudeste. Também as dificuldades de competitividade da agroindústria sulcroatóoleira representaram uma condição negativa para a economia pernambucana,

O Estado do Ceará, por sua vez, vem demonstrando crescimento contínuo em suas exportações inter-regionais e intra-regionais. Esta crescente dinâmica da economia cearense pode ser explicada em razão do desenvolvimento da sua indústria têxtil, calçadista, dentre outros, como também, da significativa política de incentivos fiscais que fomentou o desenvolvimento industrial do Estado.

Ao avaliar as pautas do comércio inter-regional nordestino entre os anos 1976 e 1999 é possível afirmar que houve profundas mudanças na composição estrutural das exportações e importações nordestinas, alterando significativamente os principais produtos comercializados. Boa parte destas alterações pode ser explicada pelo desenvolvimento dos novos pólos dinâmicos de desenvolvimento, que se desenvolveram com maior intensidade nos últimos trinta anos, principalmente nos Estados da Bahia e do Ceará.

Uma das mais importantes alterações ocorreu na representatividade do principal item exportado, entre os anos da análise. Enquanto, em 1976, o algodão era o principal

componente da pauta de exportações inter-regionais do Nordeste, em 1999, sequer aparece entre os quinze produtos mais representativos. Este declínio da cultura algodoeira ao longo dos últimos trinta anos pode ser explicado por alguns fatores específicos, dentre eles, vale salientar, o surgimento de uma nova tecnologia (tear) que desconsiderava a qualidade do algodão de fibra longa (maior qualidade) do Nordeste, a competição com o uso das fibras sintéticas no setor têxtil e por fim o surgimento constante da praga do bicudo nas plantações. O comércio do algodão, em 1976, era intenso em ambas as direções (tanto exportações como importações). Este fato pode ser explicado pelas diferenças conjunturais dos preços relativos do algodão nos diferentes mercados nacionais, como também, problemas relacionados com a qualidade do produto.

Por conseguinte, em 1999, a fabricação de produtos químicos foi o item que se revelou mais representativo nas exportações inter-regionais do Nordeste. Este notável crescimento pode ser explicado por conta da instalação do Complexo Petroquímico de Camaçari que se desenvolveu com maior intensidade a partir de 1978, sendo atualmente um dos principais pilares da produção de bens intermediários do Nordeste. A metalurgia básica também se revelou com elevada significância nas exportações nordestinas no ano de 1999, sendo também o Estado da Bahia o maior exportador do Nordeste, com maior especialização na comercialização de metais como o ouro, o concentrado de cobre, magnesita, cromita, salgema, barita e manganês.

No âmbito do comércio de máquinas e aparelhos elétricos / eletrotécnicos, é possível afirmar que o comércio ocorre em ambos os sentidos, todavia, em maior intensidade em suas importações. Este fato pode ser explicado pelo fato de o Nordeste exportar, predominantemente, componentes enquanto importa principalmente máquinas e aparelhos, em razão do maior desenvolvimento da indústria do Sudeste e por possuir um grau mais elevado de concentração industrial e tecnológico.

O setor têxtil também detém importante participação no comércio inter-regional no Nordeste brasileiro. Este setor se revela representativo tanto na análise do ano de 1976, quanto no ano de 1999. Pernambuco e Bahia representaram quase a totalidade da produção de produtos têxteis no ano de 1976. Apesar das grandes dificuldades ocorridas no setor têxtil no início dos anos 70, em decorrência do alto grau de obsolescência dos equipamentos e fechamento de várias unidades consideradas anti-econômicas, foi lançado nos anos 70, um programa de re-equipamento e modernização das plantas. Transformações mais recentes da indústria têxtil brasileira vislumbram para uma transferência das plantas da indústria têxtil do

Sul e Sudeste em direção ao Nordeste. Tal fenômeno pode ser explicado principalmente pelo reduzido custo da mão-de-obra local e dos atrativos incentivos fiscais. Em 1999, destaca-se a ascensão do têxtil do Ceará e da Paraíba em contraposição à decadência do têxtil pernambucano. O Estado do Rio Grande do Norte se destacou em 1976 com a produção no segmento vestuário/confeções representando a metade da produção do Nordeste. Atualmente também convém citar que Pernambuco vem se reestruturando no setor de vestuário, com o pólo de confeções no agreste do Estado, principalmente nas cidades de Caruaru, Santa Cruz do Capibaribe e Toritama.

A importação de veículos automotores não sofreu significativas alterações entre as pautas de comércio inter-regional entre os anos de 1976 e 1999, sendo principalmente no sentido Sudeste para o Nordeste. Este estudo não contemplou os impactos da instalação da fábrica da Ford, em Camaçari na Bahia, uma vez que a data de início da operação somente ocorreu a partir do ano 2000, que, certamente, contribuiu para um maior desenvolvimento da indústria automotiva no Nordeste. Esta condição revela uma tendência de descentralização da indústria automotiva do eixo centro-sul do país, motivado, principalmente, pela expressiva oferta de mão-de-obra, mas com pouca qualificação, como também a questão dos problemas sindicais ocorridos sobretudo da região do ABC Paulista. A teoria de Heckscher-ohlin explica esse fenômeno pelo fato de que nas regiões em desenvolvimento, com o aumento das transações comerciais, ocorreria uma maior especialização na produção de bens manufaturados e relativamente indiferenciados em decorrência especialmente da expressiva oferta de mão-de-obra.

Tanto no ano de 1976, quanto em 1999 a importação de alimentos e bebidas foi um dos itens que mais impactou negativamente na formação do déficit inter-regional no Nordeste. Sem dúvida, ocorre uma imensa dependência da região para o abastecimento de alimentos. Para o ano de 1999, da totalidade dos alimentos consumidos no Nordeste (produzidos no Brasil) apenas 30% foi produzido na própria região, sendo os outros 70%, comprados de outras regiões brasileiras, principalmente o Sudeste. Um fato que agrava esta condição pode ser explicado pelo fato de que a elasticidade-renda para compra de produtos alimentícios é mais forte nas cidades do Nordeste e do Norte do país, como também na primeira faixa de renda mais pobre. Assim sendo, um determinado aumento na renda das famílias com menor poder aquisitivo implica significativo aumento no consumo de gêneros alimentícios de primeira necessidade, aumentando, conseqüentemente, a demanda interna por alimentos, como também, crescimento nas importações de produtos alimentícios.

O setor de papel e celulose também se mostrou desenvolvido no ano de 1999, principalmente com as plantas industriais instaladas no Estado da Bahia. Em 1999, o Estado baiano detinha a participação de 10,8% de toda a produção de celulose de fibra curta no Brasil.

O item inexpressivo na pauta de 1976 e que apresentou certa representatividade em 1999, foi o setor de calçados e artefatos de couro. Este fato pode ser explicado, uma vez que durante a década de 90, houve uma crescente migração da indústria calçadista para o Nordeste brasileiro, mais especificamente para os Estados da Bahia e do Ceará que, juntos, detêm aproximadamente 70% das empresas desse setor instaladas na região. Essa migração pode ser explicada pela busca das indústrias de Sul e do Sudeste do país em reduzir os seus custos, obtendo maior competitividade internacional, em razão dos efeitos adversos da política de câmbio e juros abalarem a competitividade internacional do calçado brasileiro; o desaquecimento das exportações para os Estados Unidos e a entrada de novos países ofertantes com fortes vantagens comparativas como China, Indonésia e Tailândia.

Quanto aos índices de concentração, é possível afirmar que o ano de 1976 tanto as saídas quanto as entradas de mercadorias apresentavam menor concentração de determinados itens específicos nas pautas de comércio. Contudo, em 1999, o perfil das exportações nordestinas demonstrou-se mais concentrado que o ocorrido com as importações nesse mesmo ano. Apesar de as diferentes classificações de mercadorias, entre os anos de 1976 e 1999, dificultarem uma comparação mais fiel dos índices de concentração entre estes dois períodos, é possível afirmar que o perfil da pauta de comércio inter-regional por produtos de 1999, é mais concentrado que em 1976. Este fato pode ser explicado pela expressiva participação dos itens produtos químicos e metalurgia básica na pauta de exportações de 1999, de maneira a elevar o grau de concentração das saídas nordestinas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti. **Fundamentos de uma estratégia de desenvolvimento do Nordeste**. Seminário Especial 50 Anos de Desenvolvimento: O papel do BNDES e do Banco do Nordeste – 1952/2002 - Rio de Janeiro, Setembro de 2002.

_____. **Nordeste e Amazônia: Novos caminhos do desenvolvimento**. XVII Fórum Nacional China e Índia como desafio e exemplo e a reação do Brasil... para cima. Estudos e Pesquisas Nº 92. Rio de Janeiro, maio 2005.

_____. **Nordeste: Sugestões para uma estratégia de desenvolvimento**. Apresentação em Slides - Banco do Nordeste do Brasil, 2005.

ANDRADE, Thompsom Almeida. **Estrutura inter-regional da economia brasileira: subsídios para uma política de descentralização industrial, comércio interestadual no Brasil em 1969**. Universidade Federal de Minas Gerais –CEDEPLAR, Centro de Desenvolvimento e Planejamento Regional, Belo Horizonte: 1976.

_____. **A estrutura do comércio inter-regional no Brasil**. Revista Brasileira de Geografia, ano 39, nº 3, p.112-136, Julho / Setembro: 1977.

ARBACHE, Jorge Saba, CORSEUIL. Carlos Henrique. **Liberalização comercial e estruturas de emprego e salário**. Revista Brasileira de Economia 58(4). Rio de Janeiro. Out/Dez 2004.

ARBACHE, Jorge Saba. **Comércio internacional, competitividade e políticas públicas no Brasil**. IPEA Texto para discussão 903. Brasília. Agosto 2002.

ARBIX, Glauco. **Guerra Fiscal e Competição Intermunicipal por Novos Investimentos no Setor Automotivo Brasileiro**. Scielo Brasil. Dados v.43 n.1 Rio de Janeiro 2000.

AZEVEDO, André Felipe Z. de, PORTUGAL, Marcelo S. **Abertura comercial brasileira e instabilidade da demanda de importações.** Revista Nova Economia, Vol. 8, paginas 37-63. 1998.

BLANCHARD, Olivier. **Macroeconomia – 3ª edição.** Pearson - Prentice Hall. São Paulo: 2004.

BRANDAO, Maria de Azevedo. **A regionalização da grande indústria do Brasil: Recife e Salvador na década de 70.** Revista de Economia Política, Vol 5, nº 4. Outubro/dezembro, 2005.

BRITTO, Gustavo. **Abertura comercial e reestruturação industrial no Brasil: Um estudo dos coeficientes de comércio.** Dissertação de mestrado apresentada ao Instituto de Economia da Universidade Estadual de Campinas. Orientador: Prof. Dr. Mariano Francisco Laplane. Campinas, 2002.

CAVES, Richard E., et ali. **Economia internacional: Comércio e transações globais.** São Paulo: Saraiva, 2001.

CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves. **Sobre o conceito de região.** Revista de História Regional. Volume 5 - Número 2: Inverno 2000.

DELFIM NETTO, Antônio. **O Problema do Café no Brasil.** Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro - 1979.

FERREIRA, Assuéro. **O Nordeste brasileiro, contraponto inacabado de acumulação?** Revista de Economia Política, Vol.3 , nº 3, julho/setembro, 1983.

FURTADO, Celso. **O Nordeste: reflexões sobre uma política alternativa de desenvolvimento.** Revista de Economia Política, Vol. 04, nº 3, julho/setembro, 1984.

FRANCO, Gustavo. **O que aconteceu com as exportações em 1999?** Resenha acessada eletronicamente por meio do web-site da Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, publicada pela OESP & JB, em 05.12.1999.

FREYRE, Gilberto. **Nordeste: aspectos da influência da cana sobre a vida e a paisagem do Nordeste do Brasil.** Rio de Janeiro, José Olympio, 1961.

GALVÃO, J. de Arroxelas Galvão. **Comércio interestadual por vias internas e integração regional no Brasil: 1943- 1969.** Revista Brasileira de Economia, Vol 53 – Nº 4, Rio de Janeiro: Outubro / Dezembro 1999.

_____. **Pernambuco no Contexto Mundial, Nacional e Regional.** Artigo Inédito ainda em processo de conclusão por parte do autor. Recife: 2006.

_____. **Comércio Inter-regional e Internacional.** Artigo Inédito ainda em processo de conclusão por parte do autor. Recife: 2006.

GALVÃO, J. de Arroxelas Galvão, VERGOLINO, José Raimundo. **O Comércio e a Inserção Competitiva do Nordeste no Exterior e no Brasil.** Obra publicada pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A. Fortaleza: 2004.

GOODMAN, Edwin David, ALBUQUERQUE, Roberto Cavalcanti de. **A Industrialização do Nordeste.** Vol. 01 – A Economia Regional. IPEA / INPES – Relatório de Pesquisa Nº 6. Rio de Janeiro, 1971.

_____. **Incentivos à industrialização e desenvolvimento do Nordeste.** IPEA. Rio de Janeiro: 1974.

GORINI, Ana Paula Fontenele. **Panorama do setor têxtil no Brasil e no mundo: Reestruturação e perspectivas.** BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 12, p. 17-50, set. 2000.

IBGE. **Anuário Estatístico do Brasil - 1941 /1945.** Ano VI – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Conselho Nacional de Estatística. Rio de Janeiro: 1946.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil - 1949.** Ano X - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Conselho Nacional de Estatística. Rio de Janeiro: 1950.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil - 1964.** Ano XXV - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Conselho Nacional de Estatística. Rio de Janeiro: 1965.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil - 1970.** Vol 31 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Rio de Janeiro: 1970.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil - 1971.** Vol 32 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Rio de Janeiro: 1973.

_____. **Anuário Estatístico do Brasil - 1972.** Vol 33 - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - Ministério do Planejamento e Coordenação Geral. Rio de Janeiro: 1974.

HADDAD, Paulo Roberto, FERREIRA, Carlos Maurício de Carvalho, BOISIER, Sérgio e ANDRADE, Thompson Almeida. **Economia Regional: Teorias métodos e análise.** BNB - Banco do Nordeste Brasileiro. ETENE – Estudos Econômicos e Sociais. Fortaleza, 1989.

HERFINDAHL, O. C., **Concentration in the steel industry.** Tese de doutoramento. Columbia University, 1950.

HIDALGO, Álvaro Barrantes, FEISTEL, Paulo Ricardo. **O intercambio comercial Nordeste – Mercosul: A questão das vantagens comparativas.** Banco do Nordeste – Fórum 2006.

HIDALGO, Álvaro Barrantes. Exportações do Nordeste do Brasil. **Crescimento e mudança na estrutura.** Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 31, n. Especial p. 560-574, novembro 2000.

HIDALGO, Álvaro Barrantes, VERGOLINO, José Raimundo. **O Nordeste e o comércio inter-regional e internacional: Um teste dos impactos através do modelo gravitacional.** Pós Graduação em Economia (PIMES) Texto para discussão nº 388. Recife: Junho de 1997.

HOTELLING, Harold. **Stability in competition**. New York, American Mathematical Society, Economic journal, (39): 41-57, 1929.

ISTAKE, Márcia. **Comércio externo e interno do Brasil e das suas macrorregiões: Um teste do teorema de Heckscher-Ohlin**. Tese de Doutorado USP-SP. Junho 2003.

KRUGMAN, Paul R., OBSTFELD, Maurice. **Economia internacional: Teoria e política**. São Paulo: Pearson Education do Brasil, 2001.

LEONTIEF, Wassily. **Domestic production and foreign trade: The american capital position re-examined**. Proceedings of the American philosophical society. 1953.

LIMA, João Policarpo Rodrigues. **Economia do Nordeste: Tendências recentes das áreas dinâmicas**. Análise Econômica, Porto Alegre, v. 12, n. 22, p. 55-73, 1994.

LIMA, João Policarpo R., SICSÚ, Abraham B., PADILHA, Maria Fernanda F. G.. **Economia de Pernambuco: Transformações Recentes e Perspectivas no Contexto Regional Globalizado**. In: XII Congresso da APDR, 2006, Viseu. Anais do XII Congresso da Associação Portuguesa de Desenvolvimento Regional. Coimbra : APDR, 2006.

LIMA, João Policarpo R. e KATZ, Frederico. **A economia de Pernambuco: Perda de dinamismo e a necessidade de buscar caminhos possíveis**. Cadernos de Estudos Sociais, Recife, V.9 N. 1. Janeiro/Junho 1993.

MAIA GOMES, Gustavo; VERGOLINO, José Raimundo. **A macroeconomia do desenvolvimento nordestino: 1960/94**. Brasília: IPEA, 1995. Texto para Discussão n. 372.

MASSUDA, Mitie Ely. **Transformações Recentes da Indústria Têxtil Brasileira (1992-1999)**. Acta Scientiarum. Maringá, v.24, n. 1, p. 243-251, 2002

MENEZES, Tatiane de, et ali. **Elasticidade Renda dos produtos alimentares no Brasil e Regiões Metropolitanas: uma aplicação dos micro-dados da POF 1995/96.** Artigo publicado na ANPEC. 2003.

METZLER, Lloyd A. **A Multiple Region Theory of Income and Trade.** Econometrica Nº 18. 1950.

OBSERVATÓRIO SOCIAL. **Panorama setorial do alumínio e das empresas integradas.** Florianópolis. Setembro, 2003.

OHLIN, Bertil. **Comércio inter-regional e internacional.** Primera Edición em lengua castellana: Barcelona, 1971.

PEROBELLI, Fernando Salgueiro. **Análise espacial das interações econômicas entre os estados brasileiros.** Tese de Doutorado USP – Orientador: Eduardo Amaral Haddad. São Paulo: 2004.

RICHARDSON, Harry W. **Economia Regional.** Tradução da primeira edição da Inglaterra. Editora Zahar. Rio de Janeiro: 1975.

SABOIA, João. **A indústria brasileira no Nordeste e as desigualdades inter e intra-regionais.** Econômica, Rio de Janeiro, v.6, n.1, p.61, junho 2004.

SANTOS, Angela Maria Medeiros, Eti ali. **Deslocamento das empresas para os Estados da Bahia e Ceará: O caso da Indústria calçadista.** BNDES Setorial, Rio de Janeiro, n. 15, p. 63-82, mar. 2002.

SILVA, João Carlos Domingos, et ali. **Estimativas dos efeitos da implantação do complexo FORD nordeste sobre a estrutura industrial da Bahia: uma abordagem insumo-produto.** Artigo publicado na ANPEC. 2004.

SIQUEIRA, Tagore Villarim de Siqueira. **Comércio internacional: Oportunidades para o desenvolvimento regional**. Revista do BNDES, Rio de Janeiro, V. 13, N. 25, P. 115-154, Junho: 2006.

SOARES, Francisco de Assis, et ali. **Interiorização e reestruturação da indústria do Ceará no final do século XX**. Revista Econômica do Nordeste, Fortaleza, v. 38, nº 1, jan-mar. 2007.

SOUZA, Roberta Lourenço de, OLIVEIRA, Meire Jane Lima. **Análise do setor de papel e celulose de mercado na década de 90: Mundo, Brasil e Bahia**. Superintendência de Estudos Econômicos e Sociais da Bahia. Dez anos de economia baiana. 2001.

SUAREZ, Marcos Alban. **Petroquímica e Tecnoburocracia - Capítulos do desenvolvimento capitalista no Brasil**. São Paulo: HUCITEC, 1986.

SUDENE. **Importações e exportações do Nordeste do Brasil – ano de 1976**. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Coordenadoria de Planejamento. Recife: 1980.

_____. **Importações e exportações do Nordeste do Brasil – 1974-80**. Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste. Coordenadoria de Planejamento. Recife: 1985.

_____. **Comércio Exterior – Importações do Nordeste 1975-79**. Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste. Recife: 1980.

THORSTENSEN, Vera. **Estrutura de mercado e pequena empresa. O comportamento empresarial na acumulação e na luta pela sobrevivência**. São Paulo: Brasiliense, 1985, p.148-200.

VASCONCELOS, José Romeu, OLIVEIRA, Márcio Augusto. **Análise da matriz por atividade do comércio interestadual no Brasil – 1999**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – texto para discussão nº 1159. Rio de Janeiro: Fevereiro de 2006.

VASCONCELOS, José Romeu. **Matriz do fluxo de comércio interestadual de bens e serviços no Brasil – 1999**. Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA) – texto para discussão nº 817. Brasília: Agosto de 2001.

VARIAN, Hal R. **Microeconomia – Princípios básicos**. Tradução da 6ª Edição Original. Editora Campus. Rio de Janeiro: 2003.

VERGOLINO, José Raimundo, NETO, Aristides Monteiro. **A economia de Pernambuco no limiar do século XXI: desafios e oportunidades para a retomada do desenvolvimento**. Departamento de Economia, UFPE: FACEPE, Fundação de Amparo à Pesquisa. Recife, 2001.

WEBBER. Alfred. **Theory of the localization of industries**. Chicago, University of Chicago, 1929.

WOOD, Adrian. **North-South Trade, Employment and Inequality: Changing Fortunes in a Skill Driven World**. Oxford, Clarendon Press. 1994.